

## **Secretaria Municipal de Assistência Social**

# **PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APUCARANA 2022-2025**

**2021**

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Secretaria de Assistência Social

Vigilância Socioassistencial:

Brunno Balieiro Ferreira

Soraia Braga de Souza

## **Elaboração dos Eixos, Diretrizes, Ações, Estratégias e Metas**

Proteção Social Básica:

Débora Sanitá Malaguido Pinto

Janaina Campos Ferreira

Jamile Coutinho de Freitas

Matheus Berg

Poliana Savala

Tamires Araújo

Proteção Social Especial:

Marianne Hauer

Sônia Mara de Araújo Peta

Vanessa de Araújo Ribeiro

Yuri Bruniera Padula

Conselho Municipal de Assistência Social:

Ana Maria Schmidt

David Brito

Juliana de Jesus Arnold

Leonardo Colombo

Leonardo Saque Hecko

## IDENTIFICAÇÃO

Município: Apucarana

Porte Populacional: 136.234 pessoas

## DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Nome do Prefeito: Sebastião Ferreira Martins Junior

Mandato do Prefeito: 2021 - 2024

Endereço da Prefeitura: Praça Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25 - Centro, Apucarana-PR

CEP: 86.800-235

Site: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/>

Telefone: (43) 3422-4000

E-mail: [ouvidoria@apucarana.pr.gov.br](mailto:ouvidoria@apucarana.pr.gov.br)

## DADOS DO ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Endereço do Órgão: Rua João Matiuzzi, 279

Telefone: (43) 3425-1511

E-mail: [sas@apucarana.pr.gov.br](mailto:sas@apucarana.pr.gov.br)

Gestor Responsável: Ana Paula Sobreira Moraes Nazarko

Ato de Nomeação do Gestor: Decreto 311/2017

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei de Criação do FMAS: Lei 210/2009

Nome do Gestor do Fundo: Ana Paula Sobreira Moraes Nazarko

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei de Criação: Lei 210/2009

Endereço CMAS: Rua João Matiuzzi, 279

Telefone: (43) 3425-1511

Nome do Presidente: Paulo Antônio da Silva

Nome do Secretário Executivo: Diego Antunes Guilherme Carretas

Número de Membros: 28 (14 titulares e 14 suplentes)

Os Conselheiros do CMAS foram nomeados pelos Decretos nº 270 de 05/08/2019, 421 de 23/10/2019, 450 de 13/11/2019, 469 de 28/11/2019, 41 de 06/02/2020, 95 de 09/03/2020, 422 de 18/08/2020 e 312 de 07/05/2021.

### Conselheiros Governamentais

Nome do Conselheiro	Representatividade	Titularidade
Ana Paula Nazarko	Governamental/ Assistência Social	Conselheira Titular
Debora Malagido Pinto	Governamental/ Assistência Social	Conselheira Suplente
Ana Maria Schmidt	Governamental/ Assistência Social	Conselheira Titular
Claudinei Damaceno	Governamental/ Assistência Social	Conselheiro Suplente
Léia Sofia Soares dos Santos Viale	Governamental/ Autarquia de Educação	Conselheira Titular
Heliana Portolese da Silva	Governamental/ Autarquia de Educação	Conselheira Suplente
Marcelo Viana	Governamental/ Autarquia de Saúde	Conselheiro Titular
Terence Penharbel	Governamental/ Autarquia de Saúde	Conselheiro Suplente
Juliana de Jesus Arnold	Governamental/ Secretaria da Fazenda	Conselheira Titular
Leonardo Saque Hecko	Governamental/ Secretaria da Fazenda	Conselheiro Suplente
Patricia Oliveira Vecchi	Governamental/ Secretaria da Mulher	Conselheira Titular
Terezinha Elizabete Berton	Governamental/ Secretaria da Mulher	Conselheira Suplente
Maria Clara de Andrade	Governamental/ Secretaria do Esporte	Conselheira Titular
Elisabeth Hauptmann	Governamental/ Secretaria do Esporte	Conselheira Suplente

**Conselheiros Sociedade Civil**

<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Representatividade</b>	<b>Titularidade</b>
David Brito	Sociedade Civil/ OSC	Conselheiro Titular
Roseli Paetzold	Sociedade Civil/ OSC	Conselheira Suplente
Ana Paula de Melo Soterio	Sociedade Civil/ OSC	Conselheira Titular
Fabiana Vieira da Silva	Sociedade Civil/ OSC	Conselheira Suplente
Paulo Antônio da Silva	Sociedade Civil/ OSC	Conselheiro Titular
Renata Valin	Sociedade Civil/ OSC	Conselheira Suplente
Nilceane Cuani	Sociedade Civil/ OSC	Conselheira Titular
Bárbara L Rodrigues	Sociedade Civil/ OSC	Conselheira Suplente
Sonia Maria Kliuck	Sociedade Civil/ Usuários	Conselheira Titular
Isabel Eneide da Rosa	Sociedade Civil/ Usuários	Conselheira Suplente
José Benedito Martins	Sociedade Civil/ Usuários	Conselheiro Titular
Maria Ap. Sales Festi	Sociedade Civil/ Usuários	Conselheira Suplente
Yuri Bruniera Padula	Sociedade Civil/ Trabalhadores	Conselheira Titular
Paulo Augusto da Fonseca	Sociedade Civil/ Trabalhadores	Conselheira Suplente

## SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	5
II.	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	7
	Localização do Município e Caracterização da População.....	8
	Habitação.....	16
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal .....	19
	Panorama da Educação em Apucarana .....	27
	Panorama da Saúde em Apucarana.....	30
III.	REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO.....	33
	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	33
	Território do CRAS I - Geraldo Cesar de Souza.....	39
	Território do CRAS II - Lázaro Zanotti.....	47
	Território do CRAS III - José Ferreira de Souza.....	54
	Território do CRAS IV - Padre Dominique.....	61
	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	68
IV.	BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	82
V.	FINANCIAMENTO DO SUAS EM APUCARANA.....	90
	Participação das Esferas de Governo no Orçamento do FMAS.....	91
VI.	DIRETRIZES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO.....	96
	Objetivo do Plano Municipal de Assistência Social.....	97
	Objetivos Específicos.....	97
	Eixos, Diretrizes, Ações, Estratégias e Metas.....	98
	Resultados e Impactos Esperados.....	121
VII.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	121
	REFERÊNCIAS.....	123
	ANEXO I- LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS.....	125

## I. INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social compõe o sistema de seguridade social no Brasil, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Tem como objetivos a proteção social, a defesa dos direitos sociais e a vigilância socioassistencial e os operacionaliza por meio do Sistema Único de Assistência Social. Em Apucarana o SUAS é regulamentado pela lei municipal nº 58 de 24 de agosto de 2017, operacionalizado pelos serviços socioassistenciais tipificados pelo Ministério da Cidadania, gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, financiado pelos fundos de assistência social (federal, estadual e municipal) e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Apucarana é uma cidade com 136.234 habitantes (IBGE), localizada no norte do Paraná. No SUAS está classificado como município de Grande Porte de acordo com a quantidade de habitantes que possui (de 100.001 a 900.000 habitantes), é um município de gestão plena, o que significa que o município tem a gestão total das ações de assistência social e para receber os incentivos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social deve preencher os pressupostos exigidos pelo Plano Nacional de Assistência Social e pela Norma Operacional Básica do SUAS. É diante dessas exigências que nasce o Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento e organização da gestão do SUAS em nível municipal, elaborado pela secretaria municipal de assistência social e aprovado pelo conselho municipal de assistência social.

O Plano Municipal de Assistência Social de Apucarana terá vigência de 2022 a 2025 e está organizado nas seguintes etapas. A primeira é o diagnóstico socioterritorial, o diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita a leitura de uma determinada realidade social. O objetivo do diagnóstico no plano municipal é conhecer melhor as necessidades e demandas dos cidadãos e possibilitar aos responsáveis e operadores da política de assistência social a aprenderem as particularidades dos territórios da cidade e detectarem as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos aos cidadãos. Para elaborar o diagnóstico foi realizado o levantamento de dados do IBGE, da plataforma Atlas Brasil, do Cadastro Único para Programas Sociais, do Sistema IDS Social e das plataformas de dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania. São analisados os dados gerais do município, a sua localização e a caracterização da população, os índices de desenvolvimento humano, dados referentes a habitação, sistema de saúde e educação em Apucarana.

A segunda etapa do plano é a apresentação da rede socioassistencial do município de acordo com as esferas da proteção social, sendo elas a básica, a especial de média e alta complexidade. O objetivo é identificar a rede de proteção

dos serviços socioassistenciais no município, a oferta e a cobertura nos territórios. Em seguida serão apresentados os benefícios socioassistenciais, quais são e os indicadores de concessão no município. Os indicadores do financiamento do SUAS são os últimos a serem analisados, trazendo um panorama dos investimentos fiscais realizados nas três esferas do pacto federativo, municipal, estadual e federal.

Por fim serão apresentadas as diretrizes, os objetivos, os eixos e as ações que darão materialidade a concretização do plano municipal de assistência social em Apucarana. Os eixos estão divididos em sete categorias, sendo elas: Serviços e Programas; Benefícios Eventuais e Programas de Transferência de Renda; Programas e Projetos de Enfrentamento a Pobreza; Controle e Participação Social; Garantia e Efetivação da Gestão do SUAS; Trabalho e Educação Continuada.

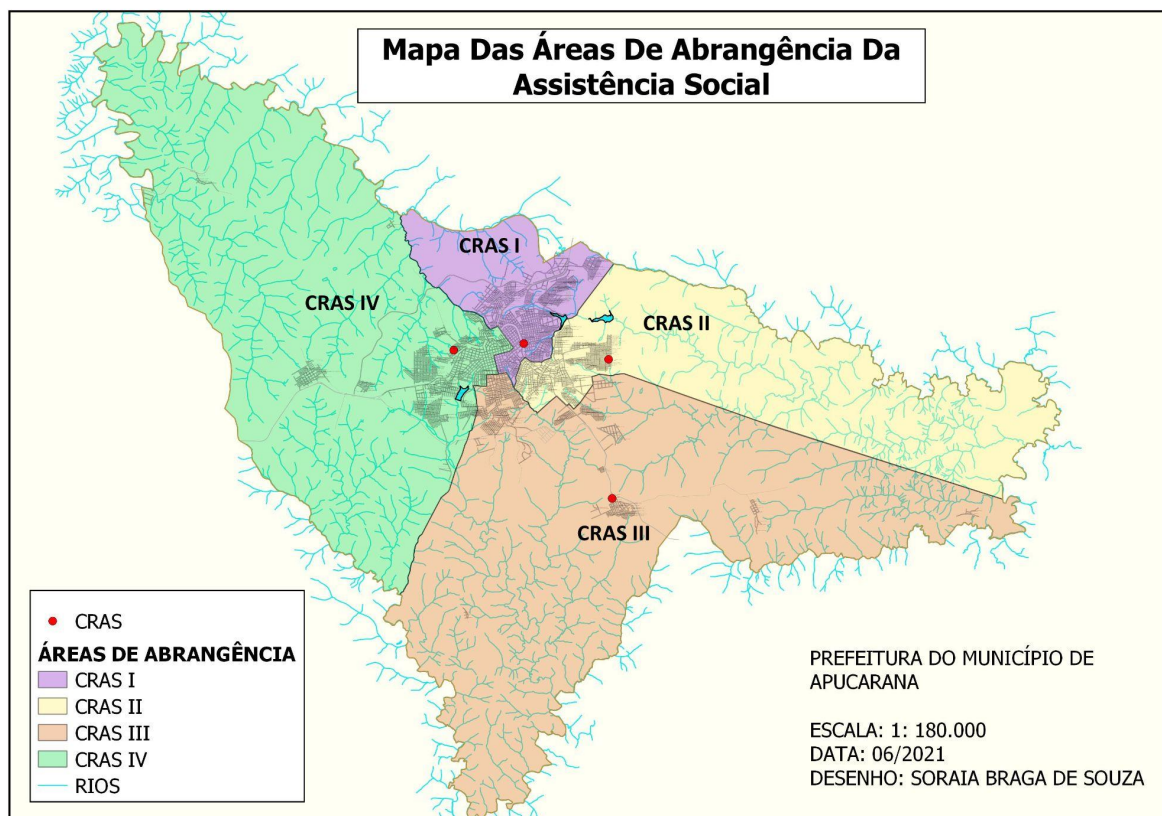
O plano é concluído com a exposição dos impactos esperados, dos meios de monitoramento e avaliação e das referências utilizadas no trabalho.

Com o plano municipal de assistência social 2022/2025, a Prefeitura do Município de Apucarana reafirma o compromisso de desenvolver políticas sociais comprometidas com a melhoria da qualidade da prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais entendidos como elementos fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.



## II. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Mapa 1 - Áreas De Abrangência Da Assistência Social



Fonte: Elaboração própria SAS

Apucarana é um município brasileiro localizado no norte do estado do Paraná, fundado em 30 de Dezembro de 1943. Segundo o IBGE a área total do município é de 558,40 Km<sup>2</sup> e sua densidade demográfica é de 237,63 habitantes/Km<sup>2</sup>, com população estimada para 2020 de 136.234 pessoas e um PIB per capita de R\$ 23.315,61 segundo o último levantamento do IBGE realizado em 2018, e com o IDHM de 0,748 segundo o último levantamento do IBGE realizado em 2010.

Quadro dos Dados Gerais do Município de Apucarana

População no Censo 2017	132.691 pessoas
População Estimada 2020	136.234 pessoas
Densidade Demográfica 2017	237,63 Hab/Km <sup>2</sup>
IDHM 2000	0,669
IDHM 2010	0,748

Faixa do IDHM	Alto
PIB per capita 2018	R\$ 23.315,61
Área do Município	558,40 Km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE e Atlas Brasil

Compõem a divisão administrativa da cidade quatro distritos, sendo eles, distrito de Correia de Freitas, Pirapó, São Pedro e Vila Reis. No Brasil, distritos são territórios em que se subdividem os municípios. Os patrimônios são unidades territoriais de posse do município.

Tabela 1 - Distritos e Patrimônios e a Distância deles de Apucarana

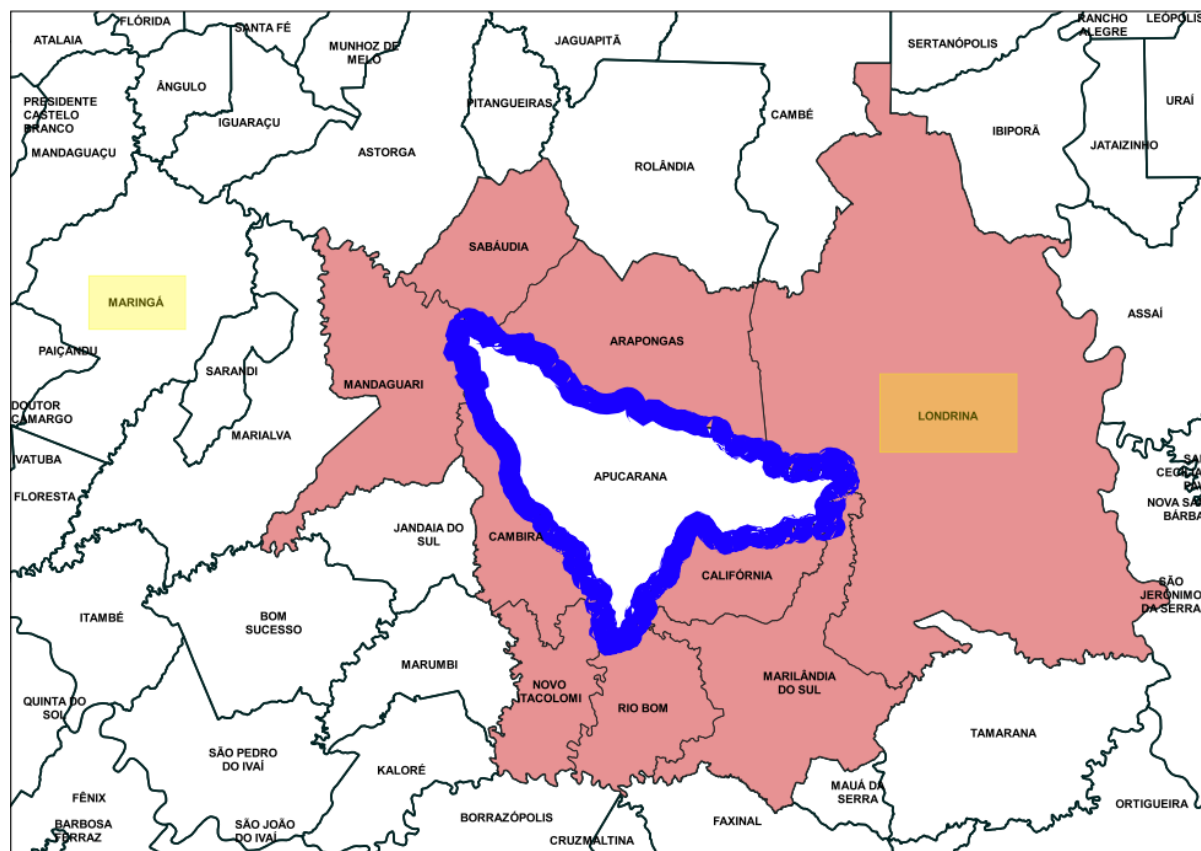
<b>Distritos</b>	<b>Patrimônios</b>
Correia de Freitas - 15 km	Pinhalzinho - 32 km
Pirapó - 9 km	São Domingos - 12 km
São Pedro - 24 km	São Pedro do Taquara - 27 km
Vila Reis - 10 Km	São Sebastião do Barreiro - 6 km

Fonte: Sítio Eletrônico da Prefeitura Municipal de Apucarana

## **Localização do Município e Caracterização da População**

A cidade de Apucarana está localizada no Norte do Paraná (mapa 2), mais especificamente no território rural denominado Vale do Ivaí, localizado na região sul (da região norte) e que é composto por 26 municípios (Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí).

Mapa 2 - Localização da Cidade no Vale do Ivaí



Fonte: IDEPLAN

Apucarana é a segunda maior cidade em extensão territorial, em primeiro lugar está a cidade de Faxinal com 715,94 m<sup>2</sup>, contudo Apucarana ocupa o primeiro lugar no índice populacional.

Tabela 2 - População Urbana e Rural de Apucarana

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	95.064	100%	107.827	100%	120.919	100%
População Urbana	86.079	90,54%	100.249	92,97%	114.098	94,35%
População Rural	8.985	9,45%	7.578	7,02%	6.821	5,64%

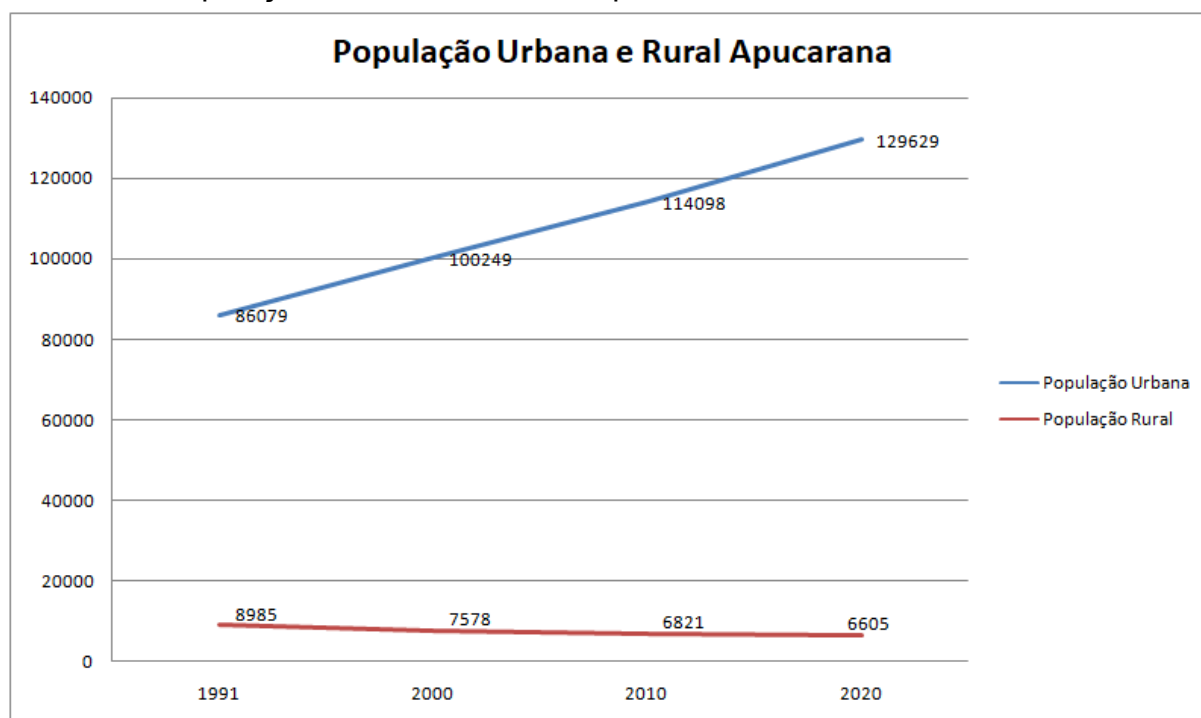
Fonte: Atlas Brasil

Conforme a Tabela 2 a população de Apucarana, no último censo populacional realizado pelo IBGE em 2010, é de 120.919 pessoas, sendo predominantemente urbana (94,35%). Contudo a população estimada pelo IBGE em

2020 é de 136.234 pessoas, o que sugere uma progressão de 15.315 pessoas no período de 10 anos.

O Gráfico 1 demonstra a progressão populacional entre 1991 e 2020 - utilizando como parâmetro para 2020 a estimativa populacional do IBGE e o percentual da população urbana e rural do Censo de 1991 e 2010, para alcançar um parâmetro foi feita uma estimativa do crescimento da população urbana e o decréscimo da população rural.

Gráfico 1 - População Urbana e Rural de Apucarana



Fonte: Elaboração Própria.

A tabela 3 apresenta o panorama histórico, entre 1991 e 2010, da estrutura etária da população de Apucarana, conforme o Atlas Brasil. Observa-se que entre os anos a maioria da população possui idade entre 15 e 64 anos. Apresenta-se também a Razão de Dependência e a Taxa de Envelhecimento, que serão analisados nos gráficos 3 e 4, respectivamente.

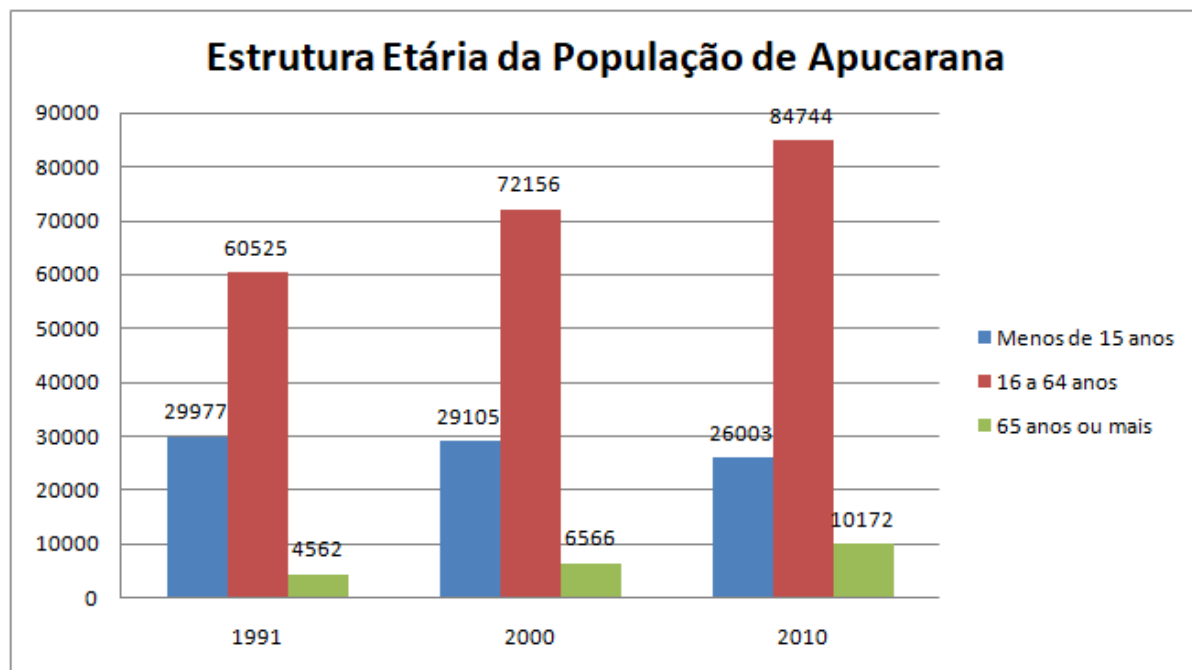
Tabela 3 - Histórico Estrutura Etária da População de Apucarana

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	29.977	31,53%	29.105	26,99%	26.003	21,50%
15 a 64 anos	60.525	63,66%	72.156	66,91%	84.744	70,08%
65 anos ou mais	4.562	4,79%	6.566	6,08%	10.172	8,41%
Razão de dependência (%)	57,07%	-	49,24%	-	42,68%	-
Taxa de envelhecimento (%)	4,8%	-	6,08%	-	8,41%	-

Fonte: Atlas Brasil

Antes das considerações acerca da Razão de Dependência e da Taxa de Envelhecimento, utilizaremos o Gráfico 2 para ilustrar o decréscimo em relação aos menores de 15 anos e o crescimento dos maiores de 65 anos. Tal fenômeno é oriundo do envelhecimento da população, processo natural do ciclo da vida, contudo a queda nos índices menores de 15 anos é um indicador acerca das taxas de natalidade.

Gráfico 2 - Histórico Estrutura Etária da População de Apucarana



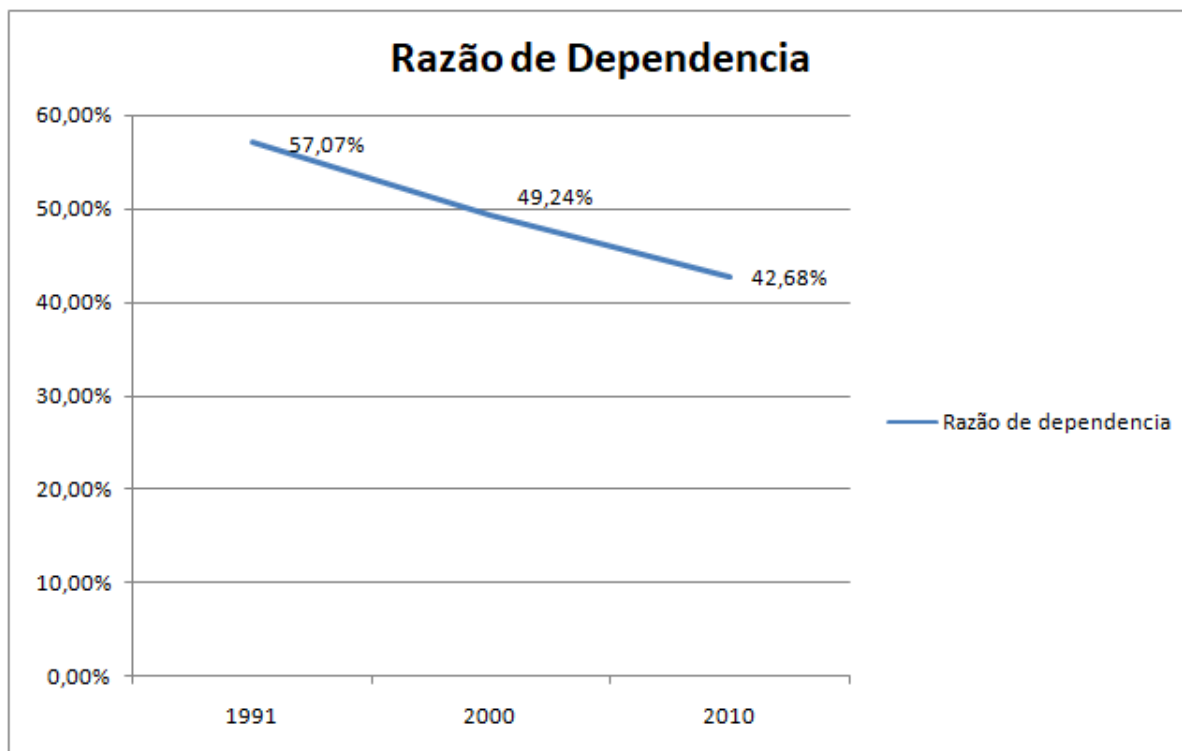
Fonte: Produção própria Dados: Atlas Brasil

No Brasil, as taxas de natalidade, acompanhando uma tendência mundial, vêm sofrendo reduções nos últimos anos. A população continua aumentando, mas as porcentagens de crescimento estão caindo. Conforme estudos realizados para compreender a queda das taxas de natalidade, existem fatores responsáveis por tal fenômeno: urbanização crescente, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher no mercado de trabalho e instabilidade no emprego.

A Razão de Dependência de uma população mede-se pela razão entre a população economicamente dependente e a população economicamente ativa. Ou seja, nada mais é do que a quantidade de crianças (população menor de 15 anos) e idosos (população acima de 65 anos) que existem para cada pessoa em idade ativa (entre 16 e 64 anos).



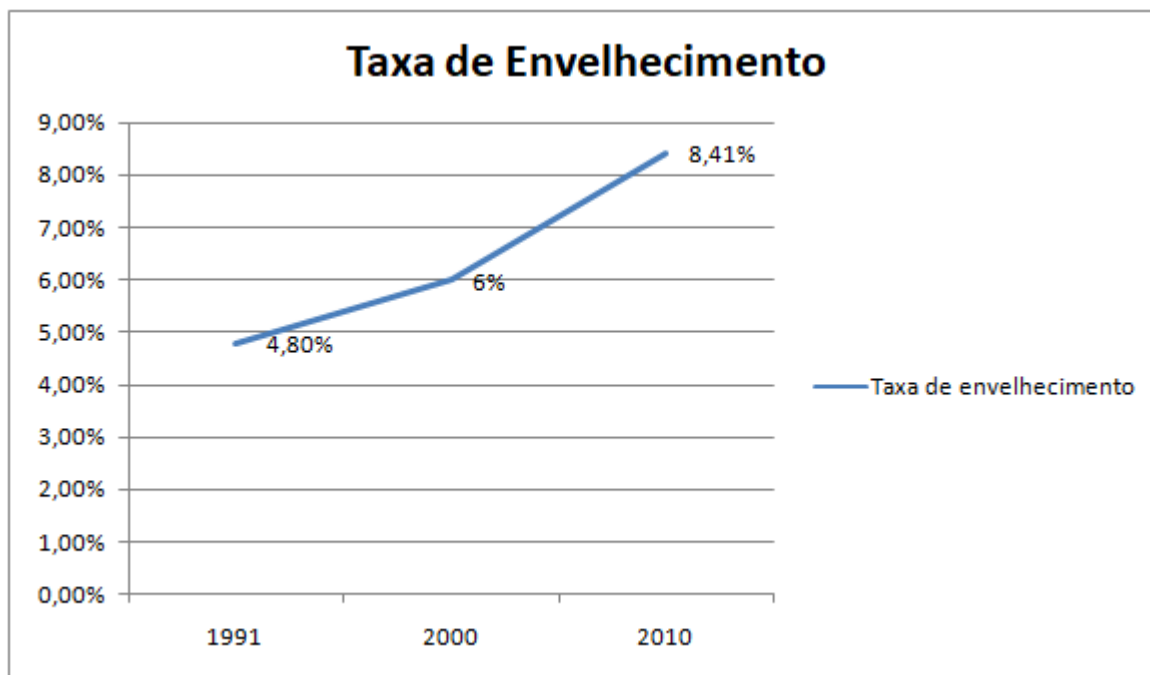
Gráfico 3 - Razão de Dependência



Fonte: Produção própria Dados: Atlas Brasil

Conforme o gráfico 3, em 2010, Apucarana possuía 42,68% da população economicamente dependente. Sendo que em 1991, mais da metade da população estava dentro do grupo dependente. A taxa de envelhecimento de Apucarana, conforme o Atlas Brasil, ilustrada no gráfico 4, revela o crescimento ao decorrer dos anos, sugerindo que a o decréscimo da razão de dependência é em razão das quedas nas taxas de natalidade, pois a expectativa de vida dos munícipes foi ampliada.

Gráfico 4 - Taxa de envelhecimento



Fonte: Produção própria Dados: Atlas Brasil

Tabela 4 - População Total por Gênero - IBGE

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	95.064	100%	107.827	100%	120.919	100%
População Masculina	46.823	49,25%	52.825	48,99%	58.682	48,53%
População feminina	48.241	50,74%	55.002	51,00%	62.237	51,46%

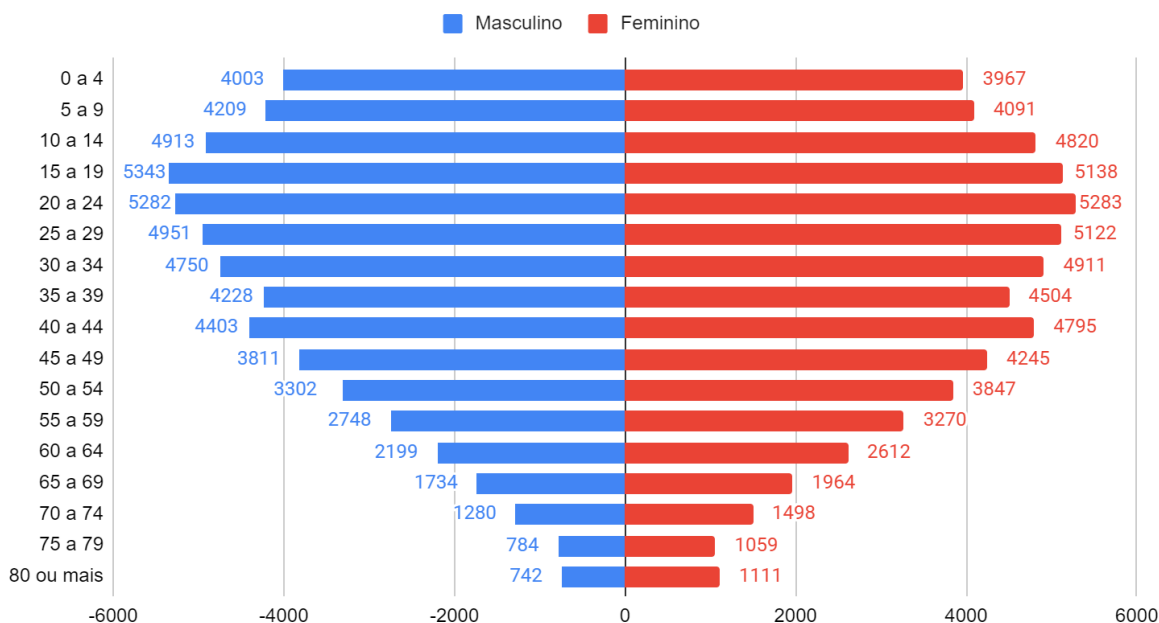
Fonte: Produção própria Dados: Atlas Brasil

Ainda em análise a distribuição etária da população de Apucarana, na tabela 4 e no gráfico 5 apresenta uma perspectiva mais detalhada, analisando o eixo gênero.



## Gráfico 5 - Pirâmides Etárias por Gênero

### População Masculina e Feminina por Faixa Etária Apucarana Censo 2010



Fonte: Atlas Brasil

Por meio do gráfico é possível identificar que em 2010 homens representam a maioria de 0 a 19 anos na cidade de Apucarana. Já as mulheres, representam a maioria da população apucaranesa a partir dos 20 anos até os 80 anos ou mais. Segundo a projeção do IBGE para 2018, com base nos dados do Censo de 2010, até o ano passado, 0,12% da população era formada por homens com 90 anos ou mais, enquanto esse percentual era de 0,24% da população para mulheres com 90 anos ou mais. Uma das principais hipóteses para essa diferença são questões genéticas, mas também há o incentivo cultural promovendo que homens se comportem de maneira mais violenta e arriscada do que as mulheres, segundo os especialistas. Outros fatores culturais influenciam: as mulheres entre 16 e 60 anos vão ao médico mais frequentemente do que os homens da mesma idade. É preciso ressaltar, que segundo estudiosos no assunto, as mulheres vivem mais tempo, mas também sofrem mais doenças, particularmente nos últimos anos de vida.

No que tange à população apucaranesa segundo a Cor/Raça, a tabela a seguir apresenta que conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, a população da cidade é em sua maioria Branca.

Tabela 5 - População segundo Cor/Raça

Cor / Raça	População
Branca	80.321
Preta	5.171
Amarela	1.877
Parda	33.294
Indígena	256
Sem declaração	-
<b>TOTAL</b>	<b>120.919</b>

Fonte: IBGE 2010

A população de pessoas com deficiências é representada na tabela 6, de acordo com o tipo de deficiência. Havendo maior incidência na deficiência visual com 16.803 declarantes, seguido de deficiência física e/ou motora com 8.093 declarantes, depois aparece deficiência auditiva (5.739) e mental e/ou intelectual (1.440).

Tabela 6 - População segundo o tipo de deficiência

Tipo de Deficiência	População
Pelo menos uma das deficiências investigadas	24.166
Visual	16.803
Auditiva	5.739
Física e/ou motora	8.093
Mental e /ou intelectual	1.440
Sem declaração	13

Fonte: IBGE 2010

## Habitação

Na área habitacional, segundo os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010), Apucarana possui 41.953 domicílios, divididos em particulares, ocupados, não ocupados e coletivos. A tabela demonstra que a maioria da população reside em domicílio particular e na zona urbana.

Tabela 7 - Tipo de Domicílio Recenseado

Tipo de Domicílio	Urbana	Rural	TOTAL
Particular	39.344	2.575	41.919
Ocupado	36.463	2.049	38.512
Não Ocupado	2.881	526	3.407
Coletivo	32	2	34
TOTAL	39.376	2.577	41.953

Fonte: IBGE 2010

Ainda segundo o censo demográfico do IBGE, nos domicílios particulares, as famílias são compostas, em sua maioria, por três pessoas ( 12.074 famílias) e em seguida por até 2 pessoas (11.978).

Tabela 8 - Composição das Famílias em Domicílios Particulares

Composição das Famílias	Nº de Famílias
Com até 2 pessoas	11.978
Com 3 pessoas	12.074
Com 4 pessoas	8.595
Com 5 pessoas	2.973
Com 6 pessoas ou mais	1.033
TOTAL	36.652

Fonte: IBGE 2010

Acerca da condição de ocupação, os domicílios são em sua maioria próprios (26.159), seguido dos alugados (7.985), ainda havendo domicílios cedidos e em condição não especificada.

Tabela 9 - Condição de Ocupação dos Domicílios

Condição	Nº de Domicílios
Próprio	26.159
Alugado	7.985
Cedido	4.216
Outra condição	134
TOTAL	38.494

Fonte: IBGE 2010

Os domicílios pesquisados, apresentam características importantes para compreensão das condições habitacionais do município:

Tabela 10 - Características dos Domicílios Particulares Permanentes

Número de Total domicílios particulares permanentes 41.919

Características	Nº de Domicílios
Abastecimento de água (água canalizada)	38.425
Esgotamento sanitário (banheiro ou sanitário)	38.455
Destino do lixo (coletado)	36.992
Energia elétrica	35.454

Fonte: IBGE 2010

Cerca de 91,66% possuem abastecimento de água, 91,73% esgotamento sanitário, 88,24% coleta de lixo, 84,57% energia elétrica. Os dados demonstram que as condições habitacionais podem ser consideradas boas no município. No entanto, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, elaborado em 2019 pela Prefeitura Municipal de Apucarana revela que a cidade possui 4.046 famílias em déficit habitacional. Vale ressaltar que o conceito de déficit habitacional não equivale diretamente à necessidade de novas unidades habitacionais, trata-se também da necessidade de moradias a serem regularizadas (documentação de titularidade) e habitações que precisam de melhorias.

## Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM de Apucarana, desenvolvido pelo IBGE, demonstra que a taxa de desenvolvimento entre os anos 2000 e 2010 foi inferior à da década anterior, como registrado na tabela 4.

Tabela 11 - IDH-M de Apucarana e seus componentes (1991 - 2010)

Ano	Longevidade	Educação	Renda	IDH-M	Crescimento Médio
1991	0,713	0,342	0,628	0,535	-
2000	0,803	0,545	0,685	0,669	25,04%
2010	0,845	0,668	0,741	0,748	11,80%

Fonte: IBGE 2010

O IDHM é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso à educação e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. No ano de 2010 o IDHM de Apucarana chegou a pontuar 0,748, comparando com os municípios fronteiriços divide o terceiro lugar com a cidade de Arapongas, ficando atrás de Mandaguari (IDHM: 0,751) que ocupa o segundo lugar e Londrina (IDHM: 0,778) que ocupa o primeiro lugar.

Considerando que os dados do IBGE são datados de 2010, utilizaremos dados do IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – que consiste em um estudo do sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Tabela 12 - Histórico do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: Apucarana

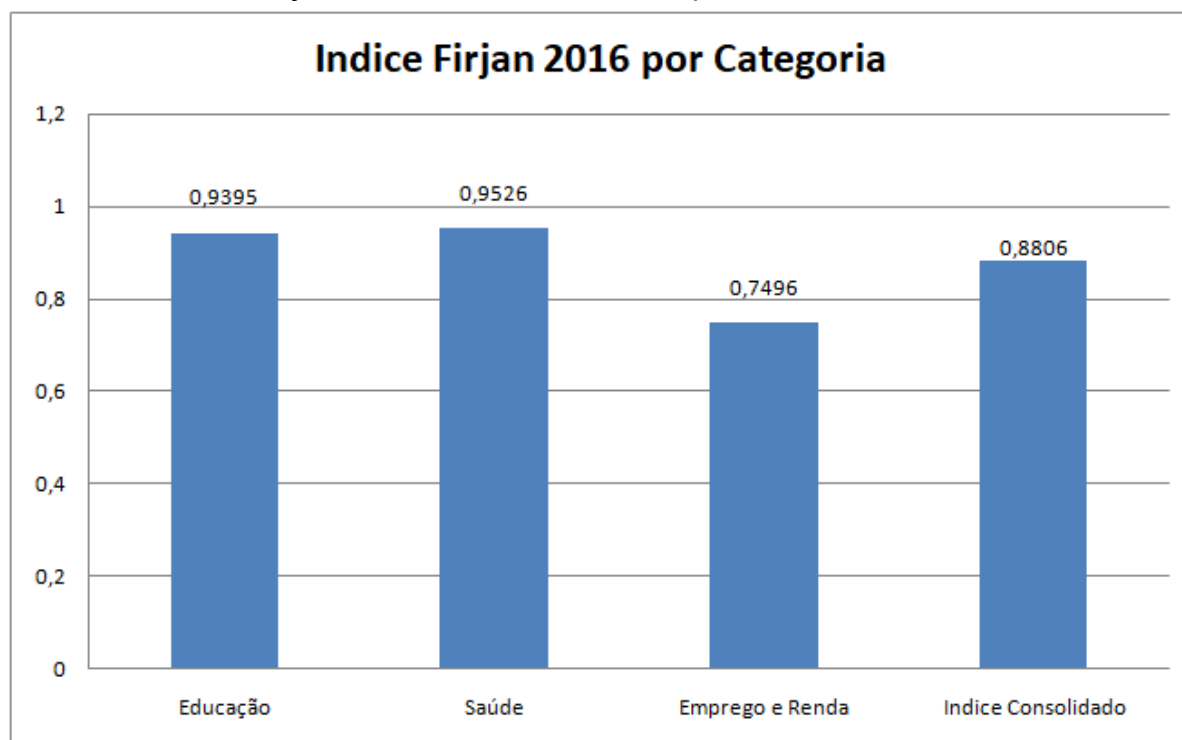
Ano	Educação	Saúde	Emprego e Renda	Índice Consolidado	Posição Estadual	Posição Nacional
2010	0,8542	0,9614	0,8335	0,8830	2°	33°
2011	0,8767	0,9648	0,8053	0,8823	2°	37°
2012	0,8945	0,9660	0,8638	0,9081	1°	6°
2013	0,9059	0,9609	0,8138	0,8935	1°	20°
2014	0,9098	0,9544	0,8255	0,8966	1°	7°
2015	0,9335	0,9495	0,7117	0,8649	2°	11°
2016	0,9395	0,9526	0,7496	0,8806	1°	5°

Fonte: Índice Firjan

Historicamente Apucarana apresenta índices acima de 0,8 desde 2010, contudo conforme a tabela 5 a partir de 2013 o índice de Emprego e Renda apresenta uma declínio, chegando em 0,8638 para 0,7496 em 2016. Importante ressaltar que nesse mesmo índice ocorreu um crescimento entre 2015 e 2016 de 0,0157. No *Ranking* Nacional, Apucarana ocupava o 33° em 2010 e em seis anos passou a ocupar o 5° lugar, o que representa um movimento de crescimento do IDHM acelerado. No *Ranking* Estadual a cidade aparece em 1° lugar em 2016 e na trajetória dos últimos seis anos variou de posição, mas sempre entre o 1° e o 2° lugar.

O Gráfico 6 ilustra os índices no ano de 2016. Nos eixos Educação e Saúde o desenvolvimento da cidade é avaliado como Alto, enquanto no eixo Emprego de Renda avalia-se o desenvolvimento como Moderado. Já o índice consolidado, o IDHM de Apucarana é de Alto desenvolvimento.

Gráfico 6 - Índice Firjan Desenvolvimento Municipal 2016



Fonte: Firjan/2016

Buscando alcançar dados do público atendido pelo SUAS em Apucarana, extraímos informações do Sistema IDS Social, plataforma de registro de atendimentos *online* que integra todas as informações dos usuários e famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS, CENTRO POP e etc). Há cerca de 46.383 pessoas cadastradas no IDS Social em Apucarana.

Analizando os dados extraídos do IDS, acerca do Perfil de Gênero e Etnia dos Atendimentos Registrados no Sistema de 2018 até o primeiro semestre de 2021, demonstrado na tabela 13. Os dados demonstram que os atendimentos foram realizados majoritariamente, desde 2017, para mulheres e que a raça com maior incidência é a Branca, seguida de Parda e Preta. Já entre os homens a raça predominante também é a branca, seguida de parda e preta, contudo o índice de não declarados é grande se comparado com o mesmo índice no gênero feminino.

A predominância do atendimento a mulheres pode se justificar por diretrizes de programas sociais que priorizam o atendimento à mulheres como responsáveis familiares, lógica utilizada inclusive pelo Cadastro Único para programas sociais. Também é uma demarcação histórica do papel social da mulher na organização da família, a responsabilidade pela educação dos filhos e cuidados com a saúde da família.



Tabela 13 - Perfil de Gênero e Etnia dos Atendimentos Registrados no IDS Social

Raça	Gênero							
	Fem 2018	Fem 2019	Fem 2020	Fem 2021	Masc 2018	Masc 2019	Masc 2020	Masc 2021
Amarela	0.68%	0.37%	0.27%	0.35%	0.16%	0.23%	0.24%	0.28%
Branca	38.69%	28.55%	36.34%	34.45%	10.62%	11.73%	14.90%	13.08%
Indígena	0.02%	0.13%	0.12%	0.05%	0.01%	0.07%	0.11%	0.07%
Não Declarada	13.12%	5.79%	4.28%	6.24%	7.47%	7.91%	6.58%	6.93%
Parda e Preto	23.42%	18.08%	20.13%	21.89%	5.59%	8.04%	10.26%	8.73%
Total	75.92%	52.91%	61.13%	68.98%	23.86%	27.98%	32.08%	29.09%

Fonte: IDS Social

Ainda analisando dados extraídos do IDS Social, a tabela 14 demonstra que o público atendido entre 2018 e 2021, majoritariamente, não possuíam renda, porém chama atenção que de 2019 para 2020 houve um aumento de 13.347 pessoas que não possuem renda.

Tabela 14 - Existência de Renda Mensal Fixa do Público Atendido

Possui Renda?	Gênero			
	Feminino		Masculino	
	Sim	Não	Sim	Não
2018	3.825	9.492	908	3.230
2019	2.098	6.660	614	3.996
2020	5.048	15.275	1.771	8.728
2021	2.286	7.346	822	3.559

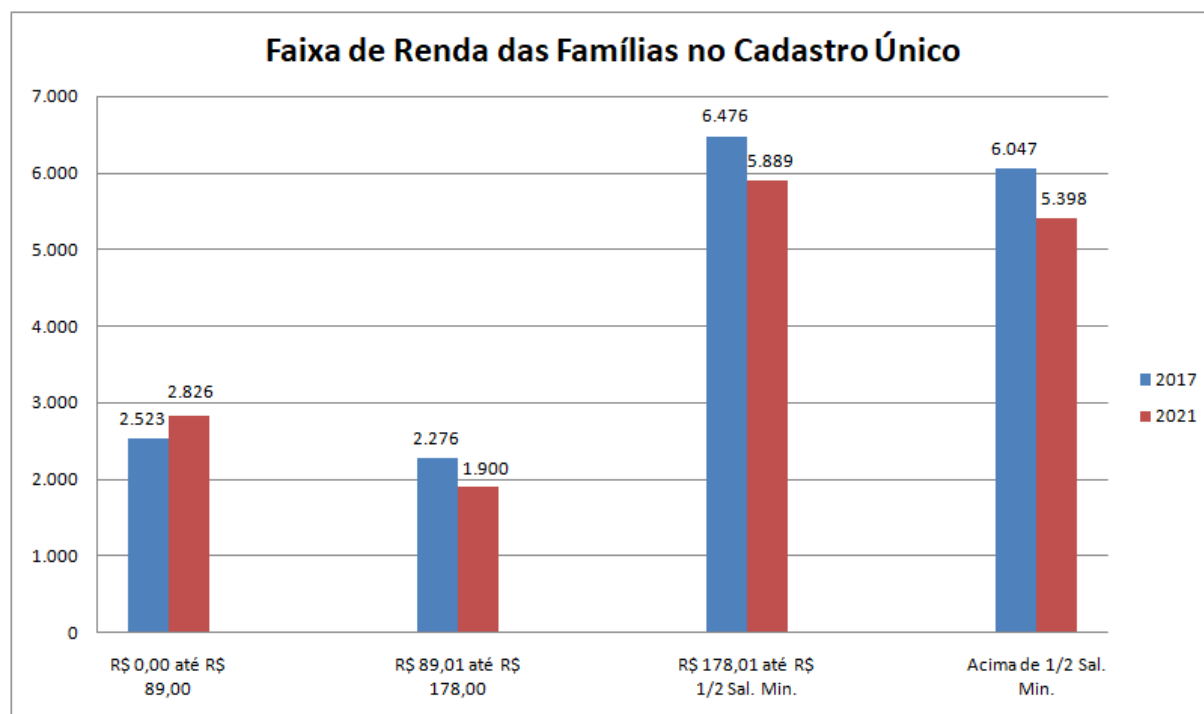
Fonte: IDS Social

O Cadastro Único é uma importante base de dados acerca dos usuários da política de assistência social no âmbito municipal, uma vez que para acessar programas, projetos e serviços socioassistenciais é preciso estar cadastrado. Por meio dos dados do Cadastro Único é possível conhecer mais o público atendido pelo SUAS.



Apucarana possui um pouco mais de 16 mil famílias cadastradas até março de 2021, totalizando 38.598 pessoas. A distribuição de famílias por renda é demonstrada no gráfico 7, estabelecendo um comparativo de 2017 com 2021. No período datado ocorreu um crescimento das famílias em situação de extrema pobreza - renda *per capita* familiar de R\$ 0,00 a R\$ 89,00 - tornando-se 18% das famílias cadastradas, enquanto ocorreu uma queda no cadastro de famílias com renda de R\$ 178,01 até ½ salário mínimo e acima de ½ salário mínimo. Também ocorreu uma queda na quantidade de famílias em situação de pobreza - renda *per capita* de R\$ 89,00 até R\$ 178,00.

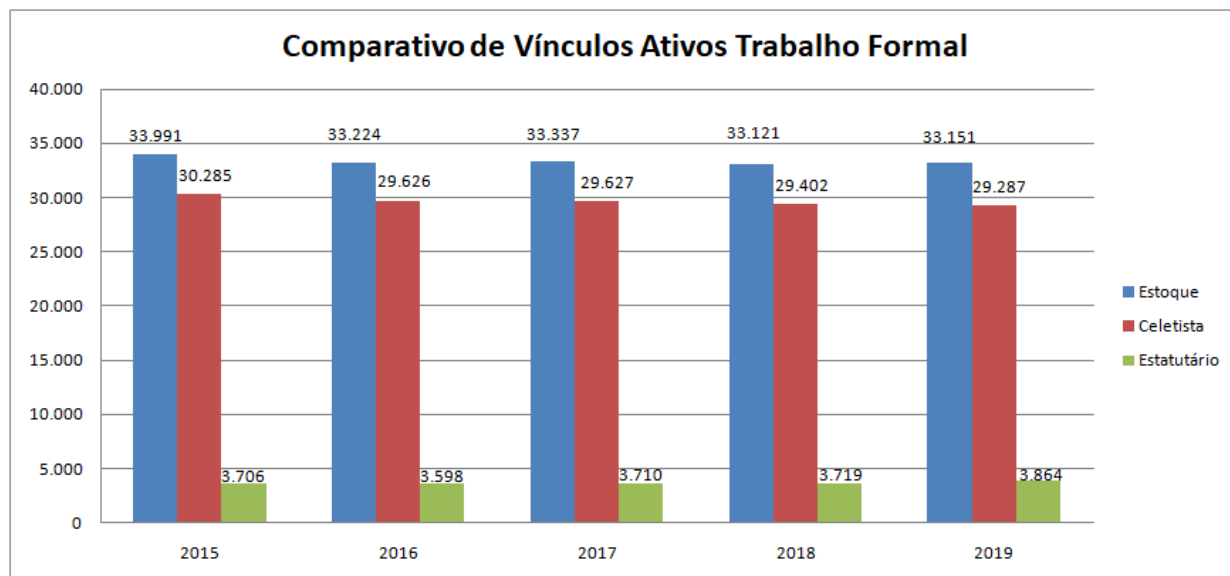
Gráfico 7 - Faixa de Renda das Famílias no Cadastro Único



Fonte: CECAD 2.0

Tais dados podem ser reflexo do fenômeno de declínio do IDM, no eixo Emprego e Renda, apresentado na tabela 5. Analisando o eixo Emprego e Renda com mais informações, o gráfico 8 faz uma comparação dos níveis de crescimento ou redução dos vínculos ativos de trabalho formal.

Gráfico 8 - Comparativo de Vínculos Ativos de Trabalho Formal em Apucarana



Fonte: Rais/CAGED

A trajetória do vínculo Celetista - vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.) brasileira - entre 2015 e 2019 há um declínio em pequena escala, enquanto o vínculo Estatutário - contratações realizadas pelo Estado e suas instituições - apresenta um tímido crescimento no mesmo período. É importante ressaltar que o celetista pode ser demitido com uma facilidade maior do que o estatutário, pois o regime estatutário proporciona uma estabilidade que não é vista em nenhuma outra forma de trabalho. Chama-se atenção que considerando a população de Apucarana, estimada para o ano de 2020 (136.234 pessoas) e o saldo de vínculos ativos de trabalho formal no último ano registrado (2019 - 33.151) significa que apenas 24,33% da população da cidade possui um vínculo formal de trabalho.

Ainda explorando o eixo Emprego e Renda, foi realizado um levantamento, por meio da plataforma Rais, acerca do Saldo de Admissões e Desligamentos Apucarana 2016 à 2020, apresentado na tabela 8.

Tabela 15 - Saldo de Admissões e Desligamentos Apucarana 2016 à 2020

Ano	Quantidade
2016	-767
2017	113
2018	-216
2019	30

2020	577
------	-----

Fonte: Rais/CAGED

Os dados revelam que em 2016, Apucarana encerrou o ano com mais demissões do que contratações (767 demissões), em 2017 o saldo de contratações se sobrepôs em 113 a mais do que o de demissões, já em 2018 novamente o saldo de demissões foi superior, 2019 e 2020 encerram com saldo de contratações superior ao de demissões.

Ainda sobre a geração de emprego e renda, conforme a tabela a seguir, elaborados com dados extraídos da plataforma RAIS, referentes ao número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas no ano de 2019.

Tabela 16 - Número de Estabelecimentos e Empregos (RAIS) Segundo as Atividades Econômicas - 2019

Atividades Econômicas (Setores e Subsetores do IBGE)	Estabelecimentos	Empregos
Extração de Minerais	3	37
Indústria de Transformação	1.032	11.988
- Produtos minerais não metálicos	26	303
- Metalúrgica	44	216
- Mecânica	38	340
- Material elétrico e de comunicações	12	756
- Material de transporte	18	361
- Madeira e do mobiliário	36	202
- Papel, papelão, editorial e gráfica	43	381
- Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	46	708
- Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas	47	616
- Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	614	6.695
- Calçados	8	160
- Produtos alimentícios, de bebida e álcool	100	1.250

etílico		
Serviços Industriais de utilidade pública	5	28
Construção Civil	193	1.061
Comércio	1.399	7.115
- Comércio varejista	1.222	5.678
- Comércio atacadista	177	1.437
Serviços	1.212	10.638
- Instituições de crédito, seguros e de capitalização	40	541
- Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica.	380	2.078
- Transporte e comunicações	171	1.547
- Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	365	1.910
- Serviços médicos, odontológicos e veterinários	189	1.183
- Ensino	67	3.379
Administração Pública	6	1.876
Agropecuária (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	195	408
Atividade não especificada ou classificada	-	-
TOTAL	4.045	33.151

Fonte: ME/Trabalho

O setor com maior índice de emprego, no ano datado, é a Indústria de Transformação (11.988), seguido da área de Serviços (10.638), em terceiro lugar está o Comércio (7.115). Contudo, o ramo cuja atividade mais atribuiu VAF (Valor Adicionado Fiscal), no mesmo ano foi o setor do Comércio, conforme tabela a seguir. De forma simplificada, podemos definir o Valor Adicionado Fiscal - VAF como sendo a riqueza ou ganho econômico decorrente das diversas atividades, objeto do campo de incidência do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

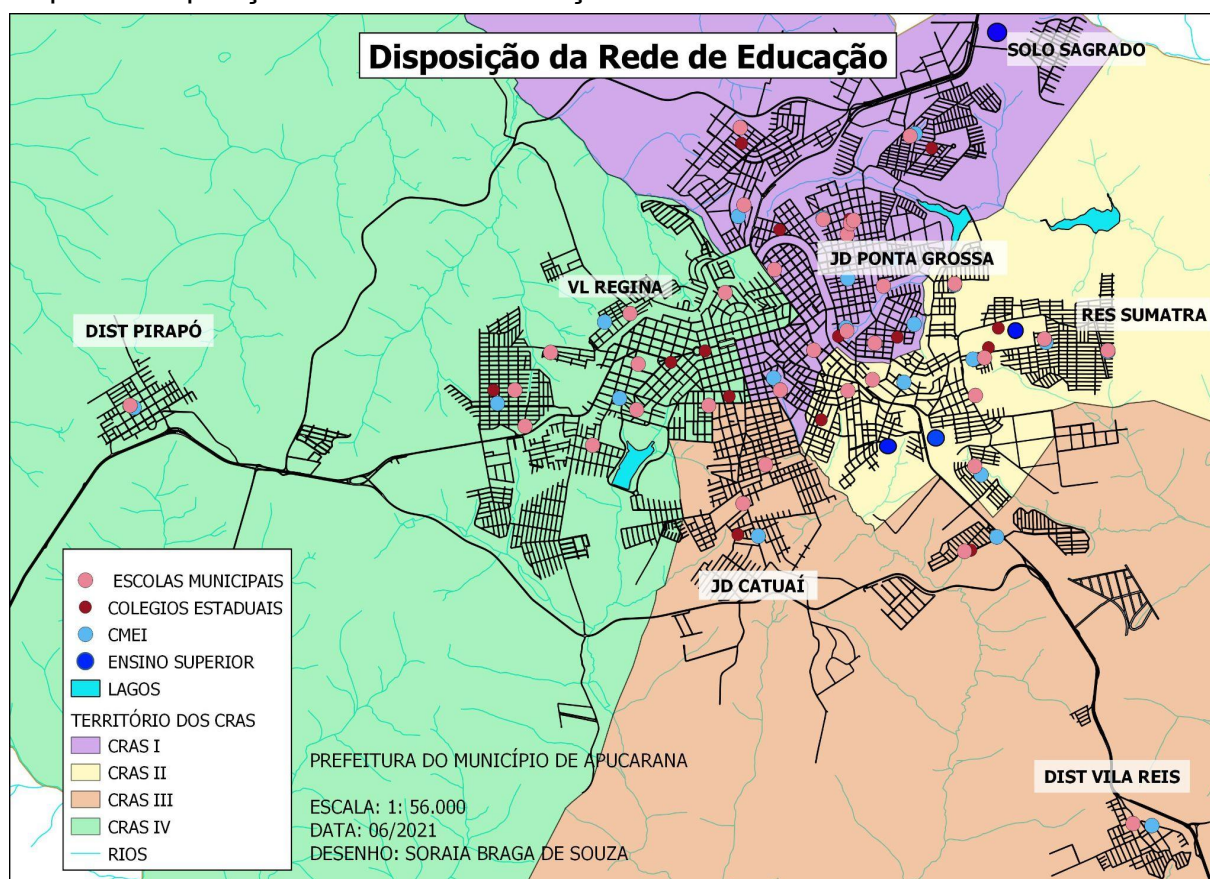
Tabela 17 - Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos de Atividade - 2019

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1,00)
Produção Primária	258.008.940
Indústria	845.033.308
Comércio e em Serviços	872.897.679
Recursos/ Autos (Decisões judiciais)	4.347.570
<b>TOTAL</b>	<b>1.980.287.497</b>

Fonte: SEFA

## Panorama da Educação em Apucarana

Mapa 3 - Disposição da Rede de Educação



Fonte: Elaboração própria SAS

O mapa 2 apresenta a disposição da rede de educação em Apucarana, a cidade conta com aproximadamente 36 escolas municipais que atendem os anos iniciais do ensino fundamental (1º ano ao 5º ano). Os colégios estaduais,



responsáveis por atender os anos finais do ensino fundamental (6º ano ao 9º) e o ensino médio, possuem dezoito unidades. Já o ensino superior, em Apucarana, conta com quatro instituições, sendo duas universidades, uma federal (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e uma estadual (Universidade Estadual do Paraná), e duas instituições privadas de ensino superior (Faculdade de Apucarana e Faculdade do Norte Novo de Apucarana).

Na educação básica, conforme os dados do Ministério da Educação e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Apucarana possui maior concentração de matrículas na esfera Municipal, na rede de Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tabela 18 - Taxas de Matrícula Segundo a Modalidade de Ensino e a Dependência Administrativa - 2020

Modalidade de Ensino	Federal	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Educação Infantil	-	-	5.169	1.311	6.480
Creche	-	-	2.478	609	3.087
Pré- escola	-	-	2.691	702	3.393
Ensino Fundamental	-	5.563	6.742	3.347	15.652
Ensino Médio	-	3.3784	-	967	4.351
Educação Profissional	-	1.192	-	197	1.389
Educação Especial - classes exclusivas	-	-	84	390	474
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	1.519	93	487	2.099
Ensino Fundamental		809	93	281	1.183
Ensino Médio		710	-	206	916
TOTAL	-	11.129	12.004	6.309	29.442

Fonte: MEC/INEP

Das famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o grau de instrução das pessoas em idade adulta (acima de 18 anos) tem 42,59% com nível fundamental incompleto, enquanto apenas 9,90% não possuem instrução e 6,07% possuem ensino superior incompleto.

Contudo, em uma análise por faixa etária, entre os adultos de 18 e 39 anos, 69,15% possuem o ensino médio completo, enquanto entre os adultos de 40 a 59 anos, apenas 28,02% possuem o mesmo grau e entre os acima de 60 anos, apenas 2,81% alcançaram a formação. Ao analisar os índices de pessoas sem instrução, 21,44% delas possuem idade entre 18 a 39 anos e 58,03% possuem 60

anos ou mais. Dessa forma é possível concluir que a população mais jovem teve maior acesso aos bancos escolares.

Tabela 19 - Grau de Instrução por Faixa Etária no Cadastro Único

Grau de Instrução	Faixa Etária			TOTAL
	Entre 18 e 39 anos	Entre 40 e 59	60 anos ou mais	
Sem Instrução	551	527	1.491	2.569
Fundamental Incompleto	2.750	4.162	4.132	11.044
Fundamental Completo	1.771	980	344	3.095
Médio Incompleto	2.103	460	104	2.667
Médio Completo	3.440	1.394	140	4.974
Superior Incompleto ou mais	1.230	264	81	1.575
Sem Resposta	1	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>11.846</b>	<b>7.787</b>	<b>6.292</b>	<b>25.925</b>

Fonte: Cadastro Único

Os dados demonstrados na tabela a seguir, analisam a faixa da renda familiar per capita e o nível de formação das pessoas inseridas no Cadastro Único.

Tabela 20 - Faixa da renda familiar e grau de instrução

Grau de Instrução	Faixa da renda familiar per capita				TOTAL
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima ½ Salário Mínimo	
Sem Instrução	1.556	1.192	2.739	1.694	7.181
Fundamental Incompleto	2.778	2.062	6.229	4.180	15.249
Fundamental Completo	669	517	1.515	765	3.466
Médio Incompleto	520	514	1.368	598	3.000
Médio Completo	669	590	2.412	1.481	5.152
Superior Incompleto ou mais	101	96	668	714	1.579

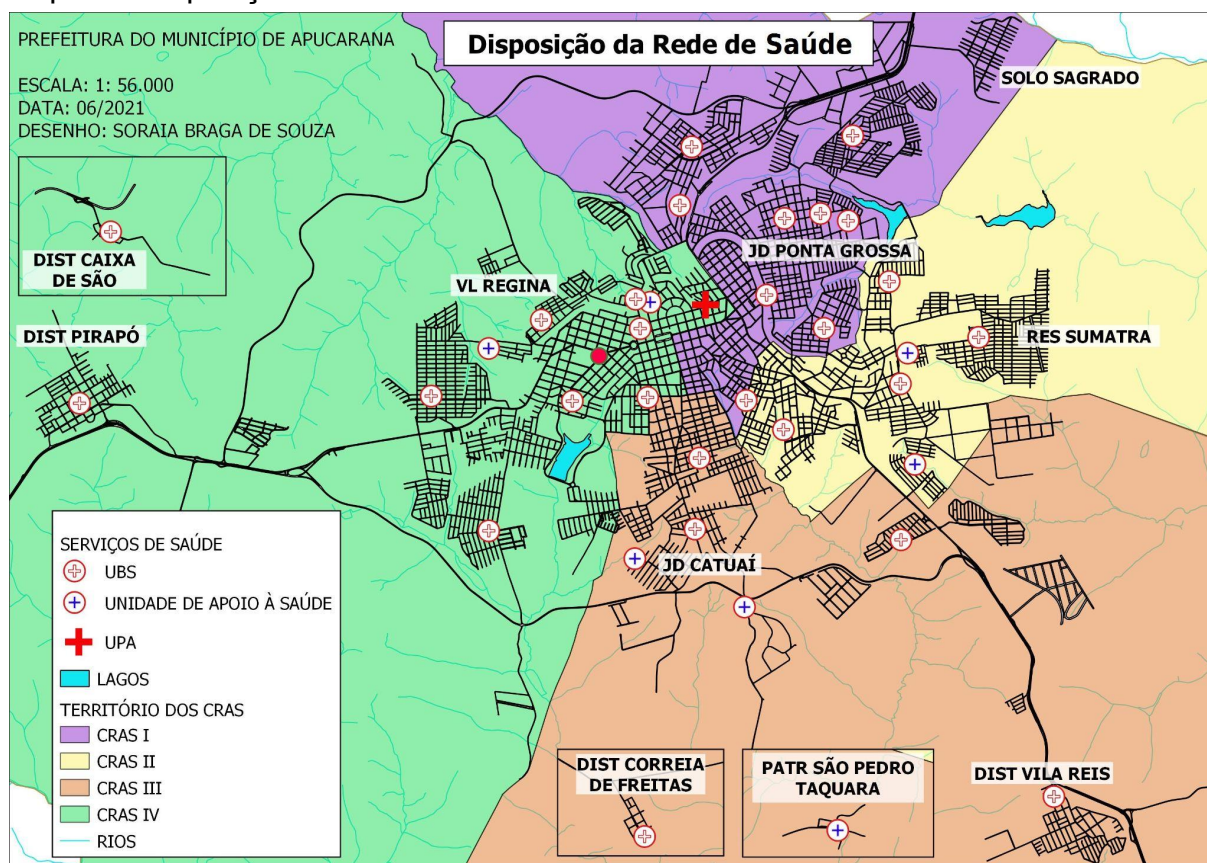
Sem Resposta	910	841	1.554	267	3.572
TOTAL	7.203	5.812	16.485	9.699	39.199

Fonte: Cadastro Único

O ensino fundamental incompleto assume o primeiro lugar em todas as faixas de renda, o que significa que há um indicador de evasão escolar, nessa fase da formação, entre as famílias inseridas no cadastro único do município. 38,90% das pessoas cadastradas não concluíram o ensino fundamental.

## Panorama da Saúde em Apucarana

Mapa 4 - Disposição da Rede de Saúde



Fonte: Elaboração própria SAS

Ao analisar a distribuição territorial da rede de Educação e Saúde torna-se perceptível a descentralização dos serviços para os diversos bairros e aos distritos. A descentralização gera impactos positivos no acesso aos serviços, nas escalas de proteção, potencializa os microterritórios e fortalece a identidade das localidades.

Segundo o Ministério da Saúde, a rede de saúde da cidade é composta por:



Tabela 21 - Número de Estabelecimentos de Saúde Segundo o Tipo - 2020

Tipo de Estabelecimento	Número
Academia da saúde	1
Centro de atenção psicossocial (CAPS)	3
Centro de saúde / Unidade básica de saúde	33
Clínica especializada / Ambulatório especializado	49
Consultórios	285
Hospital geral	2
Policlínica	11
Posto de saúde	-
Unidades de pronto atendimento (UPA'S)	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	21
Unidade de vigilância em saúde	-
Unidade móvel de nível pré-hospitalar - urgência/emergência	6
Outros tipos	11
<b>TOTAL</b>	<b>423</b>

Fonte: MS/ CNES

A cidade conta com 262 leitos hospitalares, sendo 75 leitos cirúrgicos, 98 leitos clínicos, 35 leitos obstétricos, 52 leitos pediátricos e 2 leitos classificados como “outra especialidade”. 74% dos leitos são financiados pelo Sistema Único de Saúde e 26% da rede privada.

Tabela 22 - Leitos Hospitalares Existentes (Total, SUS e não SUS) segundo a Especialidade - 2020

Especialidade	TOTAL	SUS	Não SUS
Cirúrgicos	75	47	28
Clínicos	98	77	21
Obstétricos	35	25	10
Pediátricos	52	42	10

Outras especialidades	2	2	-
<b>TOTAL</b>	<b>262</b>	<b>193</b>	<b>69</b>

Fonte: MS/CNES

Quanto aos índices de mortalidade por tipos de doença em Apucarana, no ano de 2019, 303 óbitos foram decorrentes de doenças no aparelho circulatório, 179 por neoplasias (tumores) e 127 por doenças ligadas ao aparelho respiratório.

Tabela 23 - Óbitos Segundo Tipos de Doenças - 2019

Tipos de Doenças	Nº de Óbitos
Infecciosas e parasitárias	27
Neoplasias (tumores)	179
Do sangue, órgãos hematopoéticos e transtornos imunitários	2
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	45
Transtornos mentais e comportamentais	10
Do sistema nervoso	49
Do olho e anexos	-
Do ouvido e da apófise mastóide	-
Do aparelho circulatório	303
Do aparelho respiratório	127
Do aparelho digestivo	71
Da pele e do tecido celular subcutâneo	4
Do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2
Do aparelho geniturinário	36
Gravidez, parto e puerpério	1
Algumas afecções originadas no período perinatal	13
Mal formação congênita, deformidades, anomalias cromossômicas	10
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de	3

laboratório, não classificados em outra parte	
Causas externas de morbidade e mortalidade	93
Total de Óbitos	975

Fonte: MS/DataSUS, SESA.

### III. REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO

#### PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social. O objetivo desse serviço é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como:

- Serviço de Proteção de Atenção Integral às Famílias.
- Centros de Convivência para Idosos.
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

## Rede de atendimento

- Centros da Juventude

O Centro da Juventude é um espaço acessível de convivência para adolescentes e jovens que oferece, em tempo integral, atividades de lazer, esportes, cultura e qualificação profissional. Um programa desenvolvido pelo Governo do Estado para afastar adolescentes e jovens de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social e realizar ações que favoreçam a sua formação pessoal, profissional e política.

O programa é baseado em três pilares: cidadania, convivência e formação, e faz parte da rede socioassistencial de Proteção Social, pois seus objetivos convergem com os do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social.

Se destina a adolescentes e jovens, prioritariamente entre 12 e 18 anos, pertencentes a comunidades com índices de vulnerabilidade e risco social. O espaço é também aberto à comunidade.

O projeto Bolsa Agente de Cidadania também é um dos serviços desenvolvidos nos Centros da Juventude.

- Centros de Convivência do Idoso

Os Centros de Convivência são espaços que promovem atividades em grupo com idosos. Fortalecendo as relações familiares e comunitárias e promovendo a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. São administrados pelo poder público municipal e estão vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

- Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

## Serviços ofertados

- PAIF - Serviço Proteção e Atendimento Integral à Família

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O PAIF foi concebido a partir do reconhecimento que as vulnerabilidades e riscos sociais, que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, exigindo

intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar.

O PAIF é o principal serviço da proteção social básica que desenvolve o trabalho social com famílias. Foi reconhecido pelo governo federal como um serviço continuado de proteção básica (Decreto nº 5.085/2004), passando a integrar a rede de serviços socioassistenciais. O CRAS é a estrutura física onde o serviço PAIF é executado, sendo a unidade pública estatal de referência da rede de proteção social básica. O PAIF deve ser obrigatoriamente ofertado no CRAS. Não existe CRAS sem a oferta do PAIF.

Vale ressaltar que todas as famílias residentes nos territórios de abrangência dos CRAS e que vivenciam tais situações precisam ser obrigatoriamente inseridas no PAIF. O atendimento pelo Serviço deve ser de total interesse e concordância das famílias, precedido da análise da equipe técnica.

O trabalho social com famílias do PAIF pode ocorrer por meio dos dois processos distintos, porém complementares. O atendimento refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território, ou seja, a inserção em alguma das ações do serviço. O acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. (Caderno de Orientações do PAIF – Vol. 2).

- **SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. O serviço pode ser ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou nos Centros de Convivência.

Podem participar crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da

família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. Os usuários do SCFV são organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais:

- Crianças até 6 anos
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
- Adolescentes de 15 a 17 anos
- Jovens de 18 a 29 anos
- Adultos de 30 a 59 anos
- Pessoas Idosas

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

#### Programas e Projetos

- Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Periodicamente, o Ministério da Cidadania gera uma base de dados com o público para acompanhamento das condicionalidades, ou seja, uma tabela com informações das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos que deverão ter a frequência escolar verificada, informações das crianças de 0 a 6 anos que deverão ter o calendário vacinal, o peso e a altura acompanhados, além de dados das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal.

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária. São eles: Benefício



Básico; Benefícios Variáveis; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente e Benefício para Superação da Extrema Pobreza.

- Programa Bolsa Agente de Cidadania

O projeto Bolsa Agente de Cidadania também é um dos serviços desenvolvidos nos Centros da Juventude. O projeto prevê o pagamento mensal de bolsas auxílio no valor de R\$ 210,00, para adolescentes entre 14 e 18 anos, denominados Agentes de Cidadania. Para receber a bolsa, o adolescente precisa desenvolver um projeto e aplicá-lo em atividades de convivência, formação e cidadania.

O objetivo é incentivar e promover a participação social e cidadã dos adolescentes e jovens e a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes. São disponibilizadas até 40 bolsas auxílio mensais em cada unidade e os adolescentes podem participar do projeto pelo período de até 2 anos.

#### Benefícios Socioassistenciais

- Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

- Benefícios Eventuais

Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e as famílias em virtude de: nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Os Benefícios Eventuais estão normatizados pela Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS); Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 (NOB SUAS). Em Apucarana estão regulamentados pela Lei. nº 155 de 2013 e classificam-se nas seguintes modalidades:

- Auxílio por morte;
- Auxílio alimentação;
- Auxílio documentação;
- Auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Podem receber os benefícios eventuais pessoas e famílias com renda igual ou menor que meio salário mínimo por cada pessoa da família (renda *per capita*), que morem na cidade de Apucarana e estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O recebimento do benefício está condicionado ao atendimento / análise de critérios realizados por profissionais da assistência social vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social

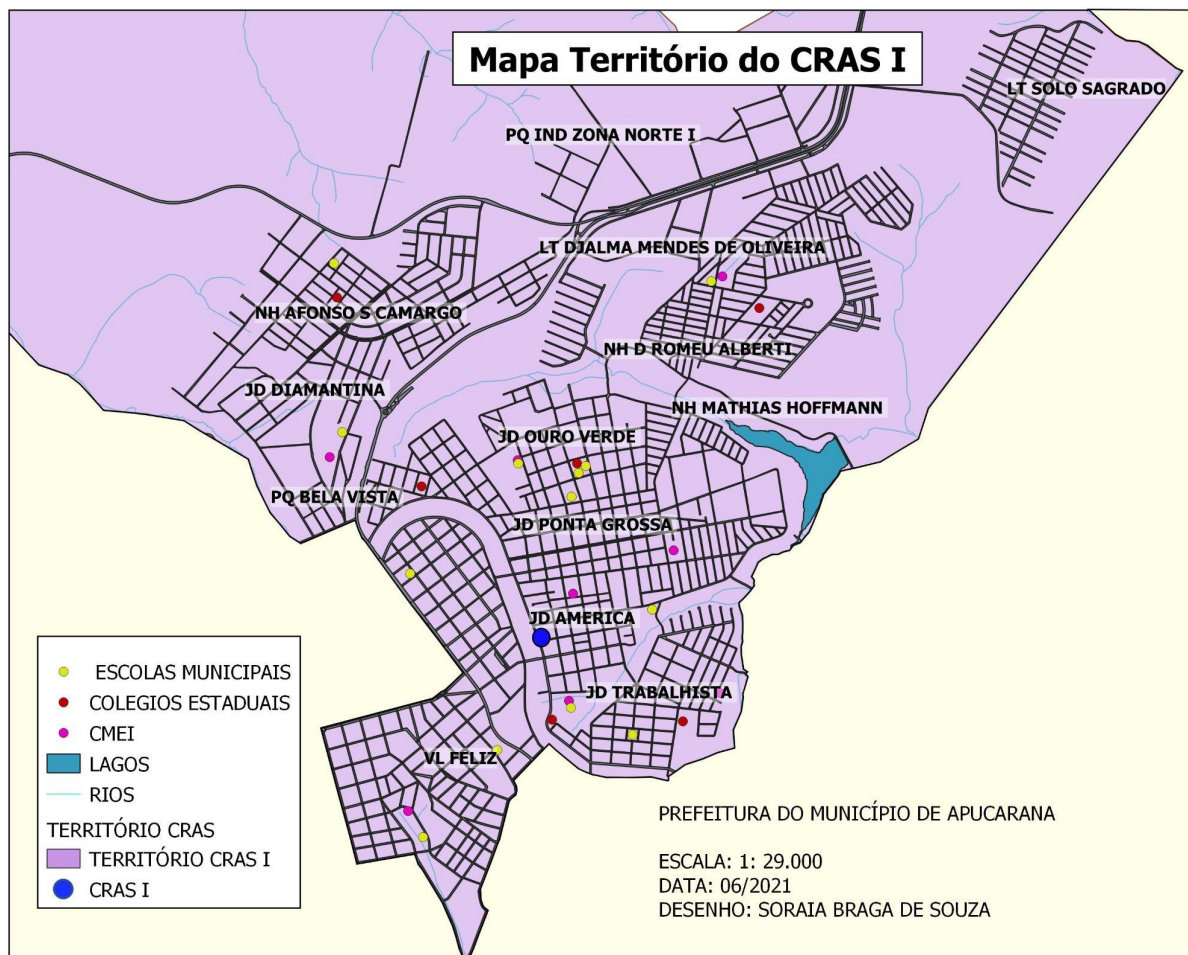
Para apresentar os serviços socioassistenciais da proteção social básica em Apucarana utilizaremos a divisão territorial dos CRAS da cidade. As regiões serão apresentadas da seguinte forma:

- Território do CRAS I - Geraldo Cesar de Souza
- Território do CRAS II - Lázaro Zanotti
- Território do CRAS III - José Ferreira de Souza
- Território do CRAS IV - Padre Dominique



## Território do CRAS I - Geraldo Cesar de Souza

Mapa 5 - Território do CRAS I



Fonte: Elaboração própria SAS

O território representado no mapa 5 é composto por aproximadamente 85 localidades na zona norte da cidade (tabela 22). Estima-se uma população de 41.000 pessoas segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010). Possui em seu território, treze escolas municipais, sete colégios estaduais e cinco centros municipais de educação infantil, conforme demonstrado no Mapa. Além de um Centro da Juventude, três entidades do terceiro setor executoras de SCFV.

Tabela 24 - Localidades que Constituem o Território do CRAS I

LOCALIDADES ATENDIDAS PELO CRAS I

1. Bairro 28	30. Loteamento José Mercadante	59. Residencial Cidade Educação
2. Centro – Até a praça da onça	31. Loteamento Luana	60. Residencial Ouro Fino
3. Jardim Alvorada	32. Loteamento Mathias Hoffman	61. Solo Sagrado
4. Jardim Diamantina	33. Loteamento Norte do Paraná	62. Vila Cassala
5. Jardim Ponta Grossa	34. Loteamento Residencial Tami	63. Vila Cinco Irmãos
6. Jardim Aclimação	35. Loteamento Res. Três Reis	64. Vila Clementina
7. Jardim Adriane	36. Lot. Sanches dos Santos	65. Vila Country Club
8. Jardim América	37. Loteamento Santa Cecília	66. Vila do Colégio
9. Jardim Amizade	38. Loteamento Santo Antonio	67. Vila Eulália
10. Jardim Ana Maria	39. Loteamento São Geraldo	68. Vila Facio
11. Jardim Apucarana	40. Loteamento São João	69. Vila Feliz
12. Jardim Casagrande	41. Loteamento São Sebastião	70. Vila Isabel
13. Jardim Celmira	42. Loteamento Sonho Realizado	71. Vila Ivone
14. Jardim Cidade Alta	43. Núcleo Hab. Afonso Camargo	72. Vila Kaori Nakayama
15. Jardim Governador Valadares	44. Núcleo Hab. D. Romeu Alberti	73. Vila Maria Elisa
16. Jardim Guarujá	45. Núcleo Hab. Heitor Pinheiro	74. Vila Minas Gerais
17. Jardim Itália	46. Núcleo Hab. João Goulart	75. Vila Montreal
18. Jardim Marabá	47. Núcleo Hab. Marcos Freire	76. Vila Narciso
19. Jardim Maristela	48. Núcleo Hab. Tancredo Neves	77. Vila Nelson
20. Jardim Monções	49. Núcleo Hab. Vale Verde	78. Vila Planalto
21. Jardim Nova América	50. Parque Bela Vista	79. Vila Saleté
22. Jardim Novo Horizonte	51. Parque Industrial Norte	80. Vila Santa Bárbara
23. Jardim Ouro Verde	52. Paz e Bem	81. Vila Santo Antonio
24. Jardim Paiquerê	53. Projeto Agrícola	82. Vila São José
25. Jardim São Pedro	54. Recanto Bom Retiro	83. Vila São José Bassa

26. Jardim Trabalhista	55. Recanto Charles Chaplin	84. Vila São Luiz
27. Loteamento Biguaçu	56. Recanto dos Palmares	85. Vila Urizzi
28. Loteamento Central	57. Recanto Mundo Novo	
29. Loteamento Djalma Mendes	58. Residencial Araucária	

Fonte: Elaboração própria SAS

A região possui, como característica marcante, ser composta por empreendimentos de Habitação de Interesse Social, construídos em Apucarana por programas habitacionais do governo federal e estadual.

A população da Região I é constituída, conforme o último censo demográfico do IBGE, por aproximadamente 25.154 pessoas em idade adulta, enquanto 10.061 pessoas têm idade igual ou superior a 65 anos, e 6.459 são crianças/adolescentes. Na tabela 25 apresentamos mais dados acerca do território do CRAS I, extraídos do censo demográfico do IBGE:

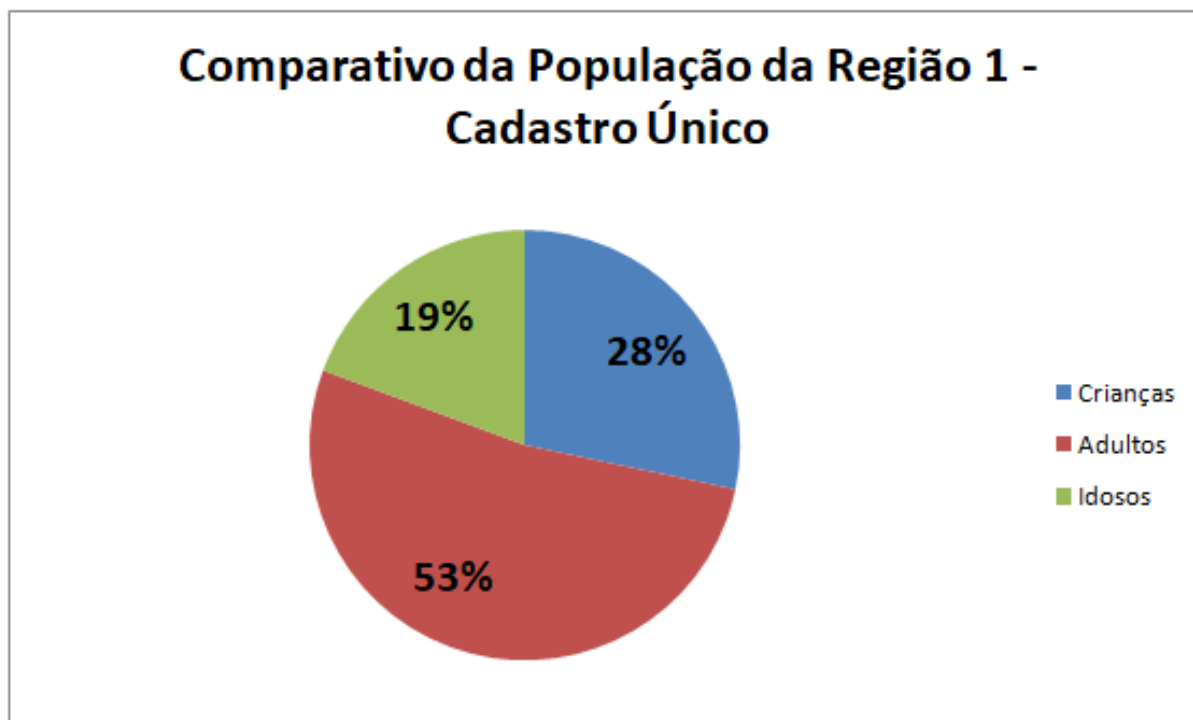
Tabela 25 - Dados do IBGE Região I

Dados do Censo Demográfico do IBGE - 2010	
População residente em domicílio particulares permanentes	41.674
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 70,00 (1/4 SM)	3.762
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 140,00 (1/2 SM)	5.044
Pessoas responsáveis analfabetas	673

Fonte: IBGE

No que tange, aos dados extraídos do Cadastro Único, aproximadamente 4.500 famílias, da base de dados do Cadastro Único, são pertencentes à Região I, o que representa 28,76% do total de famílias cadastradas.

Gráfico 9 - Comparativo da População da Região I (Crianças/Adultos/Idosos)



Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

O gráfico 9 realiza um comparativo da população da região com base nas pessoas cadastradas no Cadastro Único, sendo 19% idosos, 28% crianças e 53% pessoas em idade adulta. São 11.439 pessoas cadastradas, 368 famílias em situação de extrema pobreza (7,89% das famílias cadastradas), 1.146 famílias baixa renda (24,57% das famílias cadastradas), 2.373 famílias com renda per capita superior à ½ salário mínimo (50,87% das famílias cadastradas).

Tabela 26 - Dados do Cadastro Único Região I

Dados do Cadastro Único

Famílias no Cadastro Único	4.664
Pessoas no Cadastro Único	11.439
Famílias em situação de Extrema Pobreza	368
Famílias de Baixa Renda	1.146
Famílias com renda per capita acima de ½ Salário Mínimo	2.373

Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

Dos dados extraídos do Sistema IDS Social, acerca das famílias/pessoas referenciadas ao CRAS I, com ou sem remuneração mensal (tabela ), demonstra-se que 72,71% da população referenciada não possui renda mensal fixa.

Tabela 27 - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS I Posse de Remuneração Mensal

Remuneração Mensal	QTD de Pessoas
Sem informação	1.039
Não	19.818
Sim	6.397
TOTAL	27.254

Fonte: IDS Social

No IDS, o público referenciado na região I é composto por 73.36% de mulheres, 23.83% de homens, 1.21% não declarados e 1.60% sem informação. A seguir apresentaremos o panorama da oferta dos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial do território do CRAS I.

### **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**

Considerando os dados extraídos do Relatório Mensal de Atendimentos, do Ministério da Cidadania, o índice de cobertura do serviço de acompanhamento familiar no território não alcança 5% do total de famílias do território, inseridas no Cadastro Único. Já o percentual de atendimento, chega a ser três vezes maior.

Tabela 28 - Cobertura do PAIF Território do CRAS I 2018 - 2020

Provisão	Oferta	Média Mensal	Percentual de Cobertura
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Atendimento	701	15,03% em relação às famílias do território no cadastro único
	Acompanhamento	217	4,65% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: RMA - Ministério da Cidadania - Ano: 2020

O acompanhamento familiar do PAIF, assim como os atendimentos realizados no âmbito do PAIF, materializam o trabalho social com famílias e por isso consistem em um processo tecnicamente qualificado, executado por profissionais de nível



superior, com base em pressupostos éticos, diretrizes teórico-metodológicas, conhecimento do território e das famílias que ali residem.

O atendimento familiar é a denominação dada ao procedimento de inclusão nas ações do PAIF, ou seja, é a qualificação da imediata inserção da família, ou de algum de seus membros, em alguma(s) ação(ões) do serviço (BRASIL, 2012).

O acompanhamento familiar do PAIF consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, com a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) que estabelece objetivos a serem alcançados, realização de mediações periódicas, inserção em ações do PAIF, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas, alcançar aquisições e ter acesso a direitos. Objetiva-se, ainda, contribuir para ampliar espaços de participação e diálogo com instituições e para o alcance de maiores graus de autonomia, para a capacidade de vocalização das demandas e necessidades, para o desenho de projetos de vida (BRASIL, 2012).

### **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV**

O SCFV para crianças, adolescentes e jovens, apresenta uma cobertura de 2,32% no território do CRAS I, quando referente aos serviços prestados por entidades do terceiro setor.

Tabela 29 - Oferta do SCFV no Território do CRAS I Executados por Entidades

Provisão	Oferta	Capacidade de Atendimento	Vagas Cofinanciadas	Percentual de Cobertura
SCFV - Executado por Entidade do Terceiro Setor com cofinanciamento do município	FACHISA - para Jovens de 14 a 24 anos	112	30	2,14% em relação aos jovens de 14 a 24 anos do território no cadastro único
	CEPES - para adolescentes e jovens 10 a 18 anos		25	1,03% em relação aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos do território no cadastro único
	COMANDER - para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos		40	2,07% em relação crianças e adolescentes de 6 a 15 anos do território no cadastro único
TOTAL			95	2,32% em relação

				crianças, adolescentes e jovens do território no cadastro único
--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

Já os serviços executados, diretamente pelo município, possuem cobertura maior, sendo eles: Grupos Conviver, Centro da Juventude e o SCFV do CRAS I. Há também a oferta de SCFV para idosas.

Tabela 30 - Oferta do SCFV no Território do CRAS I Executados pelo Município

Provisão	Oferta	Vagas Ofertadas	Percentual de Cobertura
SCFV - Executados diretamente pelo município	14 Grupos Conviver - para mulheres idosas.	208	9,40 % em relação à mulheres idosas no cadastro único.
	Centro da Juventude - para adolescentes e jovens de 12 à 18 anos.	100	5,65% em relação aos adolescentes e jovens de 12 à 18 anos do território no cadastro único
	SCFV do CRAS I - para adolescentes e jovens de 12 à 18 anos.	25	1,41% em relação aos adolescentes e jovens de 12 à 18 anos do território no cadastro único
TOTAL		333	-

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

Conforme a s tabelas apresentadas, a região do CRAS I possui oferta de 220 vagas de SFCFV, sendo majoritariamente ofertado serviços para jovens e adolescentes.

## Programas e Projetos

No que tange à cobertura de programas e projetos, o território do CRAS I é o único com oferta de programa para além do Programa Bolsa Família, sendo o programa Bolsa Agente Cidadania, ofertado pelo Centro da Juventude.



**Tabela 31 - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS I 2020/2021**

Provisão	Valor	Atendidos	Percentual de Cobertura
Programa Bolsa Família	Benefício Médio repassado foi de R\$ 68,75 por família	703 famílias	79,34% em relação às famílias do território no cadastro único com renda até R\$ 178,00
Programa Bolsa Agente de Cidadania para adolescentes de 14 a 18 anos	R\$ 210,00 40 Vagas	05 bolsistas	0,66% em relação à adolescentes de 14 a 18 anos do território no cadastro único

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

A taxa de cobertura do programa Bolsa Agente Cidadania, não alcança 1% dos adolescentes de 14 a 18 anos inscritos no cadastro único, porém há ressalvas a serem feitas. O programa está impossibilitado de receber novos adolescentes, desde o início da pandemia do COVID-19, por este motivo o total de atendidos atualmente é de cinco bolsistas, contudo o programa já atendeu mais de 30 jovens. Outra ressalva importante, é que o valor ofertado de vagas é determinado pelo Governo Estadual, não sendo possível o município ampliar para mais de 40 vagas.

Referente ao programa bolsa família o território possui alta taxa de cobertura, 79,34%. Contudo também trata-se de um programa o qual o município não tem autonomia para interferir na quantidade de contemplados, sendo o Governo Federal o responsável pela gestão e concessão de benefícios.

### Benefícios Socioassistenciais

Dos benefícios socioassistenciais, o BPC ofertado pelo Governo Federal, não possui altas taxas de cobertura aos idosos, mas as pessoas com deficiência a taxa de cobertura chega próximo dos 50%.

**Tabela 32 - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS I 2020**

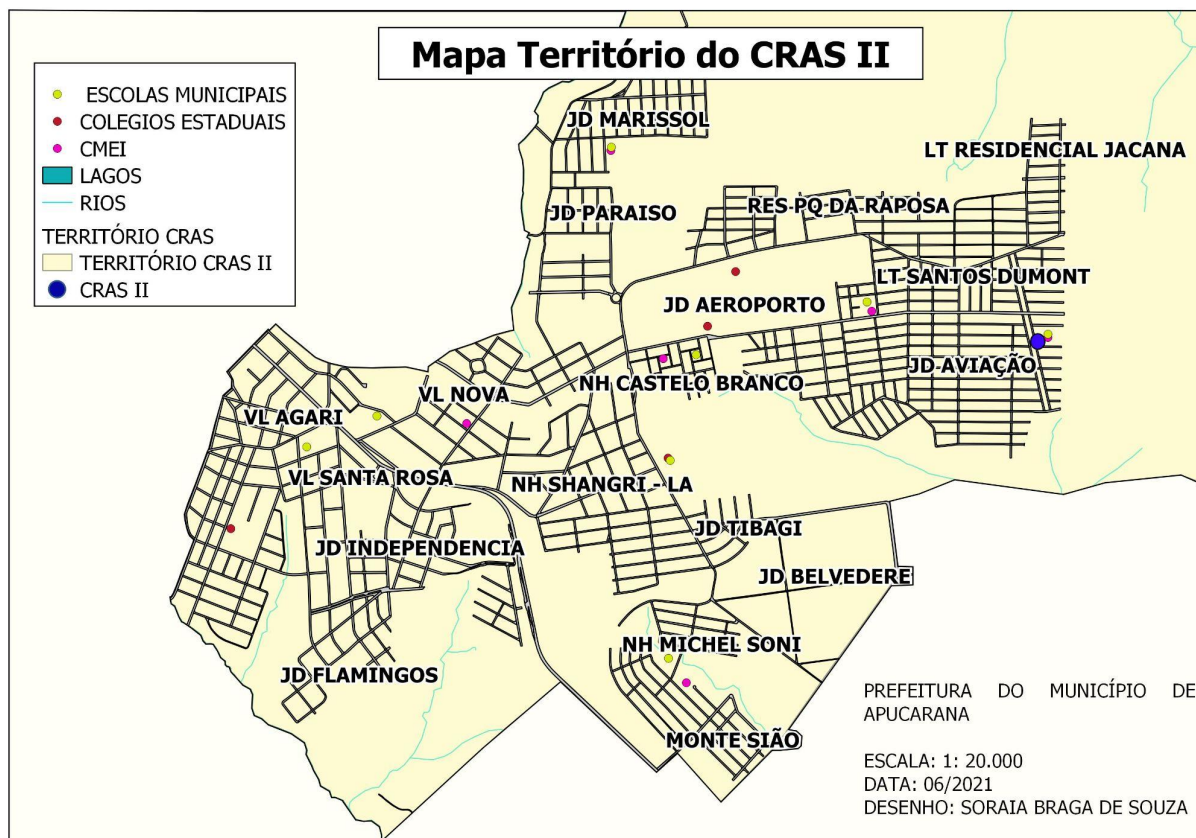
Provisão	Oferta	Atendidos	Percentual de Cobertura
Benefício de Prestação Continuada - BPC	Idoso	340	15,36% em relação aos idosos com 65 anos do território no Cadastro Único
	Pessoa com Deficiência	301	49,18% em relação às pessoas com deficiência do território no Cadastro Único
Benefícios Eventuais	Auxílio Alimentação e Auxílio Documentação	304 Média Mensal (RMA)	6,51% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: Elaboração Própria - Dados SUAS WEB E RMA

No campo dos benefícios socioassistenciais, concedidos e administrados pelo município, temos os benefícios eventuais que tem alcance de 6,51% das famílias do território no Cadastro Único.

## Território do CRAS II - Lázaro Zanotti

Mapa 6 - Território do CRAS II



Fonte: Elaboração própria SAS

O território representado no mapa acima é composto por aproximadamente 52 localidades na zona leste da cidade conforme a tabela 33. Estima-se uma população de 8.779 pessoas segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010). Possui em seu território, oito escolas municipais, quatro colégios estaduais e seis centros municipais de educação infantil, conforme demonstrado no Mapa, além de duas universidades públicas, uma Estadual e a outra Federal e um Centro de Convivência do Idoso.

Tabela 33 - Localidades que Constituem o Território do CRAS II

LOCALIDADES ATENDIDAS PELO CRAS II

1. Jardim Aeroporto	19. Loteamento Paraná	37. Residencial Sumatra I e II
2. Jardim Aviação	20. Loteamento Santos Dumont	38. Residencial Vila Agrevilhas
3. Jardim Bela Vista	21. Michel Soni	39. Residencial Villagio di Roma
4. Jardim Cerejeiras	22. Monte Sião	40. Vila Santa Lorena
5. Jardim Colonial	23. Núcleo Bandeirantes	41. Vila Agari
6. Jardim Flamingos	24. Núcleo Hab.Castelo Branco	42. Vila Cidade Nova
7. Jardim Independência	25. Núcleo Popular	43. Vila Lorena
8. Jardim Laranjeiras	26. Núcleo Shangrilá	44. Vila Malibu
9. Jardim Marissol	27. Projeto Agrícola	45. Vila Nossa Sra. de Lourdes
10. Jardim Morada do Sol	28. Recanto das Araras	46. Vila Nova
11. Jardim Paraíso	29. Rec. Julio Borges de Sousa	47. Vila Cidade Nova
12. Jardim Paulista	30. Residencial Ana Luisa	48. Vila Operaria Stabile
13. Jardim Residencial Garcia	31. Residencial Andorinhas	49. Vila Residencial Isabela
14. Jardim Sabiá	32. Residencial Jaçanã	50. Vila Santa Rosa
15. Jardim Santiago	33. Residencial Milani	51. Vila São Miguel
16. Jardim Tarobá	34. Residencial Monte Belo	52. Vila Schimidt
17. Jardim Tibagi	35. Residencial Pq da Raposa	
18. Loteamento Marilia	36. Residencial Recanto do Lago	

Fonte: Elaboração própria SAS

A região, assim como a do CRAS I, possui, como característica marcante, ser composta por empreendimentos de Habitação de Interesse Social, construídos em Apucarana por programas habitacionais do governo federal e estadual.

A população é constituída, conforme o último censo demográfico do IBGE, por aproximadamente 8.779 pessoas em idade adulta, enquanto 5.671 pessoas têm idade igual ou superior a 65 anos, e 9.615 são crianças/adolescentes. Na tabela 34 apresentamos mais dados acerca do território do CRAS II, extraídos do Censo demográfico do IBGE:

Tabela 34 - Dados do IBGE Região II

Dados do Censo Demográfico do IBGE - 2010

População residente em domicílio particulares permanentes	8.779
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 70,00 (1/4 SM)	841
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 140,00 (1/2 SM)	3.896
Pessoas responsáveis analfabetas	299

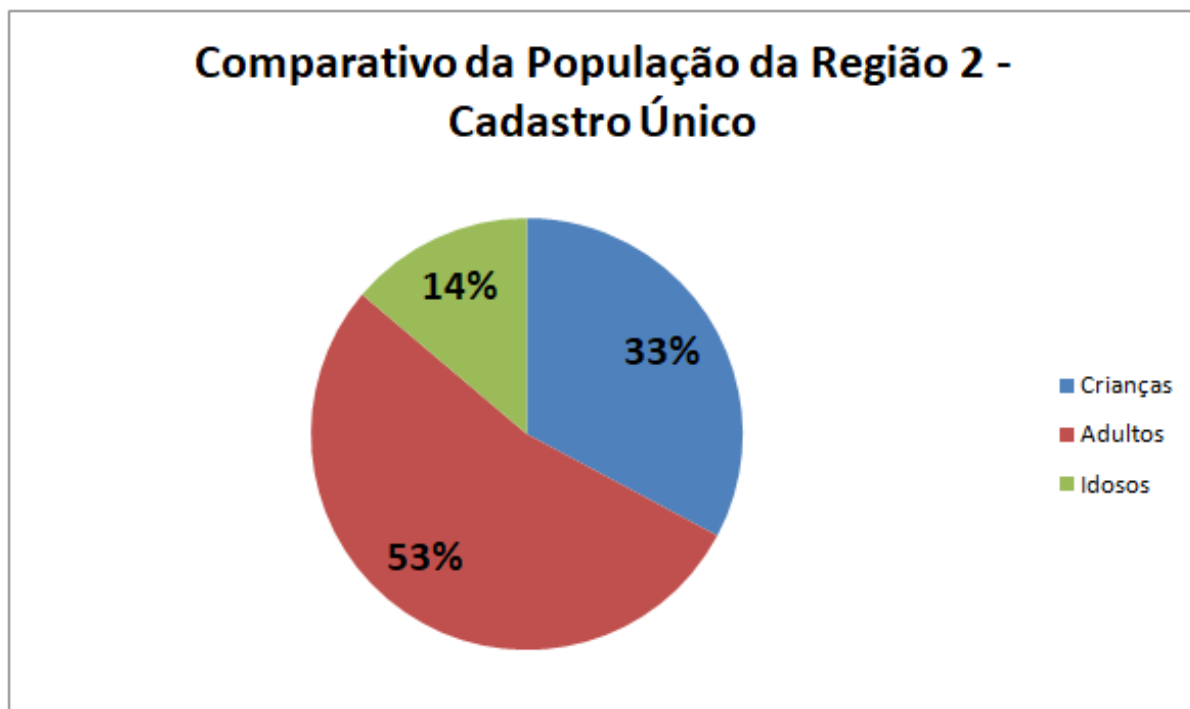
Fonte: IBGE

É importante ressaltar que do último censo democrático até o presente ano, o território em questão passou por transformações latentes que colocam os dados do censo muito aquém da realidade. Podemos citar como exemplo a entrega de três grandes conjuntos habitacionais de interesse social, Jaçanã, Sumatra I e II que juntos somam 1.301 residências, considerando que em média cada família é composta por 3 pessoas, esses três empreendimentos já acrescentariam 3.903 pessoas na população.

No que tange, aos dados extraídos do Cadastro Único (tabela 35) que estão mais atualizados, porém trata-se apenas de uma porcentagem da população, aproximadamente 3.246 famílias, da base de dados do Cadastro Único, são pertencentes ao território do CRAS II, o que representa 20,74% do total de famílias cadastradas.

O gráfico 10 realiza um comparativo da população da região com base nas pessoas cadastradas no Cadastro Único, sendo 14% idosos, 33% crianças e 53% pessoas em idade adulta. São 8.229 pessoas cadastradas, 388 famílias em situação de Extrema Pobreza (11,95% das famílias cadastradas), 411 em Pobreza (12,66% das famílias cadastradas), 959 famílias de Baixa Renda (29,54 % das famílias cadastradas), 1.408 famílias com renda per capita superior à ½ salário mínimo (43,34% das famílias cadastradas).

Gráfico 10 - Comparativo da População da Região II (Crianças/Adultos/Idosos)



Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

Tabela 35 - Dados do Cadastro Único Região II

Dados do Cadastro Único

Famílias no Cadastro Único	3.246
Pessoas no Cadastro Único	8.229
Famílias em situação de Extrema Pobreza	388
Famílias em situação de Pobreza	411
Famílias de Baixa Renda	959
Famílias com renda <i>per capita</i> acima de ½ Salário Mínimo	1.408

Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

Dos dados extraídos do Sistema IDS Social, acerca das famílias/pessoas referenciadas ao CRAS II, com ou sem remuneração mensal (tabela ), demonstra-se que 72,71% da população referenciada não possui renda mensal fixa.



Tabela 36 - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS II Posse de Remuneração Mensal

Remuneração Mensal	QTD de Pessoas
Sem informação	4.191
Não	12.773
Sim	5.540
TOTAL	22.504

Fonte: IDS Social

No IDS, o público referenciado no território do CRAS II é composto por 65,32% de mulheres, 16,52% de homens, 17,55% não declarados e 0,60% sem informação. A seguir apresentaremos o panorama da oferta dos Serviços, Programas e Projetos da Rede Socioassistencial do Território do CRAS II.

### **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**

No território do CRAS II, a taxa de cobertura do atendimento no PAIF é de 13,86%, com base na média mensal dos atendimentos registrados no RMA. O acompanhamento tem a cobertura de 6,77%.

Tabela 37 - Cobertura do PAIF Território do CRAS II 2018 - 2020

Provisão	Oferta	Média Mensal	Percentual de Cobertura
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Atendimento	450	13,86% em relação às famílias do território no cadastro único
	Acompanhamento	220	6,77% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: RMA - Ministério da Cidadania - Ano: 2018-2020

### **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV**

A oferta de SCFV no território do CRAS II é composta apenas por serviços executados diretamente pelo município. Sendo ofertadas, 214 vagas, sendo 189 para idosos e 25 para adolescentes e jovens de 12 a 18 anos.

Tabela 38 - Oferta do SCFV no Território do CRAS II Executados pelo Município

Provisão	Oferta	Vagas Ofertadas	Percentual de Cobertura
SCFV - Executados diretamente pelo município	06 Grupos Conviver - para mulheres idosas.	89	2,39% em relação às mulheres idosas no cadastro único.
	Centro de Convivência do Idoso	100	8,81% em relação aos idosos do território no cadastro único
	SCFV do CRAS II - para adolescentes e jovens de 12 à 18 anos.	25	1,95% em relação aos adolescentes e jovens de 12 à 18 anos do território no cadastro único
TOTAL		214	-

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

A taxa de cobertura do SCFV para adolescentes e jovens é de 1,95%. Enquanto a de idosas é de 2,39% e a de idosos 8,81%.

### Programas e Projetos

O Programa Bolsa Família, atende 49,19% das com perfil de renda para o programa no cadastro único. Sendo 674 famílias atendidas com o programa de transferência de renda no território do CRAS II.

Tabela 39 - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS II 2020/2021

Provisão	Valor	Atendidos	Percentual de Cobertura
Programa Bolsa Família	Benefício Médio repassado foi de R\$ 68,75 por família	674 famílias	49,19% em relação às famílias do território no cadastro único com renda até R\$ 178,00

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

### Benefícios Socioassistenciais

A cobertura dos benefícios socioassistenciais, em 2020, no que se refere ao BPC, é de 4,88% em relação aos idosos do território e 74,63% em relação às pessoas com deficiência. A discrepância entre os percentuais chama atenção.



Tabela 40 - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS II 2020

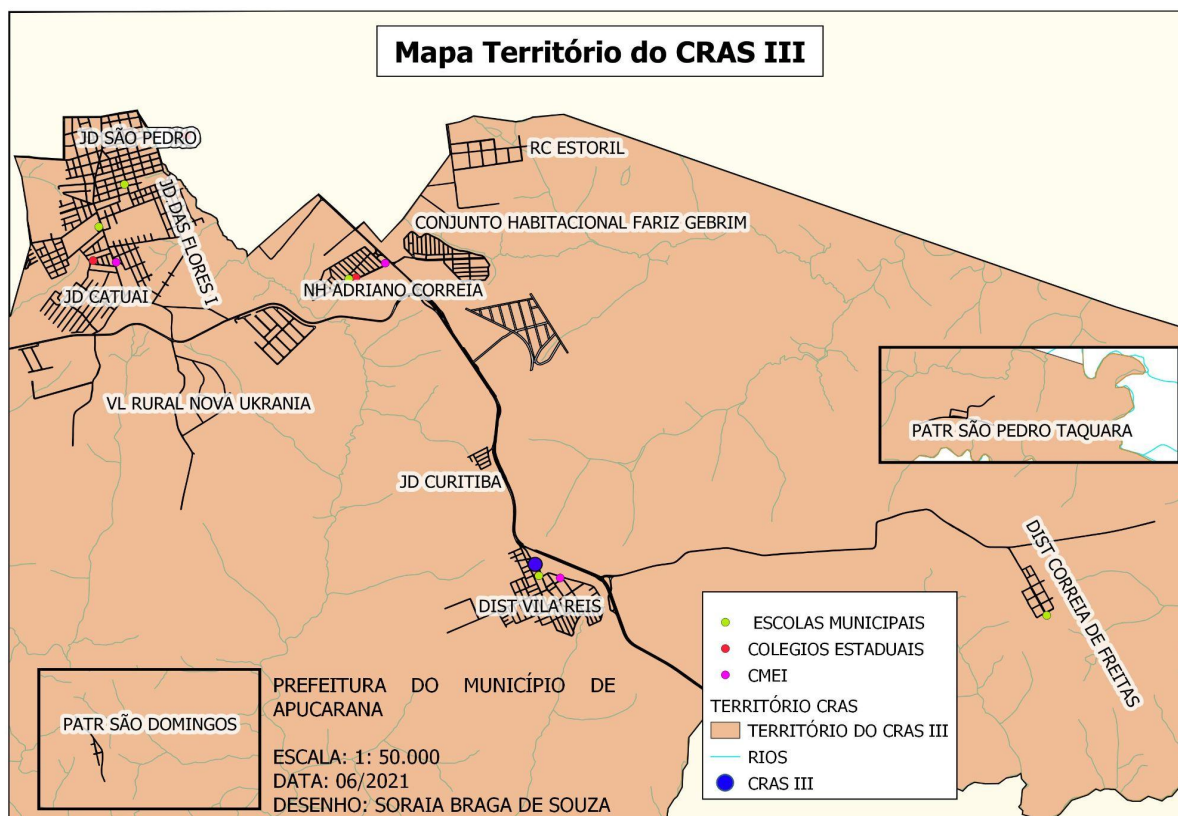
Provisão	Oferta	Atendidos	Percentual de Cobertura
Benefício de Prestação Continuada - BPC	Idoso	228	4,88% em relação aos idosos com 65 anos do território no Cadastro Único
	Pessoa com Deficiência	259	74,63% em relação às pessoas com deficiência do território no Cadastro Único
Benefícios Eventuais	Auxílio Alimentação e Auxílio Documentação	307 Média Mensal (RMA)	9,45% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: Elaboração Própria - Dados SUAS WEB E RMA

Por fim, os benefícios eventuais, atendem uma média mensal de 307 pessoas, seguindo os dados do relatório mensal de atendimentos. O percentual de cobertura é de 9,45% em relação às famílias do território no cadastro único.

## Território do CRAS III - José Ferreira de Souza

Mapa 7 - Território do CRAS III



Fonte: Elaboração própria SAS

O território representado no mapa acima é composto por aproximadamente 55 localidades na zona sul da cidade conforme a tabela 41. Estima-se uma população de 21.878 pessoas segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010). Possui em seu território dois Distritos e um Patrimônios, majoritariamente é um território rural. Estão distribuídas no território cinco escolas municipais, dois colégios estaduais e três centros municipais de educação infantil, conforme demonstrado no Mapa. O distrito de Vila Reis fica a 10 km da cidade, enquanto o distrito de Correia de Freitas 15 km, e o patrimônio de São Pedro do Taquara está a 27 km.

Tabela 41 - Localidades que Constituem a Região III

## LOCALIDADES ATENDIDAS PELO CRAS III

1. Adriano Correa	21. Jardim Presidente Kenedy	41. Vila Nossa Senhora Aparecida
2. Água da Juruba	22. Jardim Santarém	42. Vila Operaria Municipal N2
3. Água Do Xaxim	23. Jardim São Pedro	43. Vila Raifur
4. Casa de Misericórdia	24. Jardim Yamoto	44. Vila Reis
5. Centro	25. Loteamento Belvedere	45. Vila Rural Nova Ucrânia
6. Condomínio Industrial	26. Loteamento Fortaleza	46. Vila Santa Adélia
7. Contorno Sul	27. Parigot De Souza	47. Vila Santa Cândida
8. Correia de Freitas	28. Pinhalzinho	48. Vila Santa Helena
9. DER	29. Recanto Das Águas	49. Vila Santa Luzia
10. Gleba Barra Nova	30. Recanto Estoril	50. Vila Santa Terezinha
11. Gleba Nova Ucrânia	31. Residencial Miguel Sochaki	51. Vila São Francisco
12. Jardim Catuaí I, II, III	32. Residencial Santo Expedito	52. Vila São José Bassa
13. Jardim Das Flores I, II, III	33. Rio do Cerne	53. Vila São Paulo
14. Jardim Elaine	34. São Pedro Taquara	54. Vila Vitória
15. Jardim Eldorado	35. Vila Andrea	55. Vila Volante
16. Jardim Esperança	36. Vila Boa Vista	
17. Jardim Guanabara	37. Vila Bruna	
18. Jardim Iguatemi	38. Vila Franko	
19. Jardim Kiri	39. Vila Hayashi	
20. Jardim Morumbi	40. Vila Ipanema	

Fonte: Elaboração própria SAS

A distância das localidades para acessar os serviços socioassistenciais, inclusive o CRAS, é uma característica do território do CRAS III que além da extensão possui localidades distantes da cidade.

A população da Região III é constituída, conforme o último Censo demográfico do IBGE, por aproximadamente 13.361 pessoas em idade adulta, enquanto 5.203 pessoas têm idade igual ou superior a 65 anos, e 3.314 são crianças/adolescentes. Na tabela 42 apresentamos mais dados acerca do território do CRAS III, extraídos do Censo demográfico do IBGE:

Tabela 42 - Dados do IBGE Região III

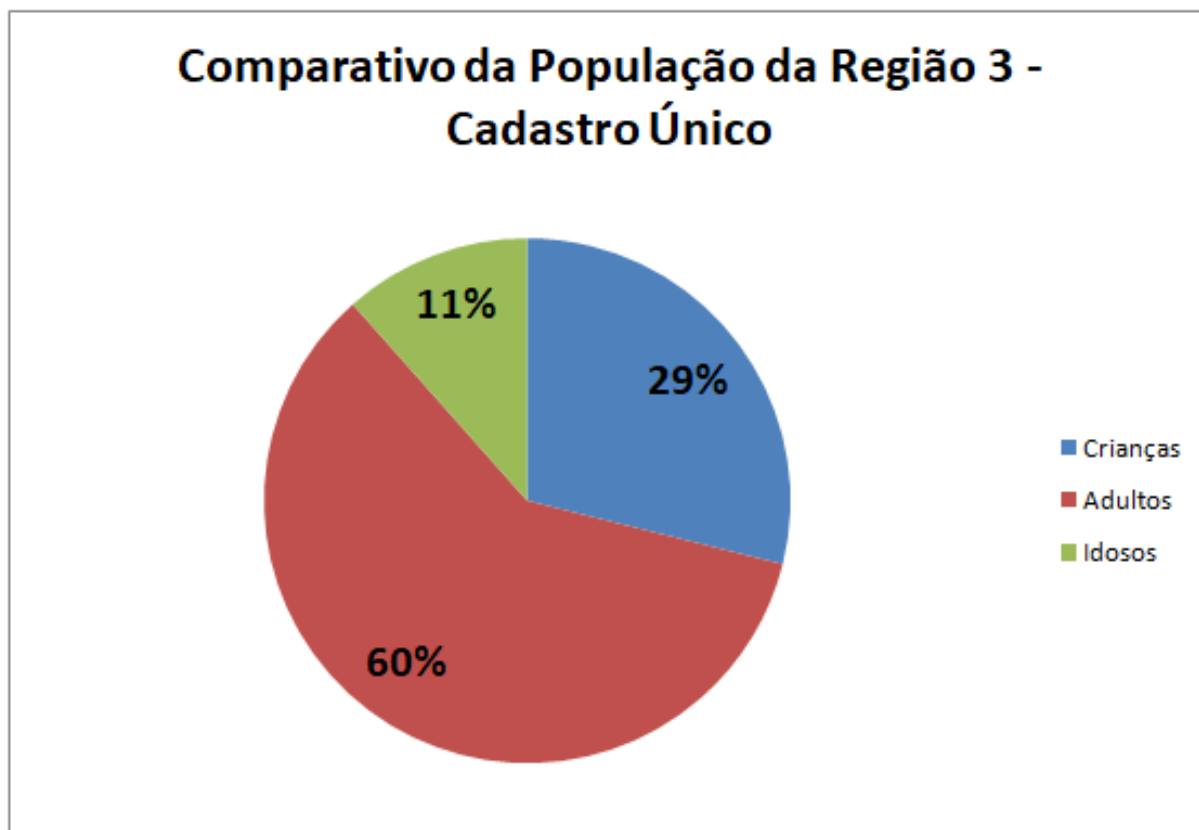
Dados do Censo Demográfico do IBGE - 2010

População residente em domicílio particulares permanentes	21.878
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 70,00 (1/4 SM)	399
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 140,00 (1/2 SM)	2.134
Pessoas responsáveis analfabetas	202

Fonte: IBGE

No que tange, aos dados extraídos do Cadastro Único, aproximadamente 1.609 famílias, da base de dados do Cadastro Único, são pertencentes à Região III, o que representa 13,29% do total de famílias cadastradas.

Gráfico 11 - Comparativo da População da Região III (Crianças/Adultos/Idosos)



Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

O gráfico realiza um comparativo da população da região com base nas pessoas cadastradas no Cadastro Único, sendo 11% idosos, 29% crianças e 60% pessoas em idade adulta. São 3.970 pessoas cadastradas, 229 famílias em situação de Extrema Pobreza (14,23% das famílias cadastradas), 167 famílias em situação de Pobreza (10,37% das famílias cadastradas), 509 famílias Baixa Renda (31,63% das famílias cadastradas), 704 famílias com renda per capita superior à ½ salário mínimo (43,75% das famílias cadastradas).

Tabela 43 - Dados do Cadastro Único Região III

Dados do Cadastro Único

Famílias no Cadastro Único	1.609
Pessoas no Cadastro Único	3.970
Famílias em situação de Extrema Pobreza	229
Famílias em situação de Pobreza	167

Famílias de Baixa Renda	509
Famílias com renda per capita acima de ½ Salário Mínimo	704

Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

Dos dados extraídos do Sistema IDS Social, acerca das famílias/pessoas referenciadas ao CRAS III, com ou sem remuneração mensal (tabela), demonstra-se que 74,31% da população referenciada não possui renda mensal fixa.

Tabela 44 - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS III Posse de Remuneração Mensal

Remuneração Mensal	QTD de Pessoas
Sem informação	332
Não	9.835
Sim	2.979
TOTAL	13.146

Fonte: IDS Social

No IDS, o público referenciado na Região III é composto por 73,27% de mulheres, 23,79% de homens, 2,51% não declarados e 0,44% sem informação. A seguir apresentaremos o panorama da oferta dos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial do território do CRAS III.

### Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

Entre 2018 e 2020, a média mensal de atendimento do PAIF no território do CRAS III é de 309 pessoas, o que equivale a 19,20% das pessoas cadastradas no Cadastro Único.

Tabela 45 - Cobertura do PAIF Território do CRAS III 2018 - 2020

Provisão	Oferta	Média Mensal	Percentual de Cobertura
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Atendimento	309	19,20% em relação às famílias do território no cadastro único
	Acompanhamento	303	18,83 % em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: RMA - Ministério da Cidadania - Ano: 2020



Já no acompanhamento, a taxa de cobertura é de 18,83%, com média mensal de 303 pessoas famílias acompanhadas entre 2018 e 2020.

### **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV**

Assim como na região do CRAS II, a oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no território do CRAS III é composta apenas por serviços executados diretamente pelo município. Sendo eles: os grupos conviver, para idosas e o SCFV para adolescentes e jovens de 12 a 18 anos.

Tabela 46 - Oferta do SCFV no Território do CRAS III Executados pelo Município

Provisão	Oferta	Vagas Ofertadas	Percentual de Cobertura
SCFV - Executados diretamente pelo município	07 Grupos Conviver - para mulheres idosas.	77	9,40 % em relação à mulheres idosas no cadastro único.
	SCFV do CRAS III - para adolescentes e jovens de 12 à 18 anos.	25	5,42% em relação aos adolescentes e jovens de 12 à 18 anos do território no cadastro único
TOTAL		102	-

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

O percentual de cobertura dos serviços para idosas é de 9,40% e para jovens e adolescentes de 5,42%, em relação aos dados do cadastro único.

### **Programas e Projetos**

A cobertura do Programa Bolsa Família no território é de 77,52%, em relação às famílias do território no cadastro único com renda até R\$ 178,00. Pode-se considerar a taxa de cobertura como boa.

Tabela 47 - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS III 2020/2021

Provisão	Valor	Atendidos	Percentual de Cobertura
Programa Bolsa Família	Benefício Médio repassado foi de R\$ 68,75 por família	307 famílias	77,52% em relação às famílias do território no cadastro único com renda até R\$ 178,00

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS



## Benefícios Socioassistenciais

A cobertura do BPC, em relação aos idosos e pessoas com deficiência no cadastro único é baixa no território do CRAS III, não ultrapassando 40%.

Tabela 48 - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS III 2020

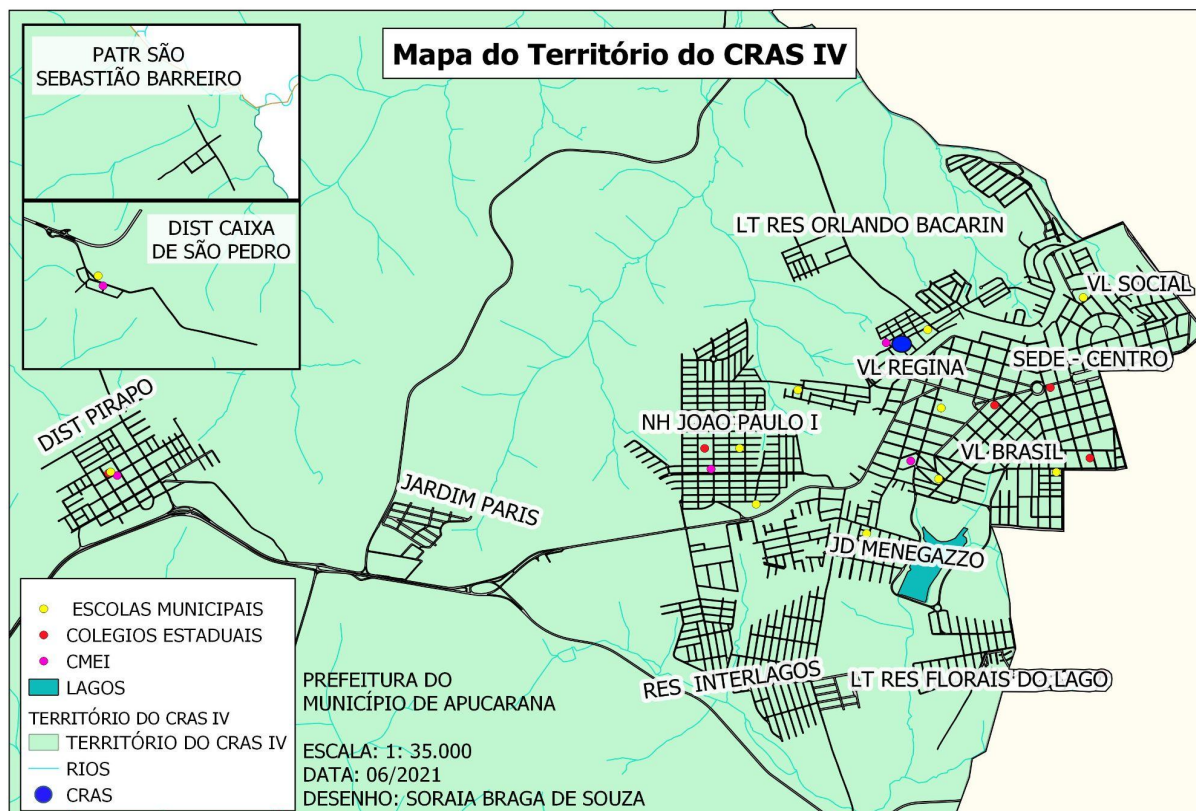
Provisão	Oferta	Atendidos	Percentual de Cobertura
Benefício de Prestação Continuada - BPC	Idoso	176	38,34% em relação aos idosos com 65 anos do território no Cadastro Único
	Pessoa com Deficiência	139	33,90% em relação às pessoas com deficiência do território no Cadastro Único
Benefícios Eventuais	Auxílio Alimentação e Auxílio Documentação	117 Média mensal (RMA)	7,27% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: Elaboração Própria - Dados SUAS WEB E RMA

A tabela também demonstra que a concessão de benefícios eventuais tem média mensal de 117 famílias atendidas. O que equivale a 7,27% em relação às famílias do território, no cadastro único.

## Território do CRAS IV - Padre Dominique

Mapa 8 - Território do CRAS IV



O território representado no mapa acima é composto por aproximadamente 77 localidades na zona sul da cidade (tabela). Estima-se uma população de 33.255 pessoas segundo o último censo demográfico do IBGE (2010). Possui em seu território, onze escolas municipais, cinco colégios estaduais e cinco centros municipais de educação infantil, conforme demonstrado no Mapa 8. Além de cinco entidades do terceiro setor executoras de SCFV.

Também porta em seu território dois Distritos e dois Patrimônio, no entanto não trata-se de um território majoritariamente rural por atender localidades da zona urbana em maior proporção.

Tabela 49 - Localidades que Constituem a Região IV

### LOCALIDADES ATENDIDAS PELO CRAS IV

1.28 de Janeiro	27.Loteamento Cazarin	53.Vila Duque de Caxias
2.Avenida Ayrton Senna	28.Loteamento da Fraternidade	54.Vila Flamboyant
3.Barra Funda	29.Loteamento Estrela D'alva	55.Vila Formosa

4.Barreiro	30.Loteamento Fátima	56.Vila Lebres
5.Biloti	31.Loteamento Santa Cecília	57.Vila Margarida
6.Centro	32.Loteamento São Geraldo	58.Vila Martins
7.Colônia Novos Produtores/Comunitária	33.Loteamento Sol Nascente	59.Vila Narciso
8.Distrito de Caixa São Pedro	34. Loteamento Tropical	60.Vila Operaria
9.Distrito de Pirapó	35.Núcleo Hab. Nossa Sra. Ap <sup>a</sup>	61.Vila São Paulo
10.Distrito de São Domingos	36.Núc.Hab.Osmar Guaraci Freire	62.Vila Paineiras I
11.Jardim Albino Biachi	37.Núc. Hab. Papa João Paulo I	63.Vila Paineiras II
12.Jardim Caramuru	38.Orlando Bacarin	64.Vila Regina
13.Jardim Espanha	39.Parque Industrial Zona Oeste	65.Vila Santarém
14.Jardim Europa	40.Pq. Industrial Zona Norte	66.Vila Santo Inácio
15.Jardim Figueira	41.Portal do Lago	67.Vila São Carlos
16.Jardim França	42.Parque São Jorge	68.Vila São Francisco
17.Jardim Gramado	43.Residencial Florais do Lago	69.Vila São Jerônimo
18.Jardim Menegazzo	44.Residencial Interlagos	70.Vila São Jorge
19.Jardim Mirante do Sol	45.Residencial Jaboti	71.Vila Social
20.Jardim Por do Sol	46.Serrinha	72.Vila Suzana
21.Jardim Primavera	47.Vila Alegre	73.Vila Swain
22.Jardim Vale do Sol	48.Vila Amim Maia	74.Vila Vera Cruz
23.Jardim Veneza	49.Vila Apucarantina	75.Vila Vitória Régia
24.Jardim Yamato	50.Vila Bom Retiro	76.Vila Volante
25.Jardim Higienópolis	51.Vila Brasil	77.Vila Frankó
26.KM 28	52. Vila Dante	

Fonte: Elaboração própria SAS

Diante da distância dos distritos e patrimônios, do CRAS, a equipe promove atendimento itinerante uma vez por mês em cada um deles.

A população da Região IV é constituída, conforme o último censo demográfico do IBGE, por aproximadamente 20.498 pessoas em idade adulta, enquanto 7.745 pessoas têm idade igual ou superior a 65 anos, e 5.012 são crianças/adolescentes. Na tabela 50 apresentamos mais dados acerca do território do CRAS IV, extraídos do censo demográfico do IBGE:

Tabela 50 - Dados do IBGE Região IV

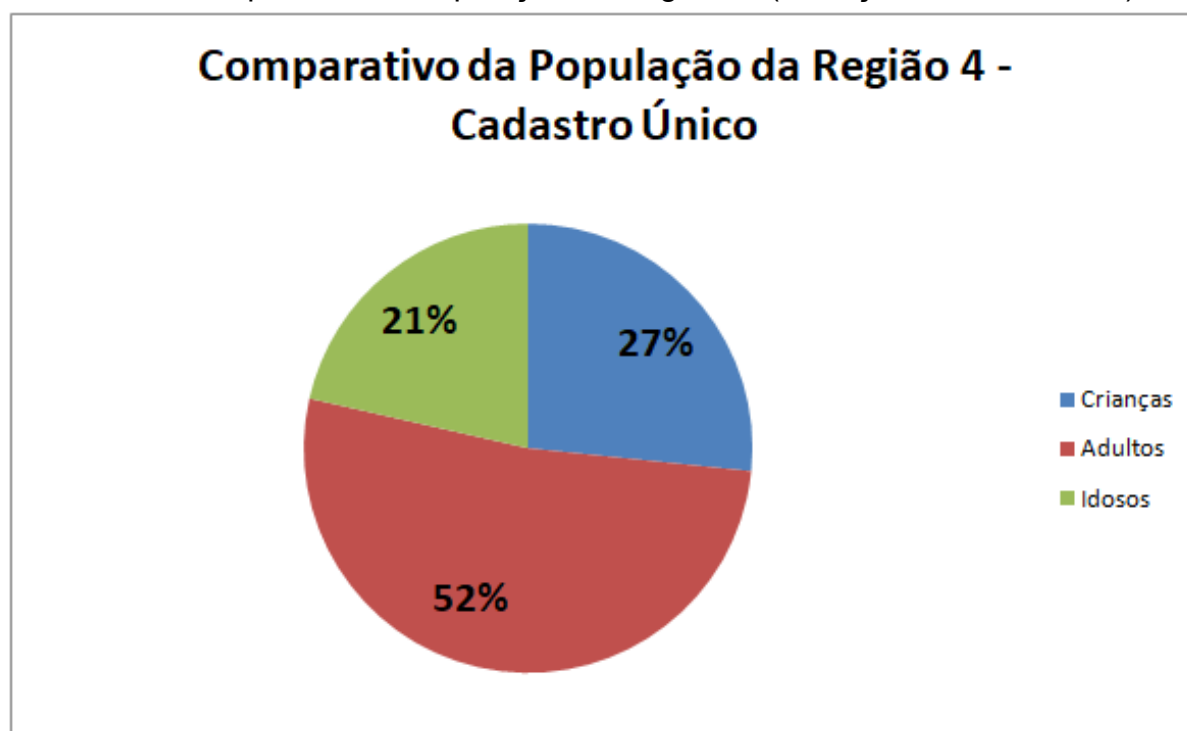
Dados do Censo Demográfico do IBGE - 2010

População residente em domicílio particulares permanentes	33.255
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 70,00 (1/4 SM)	477
Moradores em domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita até R\$ 140,00 (1/2 SM)	2.760
Pessoas responsáveis analfabetas	332

Fonte: IBGE

No que tange, aos dados extraídos do Cadastro Único, aproximadamente 2.580 famílias, da base de dados do Cadastro Único, são pertencentes à Região IV, o que representa 21,32% do total de famílias cadastradas.

Gráfico 12 - Comparativo da População da Região IV (Crianças/Adultos/Idosos)



Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

O gráfico realiza um comparativo da população da região com base nas pessoas cadastradas no Cadastro Único, sendo 21% idosos, 27% crianças e 52% pessoas em idade adulta. São 5.738 pessoas cadastradas, 390 famílias em situação de Extrema Pobreza (15,11% das famílias cadastradas), 259 famílias em situação de Pobreza (10,03% das famílias cadastradas), 680 famílias Baixa Renda (26,355% das famílias cadastradas), 1.291 famílias com renda per capita superior à  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (50,03% das famílias cadastradas).

Tabela 51 - Dados do Cadastro Único Região IV

Dados do Cadastro Único

Famílias no Cadastro Único	2.580
Pessoas no Cadastro Único	5.738
Famílias em situação de Extrema Pobreza	390
Famílias em situação de Pobreza	259
Famílias de Baixa Renda	680
Famílias com renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	1.291

Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos Para Políticas de Cidadania

Dos dados extraídos do Sistema IDS Social, acerca das famílias/pessoas referenciadas ao CRAS IV, com ou sem remuneração mensal conforme a tabela 52, demonstra-se que 72,07% da população referenciada não possui renda mensal fixa.

Tabela 52 - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS IV Posse de Remuneração Mensal

Remuneração Mensal	QTD de Pessoas
Sem informação	543
Não	8.483
Sim	2.743
TOTAL	11.769

Fonte: IDS Social

No IDS, o público referenciado na Região IV é composto por 70,39% de mulheres, 25,12% de homens, 1,38% não declarados e 3,12% sem informação. A



seguir apresentaremos o panorama da oferta dos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial do território do CRAS IV.

### **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**

Na região do CRAS IV a média mensal de atendimentos e acompanhamentos do PAIF, entre 2018 e 2020, chama atenção para a discrepância. A média mensal de atendimento é de 447, enquanto a de acompanhamentos é de 34.

Tabela 53 - Cobertura do PAIF Território do CRAS IV 2018 - 2020

Provisão	Oferta	Média Mensal	Percentual de Cobertura
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Atendimento	447	17,32% em relação às famílias do território no cadastro único
	Acompanhamento	34	4,65% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: RMA - Ministério da Cidadania - Ano: 2020

Ainda conforme a tabela, a cobertura do PAIF na estratégia de atendimento é de 17,32% em relação às famílias do território no cadastro único, enquanto a do acompanhamento é de 4,65%.

### **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV**

No território do CRAS IV, conforme demonstrado na tabela 54, são cofinanciadas 130 vagas de SCFV. As entidades do terceiro setor no território atendem adolescentes e jovens, idosos e pessoas com deficiência. Este é o território com mais diversidade no público alvo do SCFV.

Tabela 54 - Oferta do SCFV no Território do CRAS IV Executados por Entidades

Provisão	Oferta	Capacidade de Atendimento	Vagas Cofinanciadas	Percentual de Cobertura
SCFV - Executado por Entidade do Terceiro Setor com cofinanciamento do município	KARATÊ VIDA - para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos		25	2,20% em relação a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos do território no cadastro único



	EDHUCCA - para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	108	40	3,52% em relação a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos do território no cadastro único
	CEPRHUSB - para idosos	24	40	3,69% em relação aos adolescentes e jovens de 12 a 24 anos do território no cadastro único
	ADEFIAP - SCFV para Pessoas com Deficiência	72	25	5,49% em relação às pessoas com deficiência do território no cadastro único
	Hospital da Providência - para adolescentes e jovens de 12 a 24 anos		30	2,76% em relação aos adolescentes e jovens de 12 a 24 anos do território no cadastro único
<b>TOTAL</b>			130	-

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

Na cobertura dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, executados diretamente pelo município, há oferta para adolescentes e jovens e mulheres idosas.

Tabela 55 - Oferta do SCFV no Território do CRAS IV Executados pelo Município

Provisão	Oferta	Vagas Ofertadas	Percentual de Cobertura
SCFV - Executados diretamente pelo município	15 Grupos Conviver - para mulheres idosas.	255	6,84 % em relação à mulheres idosas no cadastro único.
	SCFV do CRAS IV - para adolescentes e jovens de 12 à 18 anos.	25	3,19% em relação aos adolescentes e jovens de 12 à 18 anos do território no cadastro único
<b>TOTAL</b>		280	-

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

Considerando os serviços ofertados, o território do CRAS IV possui o maior índice de cobertura, se comparado aos outros territórios. Para idosos a taxa de

cobertura total é de 10,53%, para crianças, adolescentes e jovens, a taxa é de 8,91%. E por fim, a região IV é a única que possui oferta de serviço cofinanciado para pessoas com deficiência, com cobertura de 5,49% em relação às pessoas com deficiência do território no Cadastro Único.

## Programas e Projetos

Acerca do programa bolsa família, o território do CRAS IV tem 73,18%, das famílias do cadastro único com renda até R\$ 178,00, cobertas pelo programa. O que equivale a 475 famílias.

Tabela 56 - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS IV 2020/2021

Provisão	Valor	Atendidos	Percentual de Cobertura
Programa Bolsa Família	Benefício Médio repassado foi de R\$ 68,75 por família	475 famílias	73,18% em relação às famílias do território no cadastro único com renda até R\$ 178,00

Fonte: Elaboração Própria - Dados SAS

## Benefícios Socioassistenciais

Em 2020, conforme a tabela 57, os benefícios socioassistenciais foram concedidos da seguinte forma: 235 idosos beneficiados com o BPC e 160 pessoas com deficiência; a média mensal de concessão dos benefícios eventuais é de 252.

Tabela 57 - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS IV 2020

Provisão	Oferta	Atendidos	Percentual de Cobertura
Benefício de Prestação Continuada - BPC	Idoso	235	5,02% em relação aos idosos com 65 anos do território no Cadastro Único
	Pessoa com Deficiência	160	35,16% em relação às pessoas com deficiência do território no Cadastro Único
Benefícios Eventuais	Auxílio Alimentação e Auxílio Documentação	252 Média Mensal (RMA)	9,76% em relação às famílias do território no cadastro único

Fonte: Elaboração Própria - Dados SUAS WEB E RMA

Analisando o índice de cobertura, em relação às famílias, idosos e pessoas com deficiência, do território no cadastro único, observa-se que o BPC Idoso alcança

apenas 5% dos cadastrados, enquanto o BPC PCD avança para 35%. Já os benefícios eventuais alcançam 9,76% das famílias do território no cadastro único.

## **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A proteção social especial tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos. Inclui a atenção a:

- a) Crianças e adolescentes em situação de trabalho;
- b) Adolescentes em medida socioeducativa;
- c) Crianças e adolescentes em situação de abuso e, ou, exploração sexual;
- d) Crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono;
- e) Famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência.

A proteção social especial opera através da oferta de:

- a) Rede de serviços de atendimento domiciliar, albergues, abrigos, moradias provisórias para adultos e idosos, garantindo a convivência familiar e comunitária;
- b) Rede de serviços de acolhida para crianças e adolescentes com repúblicas, casas de acolhida, abrigos e família acolhedora;
- c) Serviços especiais de referência para pessoas com deficiência, abandono, vítimas de negligência, abusos e formas de violência;
- d) Ações de apoio a situações de risco circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências.

### **Rede de atendimento**

- Centro-Dia

O Centro-Dia é uma unidade pública especializada em serviços para as pessoas idosas que, devido à situação de dependência de terceiros, necessitam de apoio para a realização de cuidados básicos da vida. As famílias dos idosos também são atendidas no Centro-Dia.

Nesta unidade são desenvolvidas atividades que permitam a convivência em grupo; cuidados pessoais; fortalecimento das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência.

O Centro-Dia oferece atenção integral à pessoa idosa em situação de dependência durante o dia e, ao mesmo tempo, serve de apoio às famílias e aos cuidadores familiares na diminuição do estresse decorrente dos cuidados prolongados na família. É, portanto, uma alternativa coletiva de cuidados pessoais, complementar aos cuidados das famílias.

O Centro-Dia compartilha o espaço com o Centro de Convivência do Idoso.

Tabela 58 - Percentual de cobertura do Serviço

Vagas Ofertadas	Percentual de Cobertura
20	0,42% com relação ao total de idosos acima de 65 anos no cadastro único.

Fonte: SAS

A cobertura do serviço, com relação ao total de idosos acima de 65 anos no cadastro único, é de 0,42%. O público atendido é constituído por homens e mulheres, sendo a maioria mulheres (55,68%) brancas (36,56%) e que não possuem renda.

Tabela 59 - Perfil do Público Atendido

Gênero	Raça	Possui Renda Fixa
Feminino 55,68%	Branca: 36,56% Parda/Preta: 16,12%	Sim: 0% Não: 55,68%
Masculino 43,96%	Branca: 28,21% Parda/Preta: 15,75%	Sim: 5,13% Não: 38,83%

Fonte: IDS

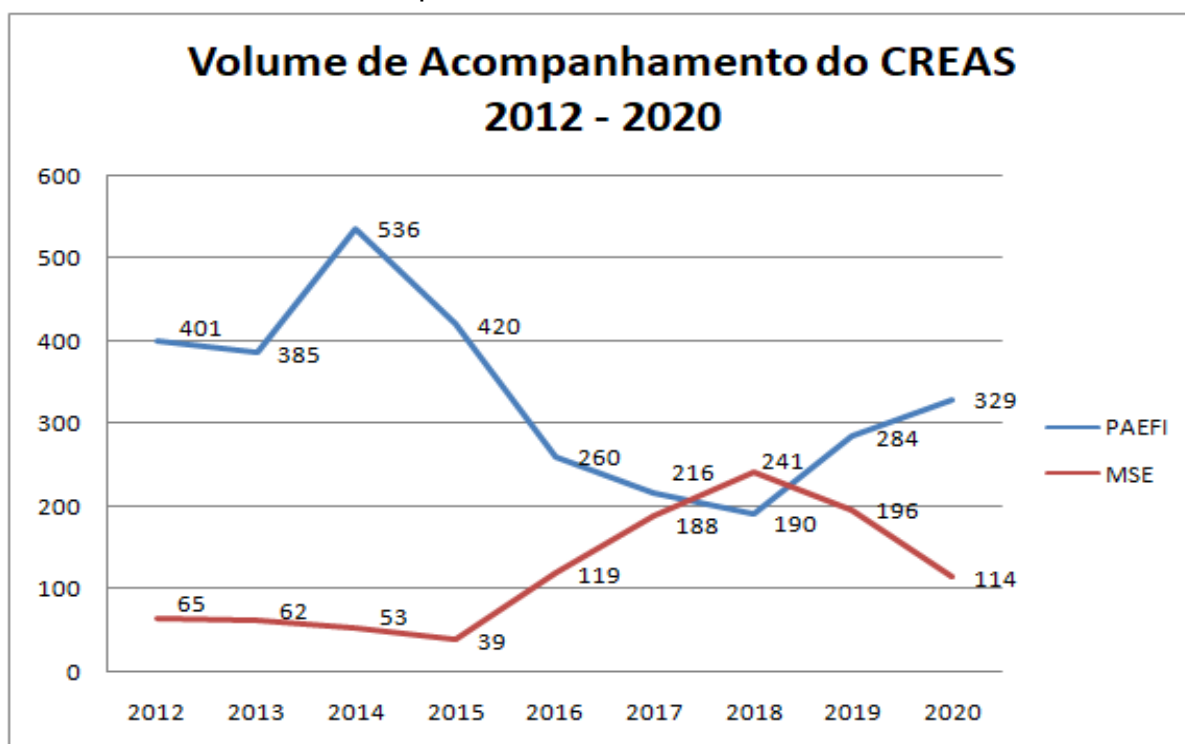
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública de atendimento para a população acessar os serviços da Proteção Social Especial, ou seja, famílias que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência

sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

Gráfico 13 - Volume de Acompanhamento do CREAS 2012 - 2020



Fonte: RMA

- Centro Pop

O Centro Pop é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. A unidade realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua.

O Centro POP é um espaço de referência para o convívio social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito.

Essa unidade também funciona como ponto de apoio para pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas. Por isso, é um local com espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação. O endereço do Centro Pop também pode ser usado como referência do usuário.

Analizando o perfil das pessoas em situação de rua, a tabela 60 revela que dos 332, 37% entre 35 e 44 anos, 29,81% entre 45 e 44 anos, e 15% entre 55 e 64 anos. Apenas 10 idosos em situação de rua e nenhuma criança ou adolescente.

Tabela 60 - Faixa Etária das Pessoas Em Situação de Rua em Apucarana

Faixa Etária	Total de Pessoas em Situação de Rua
Entre 0 a 17	0
Entre 18 e 24	11
Entre 25 e 34	39
Entre 35 e 44	123
Entre 45 e 54	99
Entre 55 e 64	50
Maior que 65	10
Total	332

Fonte: Cadastro Único

O programa bolsa família alcança 78,91% das pessoas em situação de rua, porém ainda há cerca de 70 pessoas que não foram contempladas pelo programa como pode ser observado na tabela 61.

Tabela 61 - Pessoa em Situação de Rua no Programa Bolsa Família

Recebe PBF	Quantidade de Pessoas em Situação de Rua
Não	70
Sim	262
Total	332

Fonte: Cadastro Único

A tabela 62 traça o perfil de cor e raça das pessoas em situação de rua e revela que em sua maioria são pessoas brancas (51,8%), seguida das pardas (38,5%).

Tabela 62 - Cor e Raça das Pessoas em Situação de Rua

Cor / Raça	Quantidade de Pessoas
------------	-----------------------



	em Situação de Rua
Branca	172
Preta	31
Amarela	0
Parda	128
Indígena	0
Sem Resposta	1
Total	332

Fonte: Cadastro Único

O gênero das pessoas em situação de rua, na cidade de Apucarana, é majoritariamente masculino, representando 94,8%. Enquanto 5,1% são do gênero feminino.

Tabela 63 - Gênero das Pessoas em Situação de Rua em Apucarana

Gênero	Quantidade de Pessoas em Situação de Rua
Masculino	315
Feminino	17
Total	332

Fonte: Cadastro Único

Acerca do trabalho e remuneração, 301 pessoas declaram não ter realizado trabalho remunerado nos últimos 12 meses. E de acordo com os dados da tabela 65, o grau de instrução tem o fundamental incompleto em primeiro lugar, seguido do fundamental completo.

Tabela 64 - Pessoas em Situação de Rua em Apucarana com Trabalho Remunerado nos Últimos 12 meses

Trabalho Remunerado nos Últimos 12 meses	Quantidade de Pessoas em Situação de Rua
Sim	30
Não	301
Sem Informação	01

Total	332
-------	-----

Fonte: Cadastro Único

Tabela 65 - Grau de Instrução das Pessoas em Situação de Rua de Apucarana

Grau de Instrução	Quantidade de Pessoas em Situação de Rua
Sem Instrução	23
Fundamental Incompleto	187
Fundamental Completo	44
Médio Incompleto	27
Médio Completo	49
Superior Incompleto ou mais	1
Sem Resposta	1
Total	332

Fonte: Cadastro Único

Faz-se importante ressaltar que 23 pessoas declararam não possuir nenhum grau de instrução e apenas 1 declarou ter tido acesso ao ensino superior. Na tabela a seguir, foram coletados dados acerca de pessoas em situação de rua com deficiência.

Tabela 66 - Pessoas em Situação de Rua em Apucarana com Deficiência

Pessoa com Deficiência	Quantidade de Pessoas em Situação de Rua
Sim	73
Não	259
Sem Informação	0
Total	332

Fonte: Cadastro Único

De acordo com o cadastro único, 73 pessoas em situação de rua possuem alguma deficiência. Mas não tivemos acesso aos dados acerca do tipo de deficiência e o grau de dependência.

Diante dos dados coletados, é possível dizer que o perfil da pessoa em situação de rua, em Apucarana, são homens, brancos/pardos, com idade entre 35 e 64 anos, beneficiários do programa bolsa família, que não possuem renda mensal fixa, e com ensino fundamental incompleto. Traçar esse perfil é importante para traçar a direção das ações a serem elaboradas a partir da compreensão de quem são os usuários em situação de rua. Dessa forma pretende-se contribuir para que as intervenções alcancem maior efetividade.

Tabela 67 - Oferta de Serviços de Alimentação, Higiene Pessoal e Transporte no Centro POP em 2020

Tipo de Benefício	Total
Documentação Civil	127
Almoço	3.458
Higiene Pessoal	5224
Serviço de Lavanderia	165
Café da Manhã	5.078
Vale Transporte	466

Fonte: IDS

Por fim, a tabela 67 elenca os benefícios concedidos no ano de 2020, no Centro POP. Os benefícios dispostos são: Documentação Civil, Almoço, Higiene Pessoal, Serviço de Lavanderia, Café da Manhã e Vale Transporte. É necessário ressaltar que o ano de 2020 foi um ano que demandou atenção especial para as pessoas em situação de rua devido a pandemia do COVID-19, uma vez que estas são grupo de risco por não terem residência fixa para cumprir o isolamento social. Dessa forma o Centro POP deve fortalecer cada vez mais os seus serviços para representar um espaço de proteção e segurança sanitária para as pessoas em situação de rua.

#### Serviços ofertados

##### Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

Realizados por equipes especializadas que atuam junto às famílias, cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não foram rompidos. O objetivo é contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.

- Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

A Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. É um dos serviços desenvolvidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - considerado obrigatório.

Está fundamentado no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. Articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Destina-se a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

O PAEFI deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção.

De acordo com os dados extraídos do relatório mensal de atendimentos, a tabela 68 demonstra perfil de gênero e etário das crianças e adolescentes vítimas de violência que ingressaram no acompanhamento do PAEFI entre 2018 e 2020.

Tabela 68- Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI entre 2018 e 2020

Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante	Total	Sexo	0 a 6 anos	07 a 12 anos	13 a 17 anos
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	94	Masculino	8	21	8
		Feminino	13	30	14
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	137	Masculino	5	15	5
		Feminino	19	58	35
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0	Masculino	0	0	0
		Feminino	0	0	0
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	24	Masculino	6	4	1
		Feminino	3	9	1

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

O tipo de violência com maior incidência é o abuso sexual, seguido de violência intrafamiliar. A faixa etária mais atingida pelas violências registradas é de 07 a 12 e o gênero predominante é o feminino. Os dados recolhidos são dos

atendimentos realizados pelo serviço, por isso não pode ser compreendido como o perfil geral das crianças e das violências sofridas, uma vez que para alcançar tal perfil seria necessário acessar dados do poder judiciário, conselho tutelar e outras instâncias.

- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias tem como objetivo diminuir a exclusão social, tanto do dependente, quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoas com deficiência ou pessoa idosa.

Em Apucarana, entre 2018 e 2020, foram acompanhados um total de 213 idosos pelo PAEFI, a tabela 69 sistematiza os dados recolhidos do RMA.

Tabela 69 - Idosos 60 anos ou mais em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI entre 2018 e 2020

Pessoas Idosas em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI durante	Total	Sexo	60 anos ou mais
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	43	Masculino	29
		Feminino	24
Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	170	Masculino	82
		Feminino	88

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

A violência no contexto familiar é predominante para o sexo masculino, contudo não há uma grande discrepância com relação ao sexo feminino. Já a ocorrência de pessoas idosas vítima de negligência ou abandono, atendidas pelo PAEFI, tem maior incidência no sexo feminino, mas também não uma alta discrepância entre o gêneros.

A seguir analisaremos por meio da tabela 70, os dados acerca das pessoas com deficiência atendidas no PAEFI entre 2018 e 2020.

Tabela 70 - Pessoas com deficiência em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI entre 2018 e 2020

Pessoas com deficiência em situações de violência ou	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos

violações que ingressaram no PAEFI						ou mais
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	15	Masculino	0	0	7	0
		Feminino	2	1	5	0
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	47	Masculino	2	0	17	4
		Feminino	2	0	14	8

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

De acordo com os dados extraídos do RMA, e sistematizados na tabela acima, houve maior ocorrência de vítimas de negligência ou abandono de pessoas com deficiência de idade entre 18 e 59 anos, ou seja na fase adulta da vida.

Apucarana também conta com o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência executado pela APAE por meio do cofinanciamento de 40 vagas para execução desse serviço.

Tabela 71 - Oferta de PAEFI por Entidades do Terceiro Setor em Apucarana

Provisão	Oferta	Serviço Ofertado	Vagas Cofinanciadas
PAEFI - Executado por Entidade do Terceiro Setor com cofinanciamento do município	APAE	Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	50
<b>TOTAL</b>			<b>50</b>

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes é uma medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade. O objetivo do serviço é prover a atenção socioassistencial e acompanhamento, contribuindo para o acesso aos direitos e para ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. A tabela 72 apresenta o volume de adolescentes atendidos pelo serviço de medida socioeducativas entre 2018 e 2020.

Tabela 72 - Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas entre 2018 e 2020

Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	Total	Média
--	-------	-------



		Mensal
Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	6.619	183
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	2.442	67
Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	4.479	124

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

Foram atendidos 6.619 jovens, com uma média mensal de 183 atendidos. De acordo com dados extraídos do Sistema IDS, os adolescentes em conflito com a lei são majoritariamente homens. O IDS também revelou que os atos infracionais com maior reincidência são furto e tráfico.

No que tange ao cumprimento das medidas aplicadas pelo poder judiciário, Apucarana oferta a prestação de serviço à comunidade por meio de duas entidades do terceiro setor, que conforme a tabela 73, compõem o total de 80 vagas cofinanciadas pelo município para atendimento da demanda.

Tabela 73 - Oferta de Medidas Socioeducativas no Município

Provisão	Entidade	Serviço Ofertado	Vagas Cofinanciadas
MSE - Executado por Entidade do Terceiro Setor com cofinanciamento do município	C.A.S.A	Prestação de Serviços à Comunidade	50
	CICCAK	Prestação de Serviços à Comunidade	30
TOTAL	80		

Fonte: SAS

- Serviço Especializado em Abordagem Social

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. O serviço inicia o processo de saída das ruas e busca solucionar as necessidades imediatas do indivíduo, possibilitando condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos. No que se refere às abordagens realizadas entre 2018 e 2020, a tabela 74 sistematiza os dados extraídos do Relatório Mensal de Atendimento.

Tabela 74 - Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem entre 2018 a 2020

Quantidade e perfil de pessoas abordadas	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social	1.702	Masculino	81	20	1.097	121
		Feminino	73	11	291	08

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

Nas abordagens realizadas foram identificadas situações de risco, conforme consta na tabela 75. A predominância é no uso de crack e drogas ilícitas por pessoas adultas. O saldo zerado para situações de trabalho infantil e exploração sexual é devido o serviço não realizar abordagens para estas situações no município.

Tabela 75 - Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social entre 2018 a 2020

Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social	Total
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	0
Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	0
Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	01
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	1.060
Migrantes	302

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

- **Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua tem como objetivo assegurar atendimento e realizar atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades com pessoas que moram na rua, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

É ofertado para Pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na

construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Tabela 76 - Pessoas em situação de rua que atendidas no Serviço entre 2018 a 2020

Pessoas em situação de rua que atendidas no Serviço entre 2018 a 2020	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua	7.399	Mas	2	13	3.792	2.754	273
		Fem	3	3	374	173	12

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

Na tabela acima, analisamos os dados extraídos do RMA, dos atendimentos realizados pelo serviço especializado para pessoas em situação de rua entre 2018 e 2020. Foram atendidas 7.399 pessoas, em maioria do sexo masculino (92%), com idade entre 18 e 59 anos. A tabela 77 trás algumas características do público atendido.

Tabela 77 - Características específicas identificadas em pessoas atendidas (2018 a 2020) no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Características	Total
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	5.663
Migrantes	2.926
Pessoas com doença ou transtorno mental	251

Fonte: Ministério da Cidadania - RMA

5.663 pessoas atendidas eram adultos usuários de drogas ilícitas, 2.926 migrantes e 251 pessoas com doença/transtorno mental. Diante a incidência de atendimentos para migrantes, é preciso lembrar a localização geográfica de Apucarana, que está entre duas grandes cidades da região, Londrina e Maringá, como demonstrado no Mapa 1 deste plano. Tal localização coloca Apucarana como um ponto estratégico no fluxo migratório, que serve como parada, conexão entre cidades maiores da região.

### Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade

Proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de

serviços que garantam moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, e necessitam ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.

- Acolhimento Institucional para: crianças, adolescentes, jovens, famílias, mulheres em situação de violência, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Em Apucarana, o acolhimento institucional é ofertado nas modalidades: Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; Acolhimento Institucional para pessoas com deficiência; Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idoso; Acolhimento Institucional para Adolescentes. A tabela 78 descreve a oferta de vagas e a forma de execução dos serviços:

Tabela 78 - Oferta de Acolhimento Institucional no Município

Provisão	Entidade	Serviço Ofertado	Vagas Cofinanciadas
Acolhimento Institucional - Executado por Entidade do Terceiro Setor com cofinanciamento do município	Lar Sagrada Família	Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	15
	Casa do Dodô	Residência Inclusiva - Acolhimento Institucional para pessoas com deficiência.	10
	Lar São Vicente de Paulo	Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos	20
Acolhimento Institucional - Execução Direta.	Casa Lar Mista	Acolhimento Institucional para Adolescentes	10
TOTAL	55		

Fonte: SAS

Ao total são 55 vagas para acolhimento institucional financiadas pelo município. É importante ressaltar que o município dispõe de instituições do terceiro setor que ofertam atendimento filantrópico para acolhimento de famílias e pessoas em situação de rua, contudo não possuem cofinanciamento.

- Programa Família Guardiã

O objetivo do amparo da criança ou adolescente sob guarda subsidiada é o de proporcionar meios capazes de retorná-los ao convívio da família e da sociedade, com possibilidades de retorno à família de origem ou adoção, conforme o caso.

Visando o auxílio no custeio de despesas geradas com crianças e adolescentes inseridos em famílias e que não dispõem de recursos suficientes para o provimento de suas necessidades básicas, Apucarana possui o Programa Família Guardiã. O benefício é destinado àqueles que possuem os seus direitos violados e se encontram em situação de risco pessoal e social, necessitando de afastamento do convívio familiar imediato.

O município oferta R\$825,00 e uma cesta básica mensal, por criança (podendo ser até quatro crianças acolhidas), para a família extensa que se propõe a exercer os cuidados e a função protetiva da família. No ano de 2020, foram atendidas pelo programa, 08 famílias, sendo um total de 18 crianças e adolescentes acolhidos em famílias guardiãs. O Programa é regulamentado pela Lei Municipal nº 158 de 2003.

#### **IV. BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS**

Os benefícios socioassistenciais fazem parte da política de Assistência Social e são um direito do cidadão e dever do Estado. Esses benefícios são divididos em três modalidades: Benefícios Continuados, Eventuais e de Transferência de Renda.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como mecanismo de garantia de um padrão mínimo de inclusão social. Dessa forma:

“Os Benefícios Assistenciais constituem, na história da política social moderna, a distribuição pública de provisões materiais ou financeiras a grupos específicos que não podem, com recursos próprios, satisfazerem suas necessidades básicas. Trata-se de um instrumento protetor diferenciado sob a responsabilidade do Estado que, nos termos da LOAS, não tem um fim em si mesmo, posto que se inscreve em um espectro mais amplo e duradouro de proteção social, do qual constitui a providência mais urgente”. (Pereira, 2010, p. 11)

Os benefícios socioassistenciais são provisões e aquisições voltadas para o enfrentamento da pobreza. São destinados aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar, por conta própria, com as situações adversas e as contingências sociais, ou aquelas decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

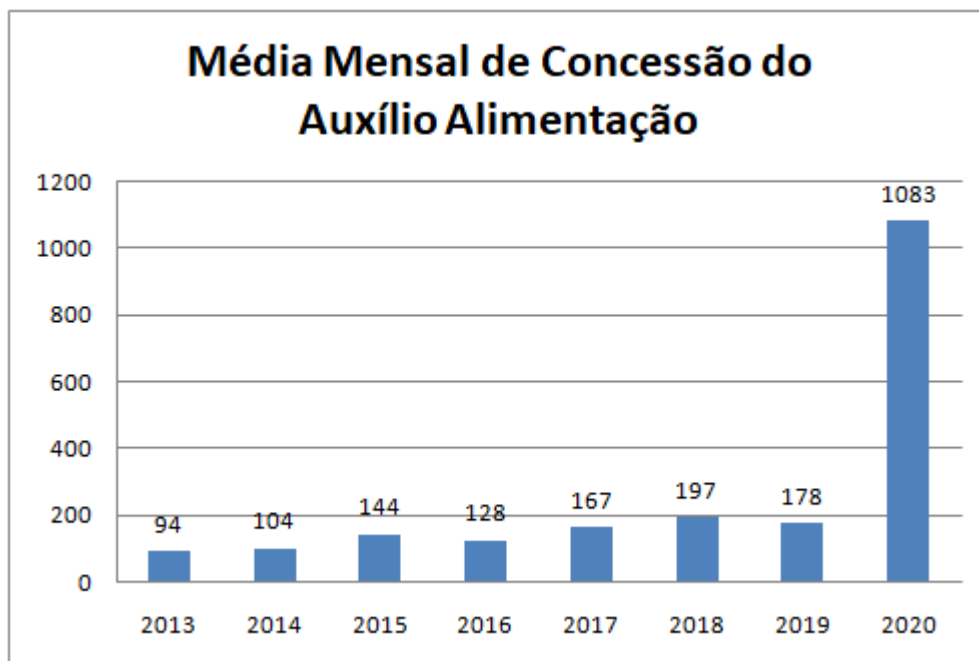
##### **Benefícios Eventuais**

Regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social e pela lei municipal nº 155 de 2013, os benefícios eventuais em Apucarana são:

- Auxílio Alimentação

Concessão de cesta básica composta por onze itens: 5 Kg de arroz, 1 kg de feijão, 5 kg de açúcar, 900 ml de óleo, 1 kg de macarrão espaguete, 350 g de massa de tomate, 5 kg de farinha de trigo, 1 kg de farinha milho, 400g de biscoito doce, 1 kg de sal e 500g de café.

Gráfico 14 - Média mensal de concessão do auxílio alimentação entre 2013 e 2020



Fonte: RMA - SAS

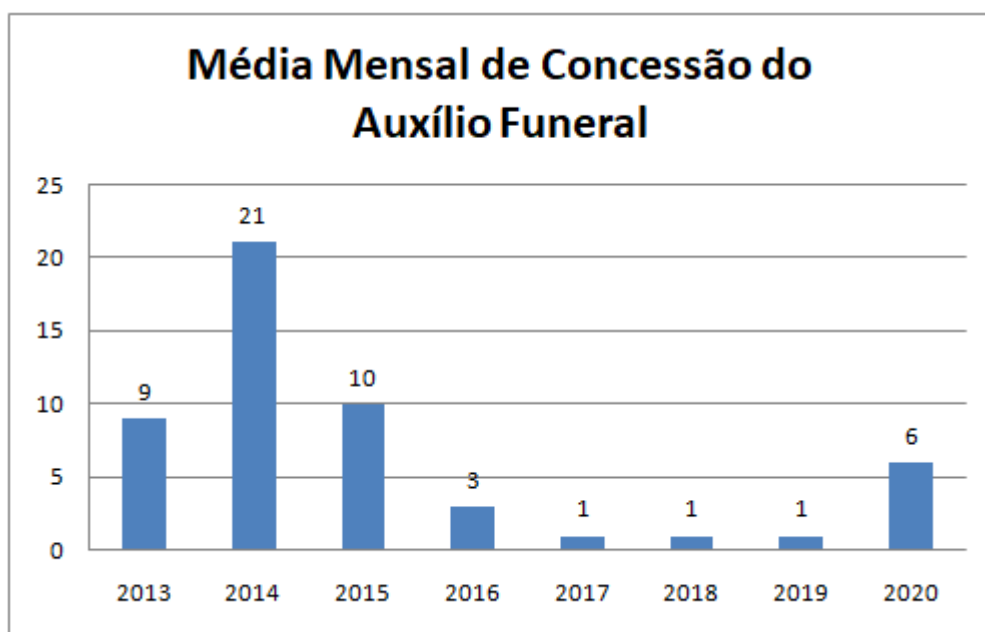
Conforme os dados do gráfico 14, a média mensal de concessões do auxílio alimentação entre 2013 e 2019 manteve-se entre 94 e 197 concessões mensais no município, não sofrendo grandes elevações, contudo no ano de 2020 há um crescimento de 549% com relação aos anos anteriores. O aumento ocorreu em razão da pandemia mundial instaurada pelo Coronavírus (COVID-19). As medidas de contenção e desaceleração do contágio, levou autoridades municipais de todo o país a estabelecer o fechamento de atividades consideradas não essenciais, como comércios e algumas atividades industriais, houve também a redução dos horários de funcionamento de instituições públicas e privadas, além do controle de circulação nas vias públicas. Com tais medidas a economia internacional e doméstica sofreu abalos, que impactam o cotidiano dos brasileiros e desencadearam ações de proteção social mais incisivas, como o auxílio emergencial e a ampliação dos serviços de assistência social. O reflexo da ampliação das situações de vulnerabilidade na cidade de Apucarana são evidenciados em dados como os apresentados acima.

- Auxílio Funeral



Concessão de gratuidade para os serviços funerários da ASERFA - Autarquia dos Serviços Funerários de Apucarana. A análise de concessão do benefício é realizada na Secretaria de Assistência Social de Apucarana. O gráfico a seguir demonstra um panorama da média mensal de concessões nos anos de 2013 a 2020.

Gráfico 15 - Média mensal de concessão do auxílio funeral entre 2013 e 2020



Fonte: RMA - SAS

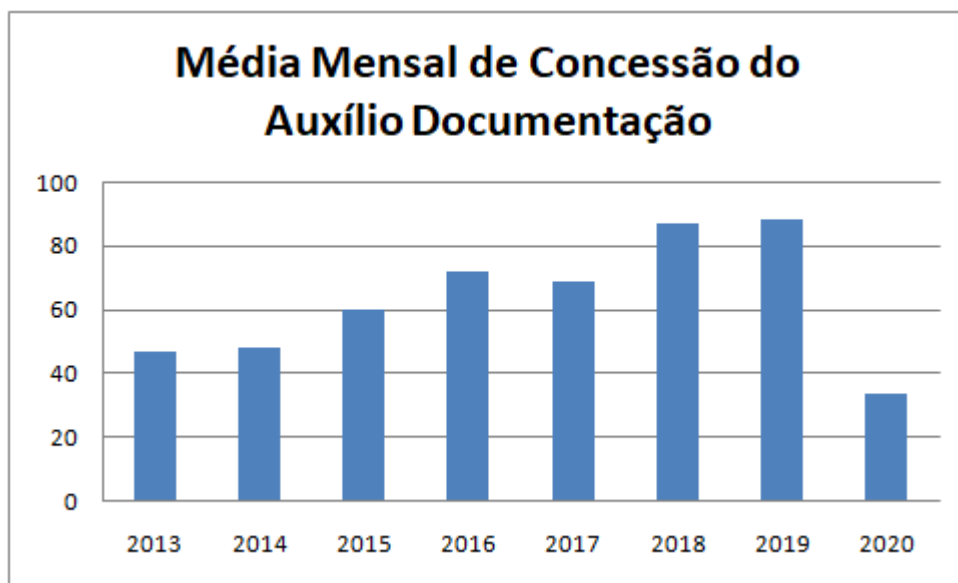
Novamente a média mensal de concessão sofre elevação em 2020. Tendo sido média 1 durante 2017, 2018 e 2019, em 2020 a média mensal é elevada para 6.

- **Auxílio Documentação**

Concessão de gratuidade para segunda via de documentos civis. A concessão é realizada nos centros de referência de assistência social e a emissão dos documentos são de responsabilidade dos cartórios e do instituto de identificação. Os tipos de documentos são: 2º via de certidões de nascimento, casamento e óbito; 2º via do registro geral.

Diante dos dados apresentados a seguir, pelo gráfico 16, acerca da média mensal de concessão do auxílio documentação entre 2013 e 2020, observa-se que entre 2015 e 2019 houve um aumento de concessões, porém em 2020 ocorre a redução para menos da metade das concessões dos anos anteriores.

Gráfico 16 - Média mensal de concessão do auxílio Documentação entre 2013 e 2020



Fonte: RMA - SAS

A redução ocorreu devido às medidas de restrições dos cartórios e do instituto de identificação, que passaram a atender somente casos urgentes para emissão da segunda via de documentos.

### Benefícios Continuados

- Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Garantia prevista no art. 203, inciso V, da Constituição Federal de 1988. Por meio dele, a pessoa com deficiência ou idosa com mais de 65 anos, cuja família não tem condições de prover o sustento, pode receber o benefício mensal de um salário mínimo.

Na tabela 79, sistematiza-se a o total de beneficiários e o valor repassado aos munícipes em 2020. Foram contemplados 1.442 pessoas com deficiência e 1.671 pessoas idosas, totalizando 3.113 beneficiários do BPC. O investimento é de R\$ 39.250.884,86 (trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

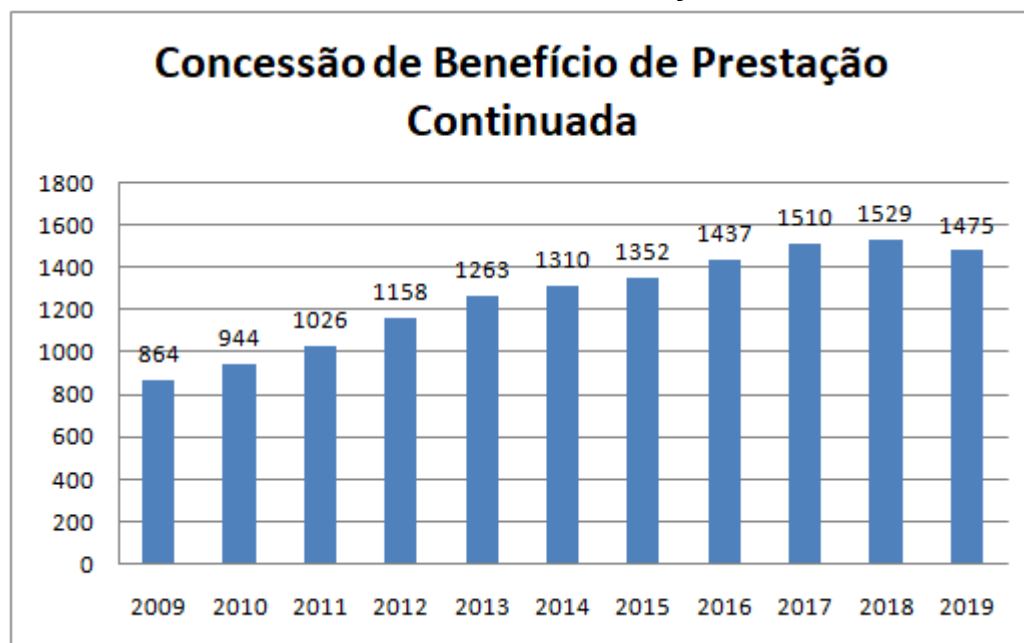
Tabela 79 - Panorama do Benefício de Prestação Continuada em Apucarana 2020

	Beneficiários	Valor Repassado em 2020
Pessoas com Deficiência	1.442	R\$ 18.889.939,84
Idosos	1.671	R\$ 20.360.945,02
<b>TOTAL</b>	<b>3.113</b>	<b>R\$ 39.250.884,86</b>

Fonte: Relatório de Informações Sociais - SAGI

Para compreender o panorama do volume de beneficiários entre os anos, o gráfico 17 apresenta o total de benefícios de prestação continuada concedidos entre 2009 e 2019. Os dados de 2020, no momento de elaboração deste plano, não estavam disponíveis na base de dados do Sistema VIS DATA.

Gráfico 17 - Concessão de Benefício de Prestação Continuada 2009 a 2019



Fonte: VIS DATA - SAGI

Os dados revelam que os volumes de concessão esteve em crescimento contínuo até 2018. A média de crescimento entre 2009 e 2013 era de 99 benefícios por ano, entre 2014 e 2018 caiu para 48 benefícios por ano. Em 2019 não houve ampliação do número de beneficiários, houve redução de 54 benefícios. O ocorrido em 2019 é reflexo de ações do governo federal que visam o cruzamento de informações do INSS com o Cadastro Único, gerando bloqueios e cancelamentos quando há existência de informações conflitantes ou omissões de renda e composição familiar. Também houve a desaceleração nas concessões de novos

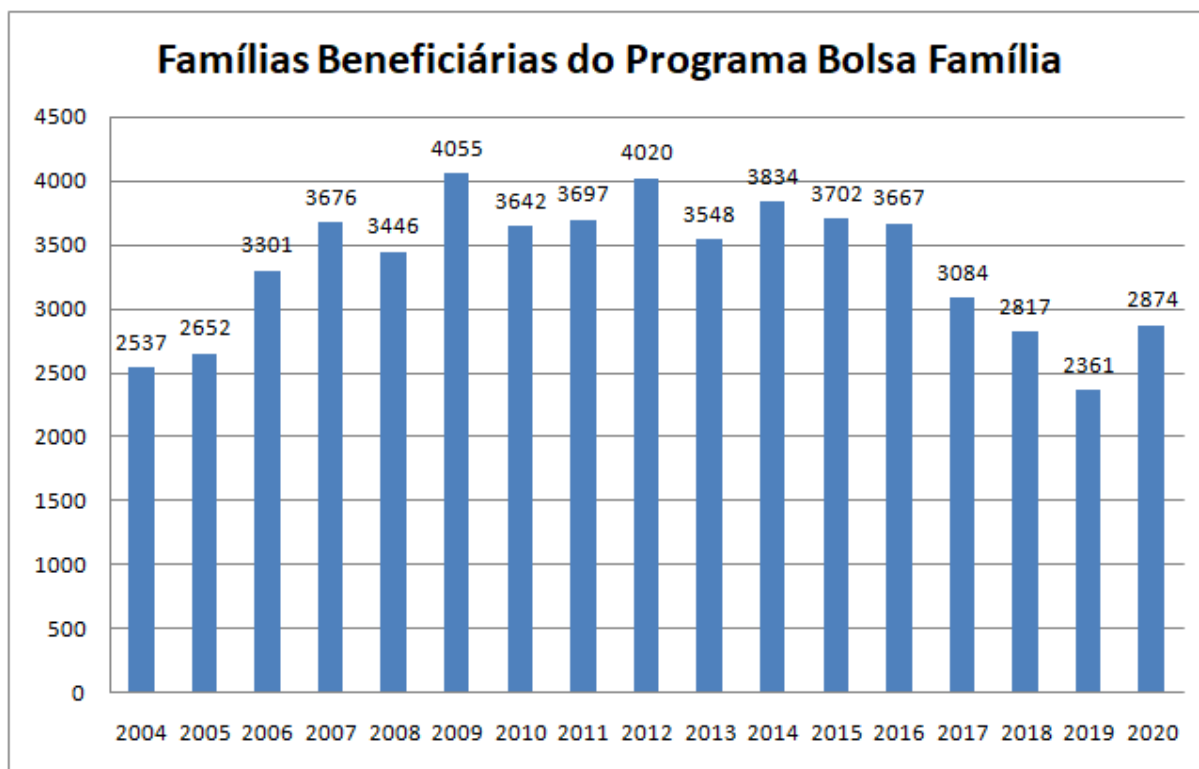
benefícios, movimento também observado na concessão de benefícios do Programa Bolsa Família.

#### Benefício de Transferência de Renda

- Programa Bolsa Família

Criado pela lei nº 10.836/04, o programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família, na cidade de Apucarana são atendidas 3.084 famílias no atual ano.

Gráfico 18 - Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Ministério da Cidadania

O gráfico 18 apresenta o panorama de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família em Apucarana, desde 2004, ano de sua criação, até 2020. O volume de concessões durante os anos é dinâmico, havendo anos com crescimento e anos com redução em escala sequencial. Contudo, a partir de 2014, há queda no total de

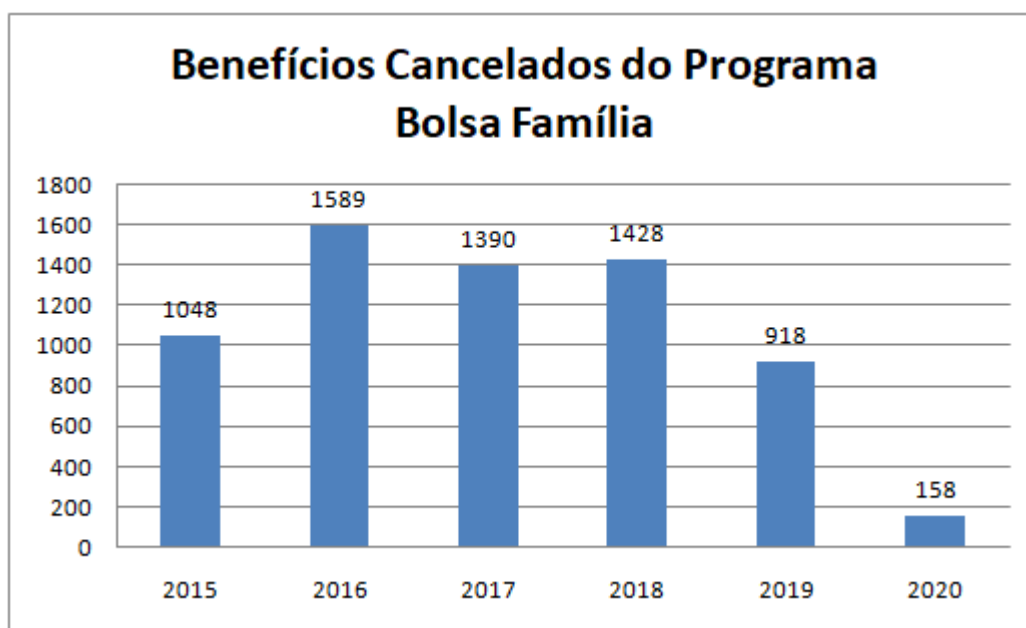
famílias contempladas com o programa, chegando no ano de 2019 com menos 1.473 famílias no programa.

O crescimento de famílias contempladas em 2020 dá-se diante do contexto pandêmico e da inclusão de novas famílias no programa como medidas de contenção dos desdobramentos socioeconômicos da crise financeira. Contudo, se compararmos o volume de famílias incluídas no programa, com o volume de famílias desligadas entre 2014 e 2019, ainda ficam de fora 513 famílias.

As famílias selecionadas recebem para saque do benefício PBF o Cartão Bolsa Família, emitido pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) e enviado pelos Correios para a casa delas.

De acordo com o governo federal, existem quatro principais motivos que podem fazer com que o beneficiário perca o direito de receber o dinheiro do programa: cadastro desatualizado; informações incorretas; saque não realizado; renda maior que a do programa. O gráfico a seguir demonstra a incidência de cancelamento dos benefícios entre 2015 e 2020.

Gráfico 19 - Famílias que tiveram benefícios cancelados no Programa Bolsa Família de 2015 a 2020



Fonte: VIS DATA - SAGI

É importante ressaltar que para permanência no Programa Bolsa Família, famílias com crianças e adolescentes devem cumprir as condicionalidades de saúde e educação. O descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde também pode levar ao cancelamento do benefício. Mas isso é apenas em último caso, pois o objetivo das condicionalidades é reforçar o acesso das famílias

mais pobres a direitos sociais. Para evitar o cancelamento pelo descumprimento de condicionalidades, as três políticas públicas (Saúde, Educação e Assistência Social) envolvidas no programa, devem desenvolver o acompanhamento das condicionalidades em nível municipal.

Segundo os dados do Ministério da Cidadania, em Apucarana 2.686 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisavam ter a frequência escolar acompanhada no quinto período (out/nov) de 2019. Dessas, foram acompanhadas 2.481, uma cobertura de acompanhamento de 92,37%. O resultado nacional é de 93,07% de acompanhamento na educação.

Na área da Saúde, 4.437 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2019. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e mulheres. O município conseguiu acompanhar 3.280 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 73,92%. O resultado nacional de acompanhamento na saúde é de 79,71%.

No atendimento/acompanhamento pela Assistência Social, o município apresentou 58 famílias em fase de suspensão no mês de novembro de 2019. Dessas, nenhuma apresenta registro de atendimento/acompanhamento pela assistência social no Sistema de Condicionalidades do PBF (Sicon).

O valor médio pago para as famílias é de R\$ 154,32 em janeiro de 2021, porém em janeiro de 2020 o valor era de R\$ 144,41, e em janeiro de 2018 o R\$ 137,49. Portanto, nos últimos três anos o benefício teve um aumento médio de R\$ 16,83.

Acerca do percentual de cobertura, em relação a estimativa de famílias pobres do Censo Demográfico do IBGE 2010. Em 2018, alcançamos a marca de 90,73% de cobertura, porém em 2019 houve redução para 73,44% e em 2020 alcançou o índice de cobertura de 89,55%.

Em 2020, o governo federal implementou o Auxílio Emergencial e o Auxílio Emergencial Extensão, ambos tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19. Os beneficiários do Programa Bolsa Família, tiveram concessão imediata quando o valor do auxílio fosse maior do que o valor concedido pelo programa, tal feito gerou o bloqueio do pagamento do PBF.

O auxílio emergencial em Apucarana atendeu 37.200 pessoas, sendo 3.400 beneficiários do PBF, 8.000 pessoas inscritas no Cadastro Único e 25.700 que se inscreveram pelo aplicativo da Caixa (destas, 37 foram por meio de intervenção judicial). O governo federal, por meio do Auxílio Emergencial, transferiu o valor total de R\$ 157.375.040,00 entre abril de 2020 e dezembro de 2020, conforme os dados extraídos do Ministério da Cidadania.



Estima-se que ao total foram assistidas 67.998 pessoas, considerando as pessoas elegíveis e seus membros familiares, o que equivale a 47,7% da população da cidade. Dos elegíveis 44,17% são homens e 55,86% são mulheres. A tabela 80 dispõe do perfil etário dos elegíveis, havendo maior incidência entre pessoas adultas de 18 a 34 anos.

Tabela 80 - Perfil Etário do público elegível ao auxílio emergencial em Apucarana

Faixa Etária	Pessoas Elegíveis
Até 15 anos	2
16 a 17 anos	21
18 a 24 anos	6.679
25 a 34 anos	8.965
35 a 39 anos	4.245
40 a 44 anos	3.979
45 a 49 anos	3.434
50 a 54 anos	3.497
55 a 59 anos	2.923
Mais de 60 anos	3.361
Total	37.106

Fonte: Vis Data - Ministério da Cidadania

## V. FINANCIAMENTO DO SUAS EM APUCARANA

O financiamento da Assistência Social em Apucarana provém de recursos próprios e de repasses provenientes do Governo Federal e Estadual. Os recursos livres do município são voltados para o pagamento de recursos humanos, financiamento da proteção social básica, na concessão de benefícios eventuais e também no cofinanciamento, através de termos de fomentos, das ações executadas por organizações da sociedade civil inscritas no CMAS.

Os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social são provenientes de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social e do Fundo Estadual de Assistência Social (FNAS e FEAS) os repasses são feitos na modalidade fundo a fundo. Os recursos repassados do FNAS ao FMAS são divididos em:

- Bloco da Proteção Social Básica
- Bloco da Proteção Especial de Média e Alta Complexidade
- Bloco de Gestão Programa Bolsa Família
- Bloco de Gestão do SUAS

Os recursos provenientes do FNAS repassados ao FMAS devem ter plano de ação do período do exercício fiscal aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social do Município que é o órgão responsável pelo controle social na esfera municipal e, após o término do exercício fiscal, o CMAS tem que aprovar a prestação de contas dos recursos utilizados.

Em relação aos recursos repassados do FEAS ao FMAS, estes são divididos em repasses pontuais e repasses continuados, sendo os pontuais vinculados, geralmente, ao fortalecimento ou incremento de um serviço já existente. Os repasses continuados, para estruturação dos serviços ofertados, são divididos em Pisos:

- Pisos Paranaense de Assistência Social II - Centro POP
- Pisos Paranaense de Assistência Social IV - Acolhimento Institucional

Também pertencem ao FEAS, os repasses continuados repassados para estruturação dos serviços que não estão vinculados aos pisos, sendo

- Residência Inclusiva Municipal,
- Serviço de Abordagem Social para Pessoa em Situação de Rua e
- Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua

### **Participação das Esferas de Governo no Orçamento do FMAS**

Devido a falta de informações disponíveis no sistema de consulta do governo federal, foram utilizadas para o comparativo abaixo informações financeiras do ano de 2019 para o cofinanciamento do governo federal. Os recursos considerados foram os do cofinanciamento regular, portanto os repasses de incremento temporário do COVID não estão sendo considerados para este comparativo.

Tabela 81 - Cofinanciamento Regular Federal 2019

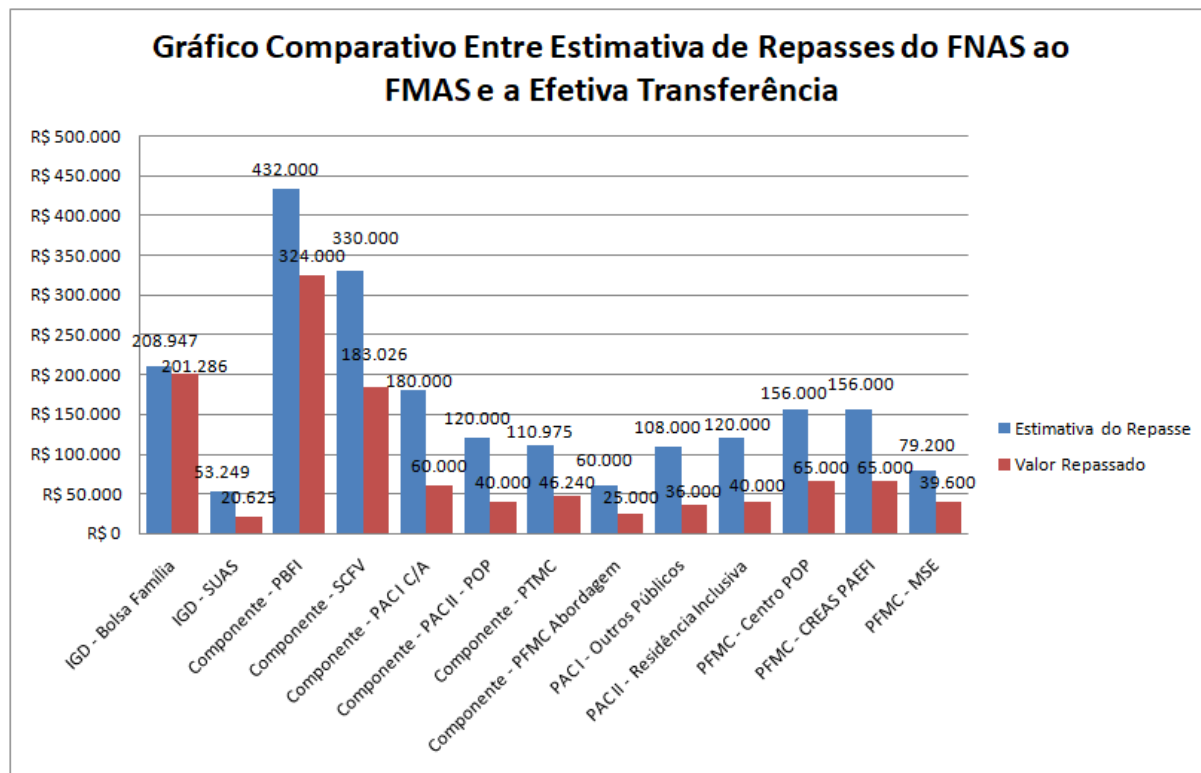
Bloco	Fonte	Piso/ Componente	Total do Repasse em 2019
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	940	IGD - Bolsa Família	R\$ 201.286,49
Bloco de Gestão SUAS	937	IGD - SUAS	R\$ 20.625,01

Bloco da Proteção Social Básica	934	Componente - PBFI	R\$ 324.000,00
		Componente - SCFV	R\$ 183.026,46
Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	941	Componente - PAC I Criança Adolescente	R\$ 60.000,00
		Componente - PAC II - POP Rua	R\$ 40.000,00
		Componente - PTCM	R\$ 46.239,50
		Componente - PFMC Abordagem	R\$ 25.000,00
		PAC I - Outros Públicos	R\$ 36.000,00
		PAC II - Residência Inclusiva	R\$ 40.000,00
		PFMC - Centro POP	R\$ 65.000,00
		PFMC - CREAS PAEFI	R\$ 65.000,00
		PFMC - MSE	R\$ 39.600,00
Total Cofinanciado			R\$ 1.145.777,46

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima divide os repasses do governo federal em blocos, fontes e componentes, sendo que cada subdivisão dessa é utilizada para os cálculos do repasse financeiro ao município. A utilização dos recursos deve respeitar a divisão dos blocos. No gráfico abaixo, podemos ver que há uma diferença negativa de R\$ 968.592,66 entre o que deveria ter sido repassado, conforme plano de ação registrado no SUASWEB, e o que foi repassado.

Gráfico 20 - Comparativo entre Estimativa de Repasses do FEAS ao FMAS e a Efetivação das Transferências 2019



Fonte: SUASWEB

Referente ao cofinanciamento regular estadual, em 2020, a tabela a seguir divide os repasses do governo estadual em pisos e fontes.

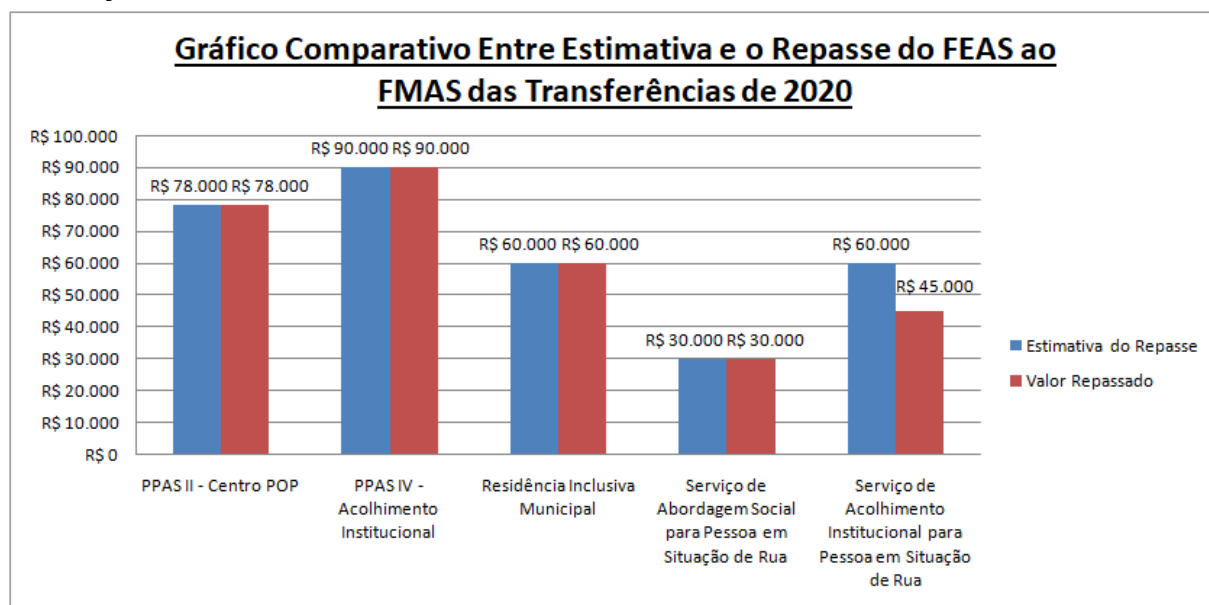
Tabela 82- Cofinanciamento Regular Estadual 2020

Fonte	Piso	Total do Repasse em 2020
935	PPAS II - Centro POP	R\$ 78.000,00
1941	PPAS IV - Acolhimento Institucional	R\$ 90.000,00
936	Residência Inclusiva Municipal	R\$ 60.000,00
10053	Serviço de Abordagem Social para Pessoa em Situação de Rua	R\$ 30.000,00
10054	Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua	R\$ 60.000,00
Total Cofinanciado		R\$ 318.000,00

Fonte: Elaboração própria.

A divisão por pisos deve ser respeitada na utilização dos recursos. No gráfico abaixo, observa-se que há uma diferença entre o que deveria ter sido repassado ao município e o que de fato foi repassado, conforme o sistema de informações do Estado SIFF. A diferença negativa é de R\$ 15.000,00.

Gráfico 21 - Comparativo entre Estimativa de Repasses do FEAS ao FMAS e a Efetivação das Transferências



Fonte: SIFF

Na esfera municipal, o cofinanciamento em 2020 está demonstrado pela tabela a seguir:

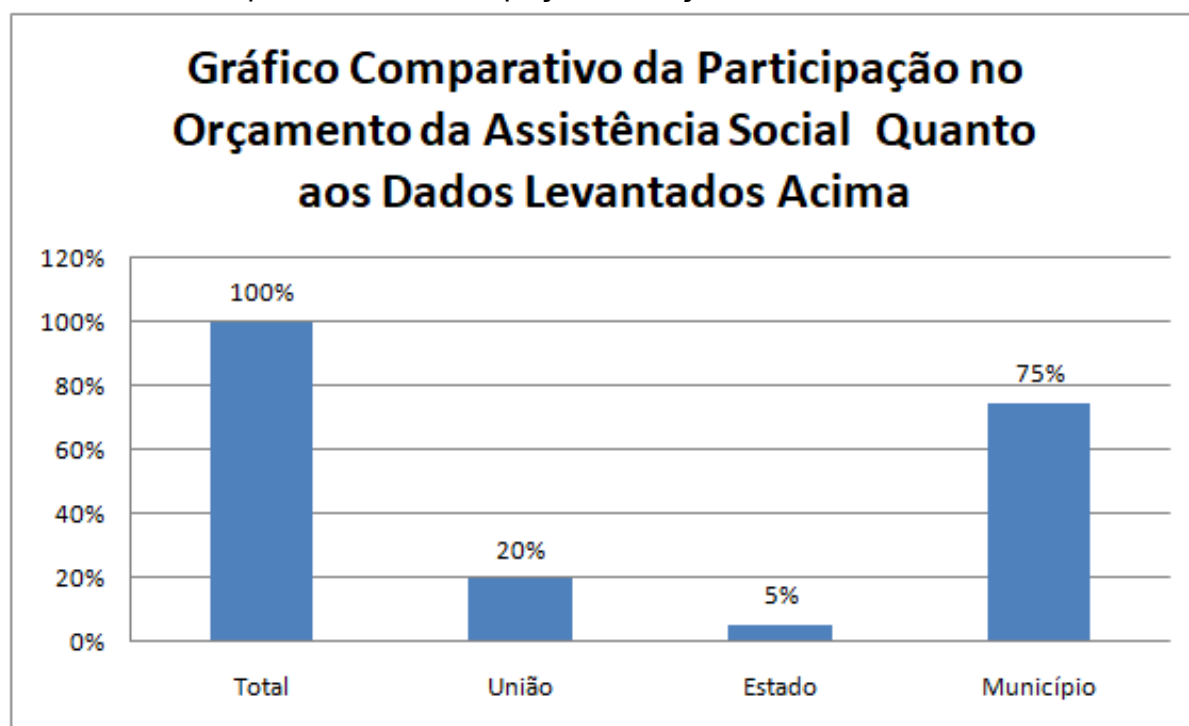
Tabela 83 - Cofinanciamento Regular Municipal 2020

Fonte	Despesa	Total Aportado em 2020
Livre	Família Guardiã	R\$ 14.850,00
Livre	Benefício Eventual (Cesta Básica)	R\$ 678.537,90
Livre	Subvenção OSC	R\$ 1.310.702,28
Livre	Aluguéis	R\$ 86.115,86
Livre	Folha de Pagamento	R\$ 2.267.824,81
Total Cofinanciado		R\$ 4.358.030,85

Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 83 demonstra o cofinanciamento do município na política de Assistência Social em Apucarana. Observa-se que o maior volume de despesas do município é com folha de pagamento, apesar de no ano de 2020 o município ter arcado com a folha apenas nos meses de janeiro a maio. Nos outros meses foram utilizados recursos de incremento temporário dos blocos para pagamento da folha, em um ano típico o município teria um gasto com folha aproximadamente R\$ 5.896.344,51. com isso a comparação que é feita no gráfico abaixo mudaria a participação do município de 75% para 85% levando em consideração os repasses regulares.

Gráfico 22 - Comparativo da Participação no Orçamento da Assistência Social



Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2019 o repasse total dos recursos do FNAS (Governo Federal) ao município de Apucarana (FMAS) para a assistência social foi de R\$ 1.145.777,46 que corresponde a 20% do comparativo feito anteriormente. No ano de 2020 os repasses do FEAS (Governo Estadual) ao município de Apucarana (FMAS) para a assistência social foi de R\$ 318.000,00 que corresponde a 5% do comparativo feito anteriormente. No ano de 2020 o cofinanciamento municipal na assistência social foi de R\$ 4.358.030,85 que corresponde a 75% do comparativo, se considerássemos um ano típico, onde o município utiliza recursos próprios para pagamento de folha



de janeiro a dezembro, o município teria um gasto de R\$ 7.986.550,55 que corresponderia a 85% neste comparativo.

## **VI. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO**

O Plano Municipal de Assistência Social de Apucarana 2022/2025 atenderá às diretrizes e prioridades estabelecidas pelas normativas que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como aos objetivos e metas pactuados nos instrumentos de gestão de âmbito nacional, estadual e municipal e nas instâncias deliberativas do SUAS para os próximos anos, visando o fortalecimento e aperfeiçoamento da política de assistência social.

Assim, o SUAS em Apucarana pautará suas ofertas com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Norma Operacional Básica do SUAS (2012). São eles:

### **Art. 3º - Princípios Organizativos do SUAS:**

- I – universalidade;
- II – gratuidade;
- III – integralidade da proteção social;
- IV – intersetorialidade;
- V – equidade.

### **Art. 5º - Diretrizes Estruturantes do SUAS:**

- I – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;
- II – descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;
- III – financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- IV – matricialidade sociofamiliar;
- V – territorialização;
- VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- VII – controle social e participação popular.

O plano municipal também terá como horizonte as prioridades do II Plano Decenal Nacional da Assistência Social – 2016/2026 e do Plano Decenal de Assistência Social do Estado do Paraná 2016/2025, cujas diretrizes são derivadas do plano nacional. São as diretrizes do Plano Decenal Nacional da Assistência Social 2016/2026:

- Plena universalização do SUAS, tornando-o completamente acessível, com respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios;
- Contínuo aperfeiçoamento institucional do SUAS, respeitando a diversidade e heterogeneidade dos indivíduos, das famílias e dos territórios;
- Plena integração dos dispositivos de segurança de renda na gestão do SUAS em âmbitos federal, estadual, do distrito federal e municipal;
- Plena gestão democrática e participativa e estruturação de política de comunicação em âmbito federal, estadual, do distrito federal e municipal;
- Plena integralidade da proteção socioassistencial.

### **Objetivo do Plano Municipal de Assistência Social**

Organizar, regular e implementar a execução da Política Municipal de Assistência Social, no quadriênio de 2022 a 2025, visando a oferta qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

### **Objetivos Específicos**

- Consolidar o Sistema Único de Assistência Social em âmbito municipal;
- Aprimorar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Qualificar os serviços socioassistenciais ofertados;
- Promover e ampliar o acesso das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social aos benefícios e serviços socioassistenciais;
- Fortalecer a oferta de serviços, programas e projetos para públicos prioritários;
- Fortalecer e desenvolver ações estratégicas do trabalho intersetorial;
- Fortalecer e implementar a Rede de Proteção para Criança, Adolescente e Idoso em situação de risco para violência.
- Adequar a rede de atendimento às demandas dos usuários em função das situações de vulnerabilidade e risco social;
- Fortalecer os espaços de participação social e as instâncias de controle social no SUAS;

## Eixos, Diretrizes, Ações, Estratégias e Metas

1. EIXO SERVIÇOS E PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL		
<u>Proteção Social Básica</u>		
<b>Serviço de Proteção de Atenção Integral às Famílias.</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Fortalecimento das ações de prevenção aos riscos sociais e a desproteção social nos territórios da cidade.</li> <li>❖ Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.</li> <li>❖ Potencializar o PAIF e as ações dos CRAS.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliação da cobertura do PAIF</li> <li>● Ampliação da estrutura física do CRAS para melhor atender as atividades coletivas.</li> <li>● Compra de equipamentos eletrônicos para oferta de atendimentos, participação em reuniões, entre outras ocasiões, de forma remota.</li> <li>● Adquirir carro adequado para atendimento da população residente na zona rural.</li> <li>● Implementar campanhas comunitárias que ofereçam à comunidade a prevenção contra violação de direitos e situações de risco social.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divisão do território de cada CRAS em microterritórios e a designação de técnicos de referência para oferta do PAIF em cada território</li> <li>2. Construção de uma sala para atendimento coletivos em cada CRAS, respeitando as normas de construção civil que garantem acessibilidade e as normas éticas para manutenção do sigilo durante os atendimentos.</li> <li>3. Compra de microfones e webcam.</li> <li>4. Compra de carros adequados para circular com frequência entre a cidade e a zona rural.</li> <li>5. Acompanhar o calendário nacional de ações temáticas do ministério da cidadania, do ministério dos direitos humanos e do ministério da saúde.</li> </ol>

<b>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</b>	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Alcançar o mínimo de 10% da cobertura do PAIF nos territórios de cada CRAS.</li> <li>→ Construir pelo menos uma sala adequada para atendimentos coletivos em cada CRAS (sigilo).</li> <li>→ Estruturar os CRAS para tecnologicamente para oferta de ações em canais remotos.</li> <li>→ Adquirir até dois carros para os CRAS III e IV, que atendam as adequações para veículos que acessam a zona rural.</li> <li>→ Realizar a cada ano ao menos duas intervenções comunitárias em cada CRAS, com articulação intersetorial.</li> </ul>
	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Ampliar a cobertura dos SCFV de execução direta no município.</li> <li>❖ Desenvolver ações de fortalecimento do SCFV na gestão da rede territorial</li> <li>❖ Promover o acesso ao SCFV a grupos socialmente excluídos.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliação dos serviços de convivência de execução direta pelo poder executivo municipal.</li> <li>● Inscrição dos SCFV executados pelo poder executivo nos conselhos de direitos do município.</li> <li>● Regular o fluxo de encaminhamento, acesso, monitoramento e desligamento entre os CRAS e os SCFV executados por meio de cofinanciamento municipal às entidades do terceiro setor.</li> <li>● Promover acesso prioritário no SCFV aos grupos considerados prioritários pelas orientações técnicas do SUAS.</li> <li>● Criação do laboratório de informática no CEJA.</li> <li>● Criar SCFV que atenderam grupos atualmente não atendidos, como por exemplo: mulheres em idade adulta, homens, crianças de 0 a 12 anos e etc.</li> <li>● Busca ativa e inclusão de mulheres da zona rural em SCFV.</li> <li>● Inserir os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em SCFV.</li> </ul>
	Estratégias	1. Ampliar a equipe do CRAS e do Centro da

		<p>Juventude para ampliação de vagas do SCFV.</p> <p>2.Desenvolver junto com os conselhos de direitos, a inscrição dos SCFV governamentais e acompanhar a inscrição e participação dos mesmos nas reuniões e comissões dos conselhos.</p> <p>3.Estabelecer comissões de discussão sobre a regulamentação e implementação do fluxo com participação de representantes dos órgãos envolvidos.</p> <p>4. Monitorar, por meio do cadastramento dos usuários do SCFV no SISC, o acesso dos grupos prioritários.</p> <p>5. Destinação de recursos para compra dos equipamentos de informática e estruturação do espaço no CEJA que sediará o laboratório de informática.</p> <p>6. Identificar a demanda por inclusão em SCFV para grupos que ainda não possuem oferta do serviço e dispor de recursos para estruturação de novos serviços.</p> <p>7.Realizar o levantamento da localização das mulheres moradoras de zonas rurais, o interesse nos SCFV disponíveis e a oferta de meios que promovam o acesso.</p> <p>8.Realizar o levantamento da localização de adolescente que cumprem MSE e o interesse nos SCFV disponíveis e a oferta de meios que promovam o acesso.</p>
	Metas	<p>→ Alcançar ao menos 15% do público do território, inserido em SCFV de execução direta.</p> <p>→ Cadastrar 100% do SCFV de execução direta nos conselhos de direitos dos grupos atendidos.</p> <p>→ Estabelecer no município o fluxo de encaminhamento, acesso, monitoramento e desligamento entre o os CRAS e os SCFV executados por meio de cofinanciamento municipal às entidades do terceiro setor.</p> <p>→ Alcançar a marca de 40% de usuários em grupos prioritários, no cadastro do SISC.</p>

		→ Inaugurar o laboratório de informática do CEJA até 2025. → Ofertar ao menos 4 novos SCFV que atendam aos grupos ainda não alcançados. → Alcançar ao menos 5% das vagas ofertadas, ocupadas por mulheres da zona rural. → Alcançar ao menos 10% das vagas ofertadas, ocupadas por adolescentes em cumprimento de MSE.
<b>Proteção Social Especial - Média Complexidade</b>		
<b>Serviço Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos</b>	Diretrizes	❖ Atender as Crianças e Adolescentes, e suas famílias, com a primazia pela proteção social integral. ❖ Potencializar a redução das situações de risco social no município. ❖ Fortalecer a função protetiva da família por meio do acesso aos direitos socioassistenciais.
	Ações	● Estabelecer protocolos de fluxo de referência e contra-referência intersetorial de forma a facilitar a comunicação e troca de informações. ● Incentivar e pactuar juntamente com a rede de saúde municipal, a formalização de convênios com instituições terapêuticas para acompanhamento psicológico das crianças e adolescentes vítimas de violência. ● Estabelecer protocolos de comunicação com serviços que compõem a rede de proteção a fim de evitar a revitimização das crianças e adolescentes e situar as famílias sobre o acompanhamento na rede.
	Estratégias	1. Elaboração do fluxo de referência e contrarreferência. 2. Criação de espaços de discussão e estruturação da rede no CREAS. 3. Capacitar os servidores para o devido acolhimento, registro de informações e fluxo dos encaminhamentos que evitem a revitimização e a violência institucional.
	Metas	→ Pactuar o fluxo de referência e contra-referência intersetorial.



		<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Realizar reunião da rede intersectorial ao menos 1 a cada dois meses.</li> <li>→ Realizar ao menos um encontro por ano para fins de discussão do atendimento de autoreveação nos serviços socioassistenciais</li> <li>→ Construir em conjunto com Sistema de Garantia de Direitos o fluxo de encaminhamento para o serviço de escuta qualificada.</li> </ul>
<b>Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas.</li> <li>❖ Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliação da quantidade de vagas ofertadas para o Centro Dia.</li> <li>● Estabelecer o fluxo de encaminhamento e monitoramento das vagas de acolhimento institucional para idosos.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar unidades do Centro Dia descentralizadas territorializando o serviço.</li> <li>2. Articulação com as instituições de longa permanência para idosos, municipais e o CMAS para estabelecer o controle de vagas.</li> </ol>
	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Ampliar o índice de cobertura das vagas do Centro Dia para 10% do total de idosos cadastrados no CadÚnico.</li> <li>→ Estruturar um instrumento de referência e contra-referência.</li> </ul>
<b>Serviço Especializado em Abordagem Social</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Proteção Social Proativa.</li> <li>❖ Ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação.</li> <li>❖ Acesso a direitos socioassistenciais e construção de autonomia.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estender horário de funcionamento da Abordagem Social para os fins de semana.</li> <li>● Implementar o sistema offline do IDS Social.</li> <li>● Promover ações de sensibilização para</li> </ul>

		<p>divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir o processo de saídas das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais;</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliar a equipe de abordagem.</li> <li>2. Contratação do serviço offline do sistema de gestão de informação contratado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.</li> <li>3. Compra de Tablet e equipamentos de informática para o registro de abordagens em formato offline.</li> <li>4. Realizar campanhas informativas sobre o trabalho da abordagem social em mídias sociais, redes de comunicação locais.</li> <li>5. Criação de material impresso para divulgação dos canais de atendimento da abordagem social.</li> <li>6. Fortalecer o trabalho intersetorial da equipe de abordagem.</li> </ol>
	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Realizar abordagem aos fins de semana.</li> <li>→ Registro de 100% das abordagens realizadas no IDS Social.</li> <li>→ Realizar trimestralmente campanhas informativas.</li> <li>→ Alcançar efetividade de 50% dos encaminhamentos realizados para rede intersetorial.</li> </ul>
<b>Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Acesso a direitos socioassistenciais e construção de autonomia.</li> <li>❖ Construção gradativa de vínculo de confiança com os sujeitos, a rede e o território.</li> <li>❖ Respeito à singularidade e autonomia na reconstrução de trajetórias de vida.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover ações para a reinserção familiar e comunitária.</li> <li>• Fortalecer o trabalho com a rede.</li> <li>• Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial.</li> </ul>

	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, para elaboração do plano de atendimento individual e traçar estratégias de atendimento às demandas sociais que se apresentam</li> <li>2. Estabelecer um instrumento de referência e contra-referência.</li> <li>3. Monitorar o fluxo dos encaminhamentos realizados às instituições da rede.</li> <li>4. Promover reuniões com os serviços que constituem a rede de serviços intersetoriais.</li> </ol>
	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Ampliar o acompanhamento do serviço especializado para pessoas em situação de rua.</li> <li>→ Instituir e operacionalizar a referência e contra-referência para os encaminhamentos realizados para a rede de serviços.</li> <li>→ Promover, ao menos, bimestralmente reuniões periódicas com os serviços que compõem a rede.</li> </ul>
<b>Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida;</li> <li>❖ Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de autonomias;</li> <li>❖ Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementar e executar o AFAl - Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa.</li> <li>● Reavaliar a execução do serviço de medida socioeducativa em meio aberto, de (LA) e (PSC), juntamente com as instituições conveniadas (CASA e CICCAl) com intuito de promover as adequações e aprimoramento do serviço, conforme as demandas apresentadas.</li> <li>● Propiciar a implantação de círculos restaurativos da dinâmica de execução do serviço de MSE.</li> <li>● Estabelecer protocolo de encaminhamento à</li> </ul>

		rede de saúde municipal priorizando o atendimento dos adolescentes usuários de substâncias psicoativas.
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mapear e realizar busca ativa para as famílias que integram o AFAI.</li> <li>2. Promover/participar de capacitações sobre o AFAI.</li> <li>3. Implementar e executar as ações previstas no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em meio aberto do município de Apucarana/PR.</li> <li>4. Realizar avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em meio aberto do município com os membros da comissão municipal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) periodicamente.</li> <li>5. Encaminhar para atendimento ou acompanhamento em PAIF, PAEFI e SCFV, as famílias que apresentarem demandas para estes serviços, conforme avaliação da equipe técnica do serviço MSE.</li> <li>6. Realizar/participar de capacitações sobre círculos restaurativos.</li> <li>7. Incentivar e pactuar juntamente com a rede de saúde municipal, a formalização de convênios com instituições terapêuticas para adolescentes usuários de substâncias psicoativas.</li> </ol>
	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Atender, ao menos 80%, das famílias incluídas no Sistema AFAI.</li> <li>→ Implementar e executar 100% das ações previstas no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em meio aberto do município de Apucarana/PR.</li> <li>→ Avaliar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em meio aberto do município a cada seis meses.</li> <li>→ Capacitar toda a equipe do MSE para atuar com círculos restaurativos.</li> </ul>
<b>Proteção Social Especial - Alta Complexidade</b>		
<b>Acolhimento Institucional</b>	Diretrizes	❖ Proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Garantia de moradia, alimentação, higienização e proteção para famílias e indivíduos que se encontram sem referência retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.</li> <li>❖ Construção de novos projetos de vida.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cofinanciamento de acolhimento institucional em república para pessoas em situação de rua.</li> <li>● Regulamentar fluxo de encaminhamento para programa de aprendizagem profissional, priorizando pessoas acolhidas.</li> <li>● Construção de sede própria da Casa Lar.</li> <li>● Implementar no município, uma casa de passagem para atender a população indígena.</li> <li>● Equipar as equipes de referência da alta complexidade com equipamentos de tecnologia para participação em atividades remotas.</li> <li>● Desenvolver reuniões com a rede periodicamente.</li> <li>● Articulação com a rede intersetorial para priorizar os acolhidos no atendimento das demais políticas públicas.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura de chamamento público para implementação do acolhimento para pessoas em situação de rua, na modalidade república.</li> <li>2. Criar um fluxo de referência e contra-referência para o encaminhamento para programas de aprendizagem e qualificação profissional, pactuando com a rede a priorização do público acolhido conforme regulamentação do SUAS.</li> <li>3. Captação de recursos para construção da sede própria da Casa Lar Mista, respeitando todas as especificações e orientações técnicas para construção dos espaços de acolhimento no SUAS.</li> <li>4. Reunir esforços com a rede intersetorial e entidades representativas de proteção à cultura indígena, para construção de uma casa de passagem para atender a população indígena.</li> <li>5. Adquirir, por meio de licitação, com recursos próprios da alta complexidade, equipamentos de informática para participação em atividades remotas.</li> </ol>

		6. Realizar reuniões com toda a rede de serviços e articular estratégias de priorização dos acolhidos nos fluxos de encaminhamentos.
	Metas	→ Ofertar acolhimento para pessoas em situação de rua, na modalidade república, para os gêneros femininos e masculino. → Alcançar efetividade de 70% dos encaminhamentos realizados para programas de aprendizagem e qualificação profissional. → Inaugurar a sede própria da Casa Lar Mista. → Pactuar uma comissão intersetorial de implementação da casa de passagem para pessoas indígenas.  → Realizar reuniões com a rede de serviços, ao menos a cada dois meses.
<b>Acolhimento Familiar</b>	Diretrizes	❖ Alcançar o melhor interesse da criança/adolescente e o cumprimento da legislação em vigor. ❖ Manter plenamente o respeito às características e necessidades individuais de cada acolhido. ❖ Dispor de profissionais competentes e estruturas para suprir as necessidades básicas
	Ações	• Colocar em funcionamento o Programa Municipal Família Acolhedora para: criança e adolescente. • Criar a modalidade do Programa Família Acolhedora para Idosos. • Ampliação do número de atendimentos de crianças e adolescentes assistidos pelo programa Família Guardiã.
	Estratégias	1. Capacitar a equipe de Referência do Programa Família Acolhedora. 2. Capacitar as famílias que participarão do Programa Família Acolhedora. 3. Realizar campanhas de divulgação (critérios, fluxos, funcionamento, objetivos) do Programa Família Acolhedora. 4. Criar Projeto de alteração da lei municipal do Programa Família Acolhedora para inclusão da modalidade que atenda à pessoa idosa.



		5. Realizar campanhas de divulgação do programa Família Guardiã. 6. Capacitar a rede acerca do fluxo de encaminhamento de famílias para acessar o programa família guardiã.
	Metas	→ Finalizar o quadriênio com o pleno funcionamento do programa Família Acolhedora no município. → Aprovar projeto de alteração de lei municipal do Programa Família Acolhedora para inclusão da modalidade que atenda à pessoa idosa, na câmara dos vereadores de Apucarana. → Aumentar em 50% a quantidade de vagas no programa Família Guardiã.

## 2. EIXO BENEFÍCIO EVENTUAIS E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

<b>Benefícios Eventuais</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ A concessão dos benefícios eventuais deve ser garantida pelo Poder Público.</li> <li>❖ Os benefícios eventuais constituem direitos, com diretrizes de oferta previstas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.</li> <li>❖ Proteção social garantida por meio de critérios normativos, conhecidos e reclamáveis, que estão em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementar o Cartão Alimentação.</li> <li>● Revisar e atualizar a lei municipal, que regulamenta os benefícios eventuais.</li> <li>● Ofertar auxílio transporte para os usuários do PAIF e PAEFI, acessarem os serviços socioassistenciais.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contratação, por meio de licitação, empresa para execução e gestão do cartão alimentação.</li> <li>2. Criar, na lei municipal, a modalidade de benefício eventual de vulnerabilidade temporária</li> <li>3. Especificar, na lei municipal de benefício eventual, quais os benefícios para situações de calamidade pública.</li> </ol>

		4. Incluir na lei municipal, e especificar, o auxílio natalidade.
	Metas	<p>→ Ao final do quadriênio estar totalmente implementado o Cartão Alimentação.</p> <p>→ Apresentar projeto de alteração de lei de benefícios eventuais municipal.</p> <p>→ Estruturar no âmbito municipal a oferta do auxílio natalidade e do auxílio para situações de calamidade pública.</p>
<b>Benefício de Prestação Continuada</b>	Diretrizes	<p>❖ Manter sob proteção aqueles que têm direito ao benefício assistencial de prestação continuada e dependem dele para prover sua manutenção.</p> <p>❖ Corrigir distorções na manutenção do benefício de prestação continuada junto ao idoso e à pessoa com deficiência.</p>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca ativa dos integrantes do cadastro único que estão aptos para acessar o benefício.</li> <li>• Inclusão dos beneficiários no CadÚnico e Atualização periódicas.</li> <li>• Articulação com agentes comunitários para identificação do público alvo.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mapear e realizar busca ativa de pessoas que estejam dentro dos critérios para promover o acesso ao benefício.</li> <li>2. Mapear e referenciar aos CRAS, a lista dos beneficiários que ainda não estão no cadastro único e daqueles que estão com o cadastro desatualizado.</li> <li>3. Promover capacitação para os agentes comunitários acerca do BPC, critérios para acesso, fluxos e exigências.</li> </ol>

	Metas	<p>→ Mapear e realizar busca ativa de pessoas que estejam dentro dos critérios para promover o acesso ao benefício.</p> <p>→ Mapear e referenciar aos CRAS, a lista dos beneficiários que ainda não estão no cadastro único e daqueles que estão com o cadastro desatualizado.</p> <p>→ Promover capacitação para os agentes comunitários acerca do BPC, critérios para acesso, fluxos e exigências.</p>
<b>Programa Bolsa Família</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Atender às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza.</li> <li>❖ Conjuguar esforços, trabalhando de forma compartilhada com as demais políticas setoriais para atendimento das famílias em descumprimento de condicionalidades.</li> <li>❖ Gestão descentralizada, com competências específicas para saúde, educação e assistência social, mas sempre articuladas.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Incentivar a qualificação profissional dos beneficiários do PBF.</li> <li>● Fortalecer a gestão intersetorial.</li> <li>● Criar uma central de atendimento do Cadastro Único na região central da cidade.</li> <li>● Acompanhamento do descumprimento de condicionalidades do PBF.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compra de cursos profissionalizantes, com o IGD-Bolsa Família, para beneficiários do programa.</li> <li>2. Desenvolver reuniões com os gestores intersetoriais.</li> <li>3. Utilizar um espaço público no centro da cidade para atualização e inclusão no cadastro único, consultas aos benefícios do PBF e ações administrativas.</li> <li>4. Abastecimento/acompanhamento das informações no SICON.</li> </ol>
	Metas	<p>→ Promover capacitação para os Realizar</p>

		<p>reunião com os gestores intersetoriais ao menos uma vez a cada seis meses.</p> <p>→ Ofertar anualmente cursos profissionalizantes para os beneficiários do PBF</p> <p>→ Até o fim do quadriênio implantar a Central de Atendimento do Cadastro Único.</p> <p>→ Ampliação da taxa de acompanhamento da assistência social para 80%.</p>
<b>Programa Bolsa Agente Cidadania</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Oferecer espaço acessível de convivência para adolescentes e jovens.</li> <li>❖ Afastar adolescentes e jovens de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social.</li> <li>❖ Realizar ações que favoreçam a formação pessoal, profissional e política.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aumentar o número de vagas preenchidas do programa.</li> <li>● Criar e divulgar um fluxograma do acesso às vagas do programa.</li> <li>● Elaboração do projeto político pedagógico do CEJA.</li> <li>● Realizar mensalmente as reuniões da comissão do programa.</li> <li>● Instituir o conselho gestor do CEJA.</li> <li>● Estimular o desenvolvimento de projetos dos agentes de cidadania no território.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliar a equipe de trabalho no programa.</li> <li>2. Elaborar material gráfico impresso para distribuição e publicização nos serviços socioassistenciais.</li> <li>3. Estruturar o projeto político pedagógico do CEJA com equipe multiprofissional.</li> <li>4. Convocar reunião mensal da comissão do programa.</li> <li>5. Utilizar a regulamentação legal como parâmetro para instituir o conselho gestor</li> <li>6. Promover ações que fortaleçam a integração e as interações dos agentes no território.</li> </ol>
	Metas	<p>→ Alcançar o preenchimento de 100% das vagas ofertadas.</p> <p>→ Publicar material gráfico para divulgar o</p>

		<p>programa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Até o fim do quadriênio finalizar o PPP do CEJA.</li> <li>→ Realizar ao menos 10 reuniões anuais da comissão do programa.</li> <li>→ Finalizar o quadriênio com o conselho gestor do CEJA em pleno funcionamento.</li> <li>→ Realizar 50% dos projetos no território do CEJA.</li> </ul>
<b>Programa Jovem Aprendiz</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho.</li> <li>❖ Contribuir para redução da evasão escolar.</li> <li>❖ Contribuir para a formação pessoal e profissional dos jovens, potencializando o exercício da cidadania, sua empregabilidade e protagonismo.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar as vagas a partir dos 14 anos.</li> <li>● Regularizar a criação de vagas específicas para adolescentes e jovens atendidos pelo PAEFI, MSE e Acolhidos.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fomentar a criação de vagas de trabalho no setor privado para adolescentes a partir dos 14 anos.</li> <li>2. Fomentar a criação de legislações municipais que incluam os grupos como prioritários na destinação de vagas do programa.</li> </ol>
	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Alcançar 15% das vagas ofertadas destinadas para adolescentes a partir de 14 anos.</li> <li>→ Alcançar 15% das vagas destinadas para esses grupos prioritários.</li> </ul>
<b>Programa Municipal de Transferência de Renda</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Atender famílias acompanhadas pelo PAIF e PAEFI.</li> <li>❖ Complementar as ações de proteção social e enfrentamento à pobreza.</li> <li>❖ Promover autonomia e protagonismo às famílias beneficiadas.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estruturar projeto de lei para apresentação ao poder legislativo.</li> </ul>

	Estratégias	1. Criar comissão de estudo, estruturação e levantamento de orçamento, que elabore e apresente projeto de lei ao CMAS, poder executivo e legislativo.
	Metas	→ Até o final do quadriênio aprovar projeto de lei no poder legislativo.

### 3. EIXO PROGRAMAS E PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

<b>Inclusão Produtiva e Garantia de Direitos e acesso à Serviços</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Envolver programas e ações de vários setores das políticas públicas.</li> <li>❖ Ampliação do acesso às oportunidades de emprego.</li> <li>❖ Apoio ao empreendedorismo individual ou cooperativo.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Trabalho intersetorial para fortalecimento da educação para educação de jovens e adultos.</li> <li>● Fomentar o ensino de português aos imigrantes.</li> <li>● Criação de comissão para discussão do enfrentamento ao trabalho infantil.</li> <li>● Criar comissão para estudo da implementação do programa Frente de Trabalho no município.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecer e criar um fluxo de encaminhamentos para os programas municipais e estaduais de educação para jovens e adultos.</li> <li>2. Desenvolver junto com a Autarquia Municipal de Educação, programa municipal de ensino da língua portuguesa para imigrantes.</li> <li>3. Designar profissionais para integrar a comissão para discussão do enfrentamento ao trabalho infantil.</li> <li>4. Solicitar a designação das demais secretarias municipais de profissionais que possam integrar a comissão para discussão do enfrentamento ao trabalho</li> </ol>



		infantil. 5. Designar profissionais para integrar a comissão para estudo do programa Frente de Trabalho no município.
	Metas	→ Atingir a efetividade de 75% dos encaminhamentos realizados aos programas de educação para jovens e adultos. → Implementar no município ações de enfrentamento ao trabalho infantil. → Implementar no município o programa Frente de Trabalho em condições que não gerem a precarização da mão-de-obra barata e gerem impactos sociais no município.
<b>Segurança Alimentar</b>	Diretrizes	❖ Preservação da autonomia e respeito à dignidade humana. ❖ Intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais.
	Ações	• Incluir as famílias acompanhadas nos serviços socioassistenciais nas hortas comunitárias. • Garantir o acesso dos beneficiários do PBF aos programas de segurança alimentar. • Identificar e caracterizar as famílias pertencentes aos grupos populacionais diferenciados, bem como as famílias em situação de vulnerabilidade social no cadastro único para programas sociais do governo federal, para que tenham acesso aos programas de segurança alimentar.
	Estratégias	1. Divulgar para as equipes do CRAS e CREAS o trabalho das hortas comunitárias. 2. Estabelecer um fluxo de encaminhamentos para inclusão das famílias acompanhadas nas atividades

		das hortas comunitárias. 3. Encaminhar famílias do PBF para o programa do leite, auxílio alimentação e etc. 4. Aprimorar as estratégias de identificação dos grupos populacionais diferenciados para realizar busca ativa.
	Metas	→ Incluir ao menos 25% das famílias acompanhadas nas hortas comunitárias. → Garantir o acesso das famílias do PBF aos programas de segurança alimentar. → Realizar busca ativa de ao menos 75% das famílias identificadas no levantamento de dados.

#### 4. EIXO CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

<b>Conselhos de Direitos</b>	Diretrizes	❖ Monitorar a execução das políticas públicas com participação da sociedade civil. ❖ Garantir a manutenção da democracia e do exercício da cidadania. ❖ Expressar as necessidades e os interesses públicos.
	Ações	• Inscrição dos SCFV governamentais nos conselhos de direitos. • Estimular a participação das equipes técnicas dos serviços socioassistenciais nos conselhos de direitos • Criação de conselhos locais descentralizados. • Realizar reuniões descentralizadas como mecanismo para dinamizar a participação dos usuários dos serviços
	Estratégias	1. Inscrever os SCFV nos conselhos de direitos. 2. Ampla divulgação das pautas, datas e horários das reuniões, bem como os locais em que acontecerão, para os

		trabalhadores do SUAS. 3. Estimular a criação dos conselhos locais de direitos, conforme prevê as regulamentações. 4. Realizar ampla divulgação dos locais de reunião com antecedência para organização dos participantes.
	Metas	→ Até o final do quadriênio ter todas os SCFV inscritos nos conselhos de direitos, de acordo com a vertente de cada um deles. → Até o final do quadriênio que ativo e em pleno funcionamento os conselhos locais. → Realizar ao menos cinco reuniões descentralizadas por ano, em todos os conselhos de direitos.

## 5. EIXO GARANTIA E EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DO SUAS

<b>Gestão do SUAS</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Fortalecer a gestão participativa do SUAS.</li> <li>❖ Realizar a gestão dos serviços socioassistenciais respeitando a diversidade dos territórios.</li> <li>❖ Consolidar a proteção socioassistencial na seguridade social.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar/Estruturar divisão de gestão dos SCFV, gerenciado pela direção da proteção social básica.</li> <li>● Criar/Estruturar o departamento de gestão do programa bolsa família e do cadastro único.</li> <li>● Estimular a intersetorialidade na execução dos serviços socioassistenciais.</li> <li>● Desenvolver e realizar a gestão dos fluxos de referência e contra-referência entre CRAS e CREAS.</li> <li>● Organizar o fluxo de referência e contra-referência com a rede intersetorial</li> </ul>

		na proteção social básica e especial.
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Referenciar todos os SCFV e trabalhadores a eles vinculados, sejam governamentais ou de execução indireta, à divisão a ser criada.</li> <li>2. Estabelecer na estrutura administrativa da secretaria municipal de assistência social o departamento de gestão do programa bolsa família e do cadastro único.</li> <li>3. Criar no calendário anual, reuniões periódicas com todos os níveis de proteção social do SUAS.</li> <li>4. Realizar, por meio dos departamentos e direções, reuniões periódicas com a rede intersetorial.</li> <li>5. Estruturar o fluxo, e os instrumentos de monitoramento, da referência e contra-referência entre CRAS e CREAS.</li> <li>6. Estruturar o fluxo, e os instrumentos de monitoramento, da referência e contra-referência com a rede intersetorial na proteção social básica e especial.</li> </ol>
	Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Até o final do quadriênio estar em pleno funcionamento a divisão de gestão dos SCFV.</li> <li>→ Até o final do quadriênio estar em pleno funcionamento o departamento de gestão do programa bolsa família e do cadastro único.</li> <li>→ Obter efetividade de 90% dos encaminhamentos realizados nos âmbitos setorial e intersetorial.</li> <li>→ Estar em pleno funcionamento os fluxos de encaminhamentos de referência e contra-referência com a rede intersetorial na proteção social básica e especial.</li> </ul>

## 6. EIXO TRABALHO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

<b>Ampliação dos Recursos Humanos</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Impulsionar condições objetivas para a reconfiguração do trabalho desenvolvido na gestão e no atendimento prestado à população.</li> <li>❖ Contribuir para o enfraquecimento das marcas históricas de descontinuidade, frágil regulamentação democrática e residualidade das ações combinada com o assistencialismo funcional à cultura política do mando e do favor</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de profissionais para estruturação das equipes de referência conforme a NOB-SUAS/RH e orientações técnicas do centro da juventude..</li> <li>• Contratação de motoristas.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura de concurso público para contratação de assistentes sociais.</li> <li>2. Convocação de profissionais aprovados em concurso públicos para os cargos que possuem concurso público em vigente (motorista, psicólogo, educador social, assistente administrativo)</li> </ol>
	Metas	<p>→ Até o final do quadriênio ter todas as equipes de referência constituídas por profissionais efetivos e conforme disposição da NOB-SUAS/RH e das orientações técnicas do CEJA.</p>
<b>Educação Continuada</b>	Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Ofertar qualificação profissional aos trabalhadores do SUAS a fim de obter eficiência e qualidade nos serviços ofertados.</li> <li>❖ Utilização de recursos teóricos, metodológicos e tecnológicos adequados.</li> <li>❖ Aprimorar os fluxos de informação e os processos de tomada de decisões.</li> </ul>
	Ações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o Plano Municipal de Educação Continuada para os</li> </ul>

		<p>Trabalhadores do SUAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ofertar supervisão técnica para as equipes de referência.</li> <li>• Promover espaços de capacitação sobre o atendimento ao público LGBTQIA+.</li> <li>• Promover espaços de capacitação sobre Acolhida para recepcionistas e entrevistadores do SUAS.</li> <li>• Promover espaços de capacitação sobre articulações PAIF, PAEFI e SCFV.</li> <li>• Promover espaços de capacitação sobre o atendimento aos indígenas, quilombolas e demais grupos tradicionais.</li> <li>• Promover espaços de capacitação sobre justiça restaurativa para o Serviço de Medidas Socioeducativas.</li> <li>• Promover espaços de capacitação voltados ao atendimento de crianças vítimas de violências e autores de violências.</li> <li>• Instituir uma capacitação inicial para todos os educadores que iniciarem trabalhos no SUAS, conforme prevê as instruções normativas.</li> <li>• Promover espaços de capacitação sobre resolução de conflitos.</li> </ul>
	Estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituir comissão de trabalhadores para elaboração do Plano Municipal de Educação Continuada para os Trabalhadores do SUAS.</li> <li>2. Utilizar recursos dos blocos de cofinanciamento federal para contratação de instituições que ministrem palestras, cursos, workshop e etc, nos temas elencados.</li> <li>3. Realizar parcerias com profissionais locais que possam notório saber nos temas elencados.</li> <li>4. Estimular a participação dos trabalhadores em congressos, simpósios, conferências nacionais e</li> </ol>



		internacionais que possuam enquanto temática o SUAS.
	Metas	→ Aprovação do Plano Municipal de Educação Continuada para os Trabalhadores do SUAS no conselho municipal de assistência social. → Implementação do Plano Municipal de Educação Continuada para os Trabalhadores do SUAS. → Instituir um calendário anual de capacitações, cursos, palestras, oficinas, participação em congressos e etc, para os trabalhadores do SUAS.

## 6. EIXO GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO SUAS

<b>Transparência</b>	Diretrizes	❖ Compatibilidade do Plano Plurianual com o Plano Municipal de Assistência Social. ❖ Utilização dos recursos orçamentários alinhados à demandas sociais. ❖ Alinhamento com a vigilância socioassistencial e com a transparência pública.
	Ações	• Realizar prestação de contas pública.
	Estratégias	1. Realizar encontro anual ou semestral para prestação de contas aberta à sociedade civil
	Metas	→ Implementar calendário anual de prestação de contas com participação da sociedade civil.
<b>Ampliação do IGD-PBF e IGD-SUAS</b>	Diretrizes	❖ Utilizar 3% do IGD-SUAS com o financiamento de ações do CMAS. ❖ Respeitar as diretrizes orçamentárias para utilização dos recursos de gestão descentralizada. ❖ Ampliar os índices de gestão que estabelecem os valores repassados.
	Ações	• Ampliar o índice de gestão

		descentralizada do Programa Bolsa Família. • Ampliar o índice de gestão descentralizada do SUAS. • Fortalecer a utilização dos recursos do IGD-SUAS nas ações do CMAS.
	Estratégias	1. Preencher os sistemas da SAGI (RMA, CADSUAS, CENSO SUAS e etc) 2. Utilizar a extração de dados dos sistemas da SAGI para fomentar os trabalhos da vigilância socioassistencial. 3. Realizar busca ativa para as famílias que possuem indicativo de saque fora do município na folha de pagamento do bolsa família 4. Realizar o preenchimento e acompanhamento do SICON. 5. Reduzir a quantidade de cadastros únicos desatualizados a mais de dois anos no município.
	Metas	→ Alcançar ao menos pontuação de 0,95 no IGD-UAS e no IGD-PBF.

## Resultados e Impactos Esperados

Entendendo a complexidade das demandas e o cenário socioeconômico que se apresenta na atualidade, percebe-se a importância do fortalecimento e consolidação do SUAS em âmbito municipal como forma de garantir às populações vulneráveis e em risco social o acesso a serviços descentralizados, qualificados e reordenados, atendendo às demandas individuais e coletivas que se manifestam.

Nesta perspectiva, o trabalho desenvolvido neste quadriênio visa alcançar resultados efetivos na transformação social, ampliando a oferta de atendimento ao público prioritário da assistência social, adequando recursos (físicos, materiais e humanos) às demandas territoriais e fortalecendo o trabalho intersetorial. Em relação aos impactos, espera-se:

- Adequação da rede de atendimento às demandas dos usuários em função das situações de vulnerabilidade e risco social;
- Ampliação da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social;

- Ampliação do acesso das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social aos benefícios e serviços socioassistenciais;
- Qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados;
- Fortalecimento do trabalho intersetorial no atendimento aos públicos prioritários;
- Fortalecimento dos espaços de participação social e das instâncias de controle social no SUAS

## **VII. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O monitoramento das ações propostas constitui-se como parte essencial da Política de Assistência Social, pois é através do acompanhamento contínuo e sistemático do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que se aprimora a sua qualidade e seus resultados.

Através do monitoramento é possível identificar o uso dos recursos e a produção de resultados, comparando-os com o planejamento inicial e adequando possíveis desvios. Além do monitoramento, a avaliação também se faz imprescindível uma vez que identifica processos, resultados, impactos e compara dados de desempenho.

Em suma, a avaliação é a análise crítica dos objetivos, da implementação, dos resultados e do impacto social dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A avaliação só será possível se houver monitoramento das ações propostas. Sendo assim, destaca-se a importância destes processos em relação ao Plano Municipal de Assistência Social, pois proporcionarão à gestão e ao controle social a adequação de suas ações de forma ética e objetiva.

O acompanhamento e monitoramento serão realizados anualmente, considerando os períodos de prestação de contas do FEAS e FNAS, além da produção de relatórios solicitados ao órgão gestor, construído com base no prazo definido de execução e com indicação do cumprimento de cada meta proposta.

Além deste processo de monitoramento, o PMAS deverá ser monitorado e avaliado constantemente pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no cumprimento de suas atribuições e enquanto espaço de garantia do controle social.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL: **base de dados**. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>>. Acesso em: 31.05.2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS-2012**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações técnicas centro de referência de assistência social-CRAS**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **NOB-RH SUAS: Anotada comentada**. Brasília, 2011.

CECAD. Ministério da Cidadania. **Base de Dados Apucarana**. Disponível em:  
<<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>. Acesso em: 17.06.2021.

FIRJAN: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.  
IFGF – **Índice FIRJAN** de Desenvolvimento Municipal. Disponível em:  
<<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 31.05.2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MOPS. **Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania**. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em:  
<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?codigo=410140&sa=1>>.  
Acesso em: 02.06.2021.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Panorama do processo de regulamentação e operacionalização dos benefícios eventuais regidos pelas Loas**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 12, 2010.

**VIS DATA**. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>>.  
Acesso em: 17.06.2021.

**TABCAD**. Tabulador de Dados do Cadastro Único. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em:  
<[https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)>. Acesso em: 07.06.2021.

## **ANEXO I**

### **LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS**

#### **GRÁFICOS**

- Gráfico 1. - População Urbana e Rural de Apucarana
- Gráfico 2. - Histórico Estrutura Etária da População de Apucarana
- Gráfico 3. - Razão de Dependência
- Gráfico 4. - Taxa de envelhecimento
- Gráfico 5. - Pirâmides Etárias por Gênero
- Gráfico 6. - Índice Firjan Desenvolvimento Municipal 2016
- Gráfico 7. - Faixa de Renda das Famílias no Cadastro Único
- Gráfico 8. - Comparativo de Vínculos Ativos de Trabalho Formal em Apucarana
- Gráfico 9. - Comparativo da População da Região I (Crianças/Adultos/Idosos)
- Gráfico 10. - Comparativo da População da Região II (Crianças/Adultos/Idosos)
- Gráfico 11. - Comparativo da População da Região III (Crianças/Adultos/Idosos)
- Gráfico 12. - Comparativo da População da Região IV (Crianças/Adultos/Idosos)
- Gráfico 13. - Volume de Acompanhamento do CREAS 2012 - 2020
- Gráfico 14. - Média mensal de concessão do auxílio alimentação entre 2013 e 2020
- Gráfico 15. - Média mensal de concessão do auxílio funeral entre 2013 e 2020
- Gráfico 16. - Média mensal de concessão do auxílio Documentação entre 2013 e 2020
- Gráfico 17. - Concessão de Benefício de Prestação Continuada 2009 a 2019



Gráfico 18. - Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Gráfico 19. - Famílias que tiveram benefícios cancelados no Programa Bolsa Família de 2015 a 2020

Gráfico 20. - Comparativo entre Estimativa de Repasses do FEAS ao FMAS e a Efetivação das Transferências 2019

Gráfico 21. - Comparativo entre Estimativa de Repasses do FEAS ao FMAS e a Efetivação das Transferências

Gráfico 22. - Comparativo da Participação no Orçamento da Assistência Social

## MAPAS

Mapa 1. - Áreas De Abrangência Da Assistência Social

Mapa 2. - Localização da Cidade no Vale do Ivaí

Mapa 3. - Disposição da Rede de Educação

Mapa 4. - Disposição da Rede de Saúde

Mapa 5. - Território do CRAS I

Mapa 6. - Território do CRAS II

Mapa 7. - Território do CRAS III

Mapa 8. - Território do CRAS IV

## TABELAS

Tabela 1. - Distritos e Patrimônios e a Distância deles de Apucarana

Tabela 2. - População Urbana e Rural de Apucarana

Tabela 3. - Histórico Estrutura Etária da População de Apucarana

Tabela 4. - População Total por Gênero - IBGE

Tabela 5. - População segundo Cor/Raça

Tabela 6. - População segundo o tipo de deficiência

Tabela 7. - Tipo de Domicílio Recenseado

Tabela 8. - Composição das Famílias em Domicílios Particulares

Tabela 9. - Condição de Ocupação dos Domicílios

Tabela 10. - Características dos Domicílios Particulares Permanentes

Tabela 11. - IDH-M de Apucarana e seus componentes (1991 - 2010)

Tabela 12. - Histórico do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: Apucarana

Tabela 13. - Perfil de Gênero e Etnia dos Atendimentos Registrados no IDS Social

Tabela 14. - Existência de Renda Mensal Fixa do Público Atendido

Tabela 15. - Saldo de Admissões e Desligamentos Apucarana 2016 à 2020

Tabela 16. - Número de Estabelecimentos e Empregos (RAIS) Segundo as Atividades Econômicas - 2019

Tabela 17. - Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos de Atividade - 2019

Tabela 18. - Taxas de Matrícula Segundo a Modalidade de Ensino e a Dependência Administrativa - 2020

- Tabela 19. - Grau de Instrução por Faixa Etária no Cadastro Único
- Tabela 20. - Faixa da renda familiar e grau de instrução
- Tabela 21. - Número de Estabelecimentos de Saúde Segundo o Tipo - 2020
- Tabela 22. - Leitos Hospitalares Existentes (Total, SUS e não SUS) segundo a Especialidade - 2020
- Tabela 23. - Óbitos Segundo Tipos de Doenças - 2019
- Tabela 24. - Localidades que Constituem o Território do CRAS I
- Tabela 25. - Dados do IBGE Região I
- Tabela 26. - Dados do Cadastro Único Região I
- Tabela 27. - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS I Posse de Remuneração Mensal
- Tabela 28. - Cobertura do PAIF Território do CRAS I 2018 - 2020
- Tabela 29. - Oferta do SCFV no Território do CRAS I Executados por Entidades
- Tabela 30. - Oferta do SCFV no Território do CRAS I Executados pelo Município
- Tabela 31. - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS I 2020/2021
- Tabela 32. - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS I 2020
- Tabela 33. - Localidades que Constituem o Território do CRAS II
- Tabela 34. - Dados do IBGE Região II
- Tabela 35. - Dados do Cadastro Único Região II
- Tabela 36. - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS II Posse de Remuneração Mensal
- Tabela 37. - Cobertura do PAIF Território do CRAS II 2018 - 2020
- Tabela 38. - Oferta do SCFV no Território do CRAS II Executados pelo Município
- Tabela 39. - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS II 2020/2021
- Tabela 40. - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS II 2020
- Tabela 41. - Localidades que Constituem a Região III
- Tabela 42. - Dados do IBGE Região III
- Tabela 43. - Dados do Cadastro Único Região III
- Tabela 44. - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS III Posse de Remuneração Mensal
- Tabela 45. - Cobertura do PAIF Território do CRAS III 2018 - 2020
- Tabela 46. - Oferta do SCFV no Território do CRAS III Executados pelo Município
- Tabela 47. - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS III 2020/2021
- Tabela 48. - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS III 2020
- Tabela 49. - Localidades que Constituem a Região IV
- Tabela 50. - Dados do IBGE Região IV
- Tabela 51. - Dados do Cadastro Único Região IV
- Tabela 52. - Pessoas no IDS Referenciadas no Território do CRAS IV Posse de Remuneração Mensal

- Tabela 53. - Cobertura do PAIF Território do CRAS IV 2018 - 2020
- Tabela 54. - Oferta do SCFV no Território do CRAS IV Executados por Entidades
- Tabela 55. - Oferta do SCFV no Território do CRAS IV Executados pelo Município
- Tabela 56. - Cobertura de Programas e Projetos no Território do CRAS IV 2020/2021
- Tabela 57. - Alcance dos Benefícios Socioassistenciais no Território do CRAS IV 2020
- Tabela 58. - Percentual de cobertura do Serviço
- Tabela 59. - Perfil do Público Atendido
- Tabela 60. - Faixa Etária das Pessoas Em Situação de Rua em Apucarana
- Tabela 61. - Pessoa em Situação de Rua no Programa Bolsa Família
- Tabela 62. - Cor e Raça das Pessoas em Situação de Rua
- Tabela 63. - Gênero das Pessoas em Situação de Rua em Apucarana
- Tabela 64. - Pessoas em Situação de Rua em Apucarana com Trabalho Remunerado nos Últimos 12 meses
- Tabela 65. - Grau de Instrução das Pessoas em Situação de Rua de Apucarana
- Tabela 66. - Pessoas em Situação de Rua em Apucarana com Deficiência
- Tabela 67. - Oferta de Serviços de Alimentação, Higiene Pessoal e Transporte no Centro POP em 2020
- Tabela 68. - Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI entre 2018 e 2020
- Tabela 69. - Idosos 60 anos ou mais em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI entre 2018 e 2020
- Tabela 70. - Pessoas com deficiência em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI entre 2018 e 2020
- Tabela 71. - Oferta de PAEFI por Entidades do Terceiro Setor em Apucarana
- Tabela 72. - Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas entre 2018 e 2020
- Tabela 73. - Oferta de Medidas Socioeducativas no Município
- Tabela 74. - Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem entre 2018 a 2020
- Tabela 75. - Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social entre 2018 a 2020
- Tabela 76. - Pessoas em situação de rua que atendidas no Serviço entre 2018 a 2020
- Tabela 77. - Características específicas identificadas em pessoas atendidas (2018 a 2020) no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
- Tabela 78. - Oferta de Acolhimento Institucional no Município
- Tabela 79. - Panorama do Benefício de Prestação Continuada em Apucarana 2020
- Tabela 80. - Perfil Etário do público elegível ao auxílio emergencial em Apucarana

